



Modelo ABC

Demonstrações Financeiras
Ilustrativas

**DPP - Departamento de
Práticas Profissionais**

Dezembro de 2021

www.kpmg.com.br



Sobre a publicação

Conteúdo

O objetivo desta publicação é auxiliar na preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) compreendendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)^a. Essa publicação ilustra um possível formato de demonstrações financeiras de uma entidade aberta brasileira fictícia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas dessa Entidade e suas controladas (Grupo) e as demonstrações financeiras individuais da controladora (Entidade), apresentadas lado-a-lado. Uma vez que a controladora possui, basicamente, investimentos em coligadas, controladas em conjunto e controladas, nem todas as divulgações em notas explicativas são aplicáveis a ela de acordo com cenário apresentado nessa publicação.

As demonstrações financeiras ilustrativas são acompanhadas por notas explicativas que abrangem os requerimentos de divulgação. Os exemplos, juntamente com as notas explicativas, não pretendem ser um resumo completo de todas as exigências de divulgação que são aplicáveis às Entidades abertas.

O que é novo em 2021?

O [Apêndice I](#) fornece uma lista abrangente de todas as novas normas, distinguindo entre aquelas que são efetivas para uma entidade com um período anual iniciado em 1 de janeiro de 2021 e aquelas com uma data efetiva posterior.

Exceto pela Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16), o Grupo não possui transações que sejam afetadas pelas novas normas ou suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos. Dessa forma, apenas esses novos requerimentos estão ilustrados neste guia – veja [nota explicativa 7](#) e [nota explicativa 31\(c\)\(iv\)](#).

O Grupo não tem quaisquer concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19 e, portanto, os novos requerimentos nos termos benefícios concedidos relacionadas ao COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16), que são efetivos para períodos anuais iniciados após 1º de junho de 2020, não estão ilustrados nesse guia. Para obter um exemplo ilustrativo de divulgações sobre concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19, consulte a [Seção 5 do nosso Guia para demonstrações financeiras anuais - suplemento COVID-19 \(setembro de 2020\)](#).

Normas cobertas

Esta publicação tem como base as normas, alterações e interpretações (amplamente referidas neste guia como “normas”) que foram emitidas até 31 de agosto de 2021, e que são requeridas a serem aplicadas por entidades com exercício anual iniciados em 1º de janeiro de 2021 (requerimentos atualmente efetivos). As normas IFRSs que são aplicáveis para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2021 não foram adotadas antecipadamente, e portanto não estão ilustradas nesse guia.

Adicionalmente, estas demonstrações financeiras ilustrativas foram preparadas baseadas nos pronunciamentos do CPC em vigor na data de sua elaboração e com base nas alterações propostas aos CPCs conforme divulgadas em audiência pública e ainda pendentes de emissão final para que haja simetria às IFRS.

Esta publicação não ilustra os requerimentos do CPC 37/IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 11/IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 6 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, IFRS 14 Contas de Diferimento Regulatório, CPC 49/IAS 26 Contabilização e Relatório Financeiro de Planos de Benefício de Aposentadoria, CPC 35/IAS 27 Demonstrações Separadas, CPC 42/IAS 29 Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias ou CPC 21/IAS 34 Demonstração Intermediária. Os requerimentos mínimos de divulgação para fins do CPC 21/IAS 34 estão descritos na própria norma, no [Checklist de divulgação dos CPCs e IFRSs 2021 - Demonstrações Intermediárias](#) e no Ofício CVM SNC SEP 03/2011.

Além disso, as normas e sua interpretação mudam com o tempo. Consequentemente, este guia não deve ser usado como um substituto para seus requerimentos e outras orientações interpretativas relevantes.

a. “Normas” é o termo usado para indicar toda a literatura oficial e inclui:

- IFRS® (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB);
- IAS® (International Accounting Standards) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASC), o antecessor do IASB;
- Interpretações das IFRS e IAS desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações IFRS (IFRIC®) e aprovadas para emissão pelo IASB; e
- Interpretações das normas IAS desenvolvidas pelo Comitê Permanente de Interpretações (SIC®) e aprovadas para emissão pelo IASB ou pelo IASC;
- Normas CPCs (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Interpretações das normas CPCs (ICPCs) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Orientações das normas CPCs (OCPCs) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Instruções CVM (Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ICVM) emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários para regulamentar matérias do mercado de capitais previstas nas Leis 6.385/76 e 6.404/76.

Mudanças climáticas e relatórios financeiros

Todas as entidades estão enfrentando riscos e oportunidades relacionados ao clima e estão tomando decisões estratégicas em resposta - inclusive em torno de sua transição para uma economia de baixo carbono. Esses riscos relacionados ao clima e decisões estratégicas podem impactar suas demonstrações financeiras - e KPIs. Para uma ilustração do impacto das alterações climáticas nas demonstrações financeiras do Grupo relativos aos ativos biológicos, veja [nota explicativa 16\(c\)](#), e com relação aos esquemas de emissões, veja [notas explicativas 21, 26, 24 e 10\(g\)](#).

A KPMG Global possui o [Climate change financial reporting resource centre](#) que oferece perguntas frequentes para ajudar as entidades a identificar os potenciais impactos nas demonstrações financeiras para seus negócios.

Necessidade de Julgamento

Este modelo de publicação não abrange todas as particularidades de cada Entidade e nem todas as particularidades de cada norma contábil. Por isso, em determinadas circunstâncias, os exemplos deverão ser adaptados ou complementados de acordo com cada situação, considerando também os conceitos de materialidade e relevância por parte da entidade. Assim, a preparação de demonstrações financeiras requer julgamento, tanto em termos de escolha de políticas contábeis, assim como as divulgações devem ser adaptadas para refletir circunstâncias específicas e materialidade no contexto da sua organização.

As informações contidas neste documento são de natureza geral e não se destinam a abordar as circunstâncias de nenhuma entidade em particular.

Embora este conteúdo seja útil para a compreensão dos requerimentos efetivos para uma divulgação com data-base em 31 de dezembro de 2021, este material não deve ser utilizado como substituto para as normas IFRS e Pronunciamentos do CPC e à Legislação da CVM, sobretudo quando um assunto específico não é tratado nesta publicação, ou quando existe uma incerteza quanto à aplicação de uma norma.

Materialidade

A materialidade é relevante para a apresentação e divulgação de itens nas demonstrações financeiras. Os preparadores precisam considerar se as demonstrações financeiras incluem todas as informações relevantes para entender a posição financeira de uma entidade na data de reporte e o seu desempenho financeiro durante o período reportado.

Os preparadores também precisam tomar cuidado para não reduzir a compreensão das demonstrações financeiras de uma entidade obscurecendo informações materiais com informações imateriais ou agregando informações materiais que são diferentes por natureza ou função. As divulgações individuais que não são relevantes para as demonstrações financeiras não devem ser apresentadas - mesmo se elas forem um requerimento mínimo de uma norma. Os preparadores devem considerar o nível apropriado de divulgação com base na materialidade para o período reportado.

As orientações específicas sobre a materialidade e sua aplicação nas demonstrações financeiras estão incluídas nos parágrafos 29-31 do CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os preparadores também podem considerar o *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, que fornece orientação sobre a aplicação da materialidade na preparação das demonstrações financeiras.

Lembre-se do panorama geral

As demonstrações financeiras não devem ser apresentadas apenas atender determinadas obrigações, mas, também, para assegurar uma comunicação eficaz. Os investidores continuam a solicitar uma melhoria na qualidade dos relatórios, portanto, os preparadores devem ter cuidado para não focar somente em conformidade, sem considerar a relevância. Ao preparar suas demonstrações financeiras, as entidades precisam se concentrar em melhorar sua comunicação, reportando as informações financeiras de maneira relevante.

As entidades também podem considerar inovar na apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras no contexto mais amplo de uma melhor comunicação de negócios. Para obter mais informações, consulte o nosso site [Better Business Reporting](#).

O que não está ilustrado

Este guia não ilustra o seguinte.

- **Potenciais impactos da COVID-19** nas demonstrações financeiras anuais do Grupo.

A pandemia do coronavírus COVID-19 continua impactando as entidades de diversas maneiras, dependendo da indústria e do ambiente econômico em que atuam. Enquanto alguns governos estão começando a reduzir as restrições, outros continuam aplicando medidas de restrição de acesso. De qualquer forma, para muitas entidades, o impacto da pandemia continuará a afetar a mensuração e o reconhecimento de seus ativos e passivos, receitas e despesas. Além disso, devido às contínuas pressões sobre o risco de liquidez, algumas entidades podem enfrentar dificuldades de continuidade operacional. Os investidores e reguladores continuam a dar atenção específica a este tópico.

Nosso suplemento COVID-19 (setembro de 2020) fornece divulgações ilustrativas adicionais sobre questões contábeis decorrentes da pandemia do coronavírus COVID-19 que, talvez, as entidades precisem fornecer.

Consulte também o [COVID-19 financial reporting resource centre](#) para obter orientações adicionais relevantes sobre o impacto da pandemia nas demonstrações financeiras.

Referências e abreviações

As referências estão incluídas no lado esquerdo deste guia. Geralmente, as referências dizem respeito apenas às exigências de apresentação e divulgação.

[CPC 26.82\(a\)](#) [IAS 1.82\(a\)](#) Parágrafo 82(a) do CPC 26 e da IAS 1

[Insights 2.3.60.10](#) Parágrafo 2.3.60.10 da 18ª Edição 2021/22 da publicação [Insights into IFRS](#).

Em relação aos Pronunciamentos do CPC, as referências são às normas em vigor na data da elaboração desta publicação. Entretanto, para fins desta publicação, quando apresentamos as referências aos parágrafos dos CPCs e aos parágrafos correspondentes das IFRS, não mencionamos as abreviaturas (R1), (R2), etc., que normalmente acompanham a nomenclatura dos Pronunciamentos do CPC revisados.

As demonstrações financeiras ilustrativas também contêm referências à nossa publicação *Insights into IFRS - 17th Edition 2020/2021*.

As abreviações a seguir são usadas frequentemente neste guia:

UGC	Unidade Geradora de Caixa
RPA	Resultado por ação
VJORA	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
VJR	Valor justo por meio do resultado
NCI	Participação de acionistas não controladores
ORA	Outros resultados abrangentes
ECL	Perda de crédito esperada

|| As marcações laterais indicam principais alterações desde a edição de 2020 dessa publicação

Créditos sobre a elaboração destas demonstrações financeiras ilustrativas

Estas demonstrações financeiras ilustrativas foram elaboradas pelo Departamento de Práticas Profissionais (DPP) da KPMG no Brasil com base do modelo internacional de demonstrações financeiras (*Guide to annual financial statements - Illustrative Disclosures*) da KPMG International Standards Group (parte da KPMG IFRG Limited).

Conteúdo

Referência

CPC 26.10, 49 IAS 1.10, 49

Página

BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
APÊNDICE I - NOVAS NORMAS OU ALTERAÇÕES PARA 2020 E FUTUROS REQUERIMENTOS	166
APÊNDICE II - CONTINUIDADE OPERACIONAL	168
APÊNDICE III - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	172
APÊNDICE IV - OUTRAS DIVULGAÇÕES NÃO ILUSTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	174

Balancos patrimoniais¹

Referência			Em 31 de dezembro				Consolidado			Controladora			
CPC 26.10(a), 10(ea)-(f), 29, 38-38A, 40A-40B, 54-55, 113			IAS 1.10(a), 10 (ea)-(f), 29, 38-38A, 40A-40B, 54-55, 113			Em milhares de Reais	Nota	2021	2020 ²	01/01/2020 ²	2021	2020 ²	01/01/2020 ²
			Ativos					Reapresentado*	Reapresentado* ³		Reapresentado*	Reapresentado* ³	
CPC 26.54(i)	IAS 1.54(i)		Caixa e equivalentes de caixa	12	1.504		1.849	2.529	431	1.004	1.350		
CPC 26.54(d)	IAS 1.54(d)		Outros investimentos, incluindo derivativos ⁴	13	662		1.032	947	-	-	-		
CPC 26.54(h)	IAS 1.54(h)		Contas a receber de clientes e outros recebíveis	14	32.518		22.325	17.651	-	-	-		
CPC 26.55	IAS 1.55		Ativos de contratos ⁵	37	1.271		782	-	-	-	-		
CPC 26.55	IAS 1.55		Pagamentos antecipados ⁶		330		1.200	895	14	172	221		
CPC 26.54(g)	IAS 1.54(g)		Estoques ⁷	15	12.148		12.119	11.587	-	-	-		
CPC 26.54(f)	IAS 1.54(f)		Ativos biológicos	16	32		31	29	-	-	-		
CPC 26.54(c)	IAS 1.54(c)		Ativos Intangível ⁸	21	115		120	100	-	-	-		
CPC 26.54(n)	IAS 1.54(n)		Ativo fiscal corrente		34		60	-	-	-	-		
CPC 31.38,40 CPC 26.54(j)	IFRS 5.38, 40 IAS 1.54(j)		Ativos não circulantes mantidos para venda	17	14.400		-	-	-	-	-		
CPC 26.60	IAS 1.60		Total do ativo circulante ¹³		63.014		39.518	33.738	445	1.176	1.571		
CPC 26.54(o), 56	IAS 1.54(o), 56		Ativo fiscal diferido	32	2.251		2.108	985	-	-	-		
CPC 26.55	IAS 1.55		Benefícios a empregados	34	671		731	716	-	-	-		
CPC 26.54(d)	IAS 1.54(d)		Outros investimentos, incluindo derivativos ⁴	13	3.616		3.512	3.221	-	-	-		
			Total do realizável a longo prazo ¹³		6.538		6.351	4.922	-	-	-		
CPC 26.54(e)	IAS 1.54(e)		Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	18	2.489		1.948	1.530	2.489	1.948	1.530		
CPC 26.54(e)	IAS 1.54(e)		Investimentos em controladas	18	-		-	-	38.484	29.151	23.743		
CPC 26.54(b), 06.49	IAS 1.54(b), 17.49		Propriedades para investimento ⁹	19	1.520		400	300	-	-	-		
CPC 26.54(f)	IAS 1.54(f)		Ativos biológicos	16	4.698		4.025	3.407	-	-	-		
CPC 26.54(a)	IAS 1.54(a)		Imobilizado ⁹	20	28.490		33.230	37.118	-	-	-		
CPC 26.54(c)	IAS 1.54(c)		Intangível	21	6.111		4.541	5.329	-	-	-		
					43.308		44.144	47.684	40.973	31.099	25.273		
CPC 26.60	IAS 1.60		Total do ativo não circulante ¹³		49.846		50.495	52.606	40.973	31.099	25.273		
			Total do ativo		112.860		90.013	86.344	41.418	32.275	26.844		

CPC 26.10, 67A

IAS 1.10

1

Os títulos aqui apresentados são consistentes com os títulos usados na norma CPC 26/IAS 1. Todavia, esses termos não são obrigatórios e a adoção de outros títulos é permitida, desde que o significado seja claro. Adicionalmente aos requerimentos da IAS 1, o CPC 26 requer que o ativo não circulante seja subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Insights 2.8.50.110

2

Quando os comparativos são reapresentados, embora não seja especificamente exigido pelos CPCs/IFRSs, na nossa visão, é necessário marcar os comparativos como ‘Reapresentado’ para destacar o fato de que as informações comparativas não são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do ano anterior.

CPC 26.10(f), 40(A)

IAS 1.10(f), 40(A)

3

O Grupo apresentou um terceiro balanço patrimonial do início do período anterior, porque a retificação de erros (veja *nota explicativa 9*) tem efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Insights 7.10.40.50

4

Na nossa visão, derivativos ativos e passivos devem ser apresentados como itens separados no balanço patrimonial, caso sejam significativos.

CPC 26.54-55, 47.105, 109, A

IAS 1.55-54, IFRS 15.105, 109, A, BC320-BC321

5

Embora não seja especificamente requerido, o Grupo apresentou no balanço patrimonial rubrica relacionada a ativos e passivos de contrato. Para obter orientações adicionais sobre a aplicação dos requerimentos do CPC 26/IAS 1 para classificação de ativos e passivos de contrato como circulantes ou não circulantes, consulte o parágrafo 4.2.510 do *Insights into IFRS*. Embora este guia use os termos "ativos de contrato" e "passivos de contrato", uma entidade pode usar outros termos.

Insights 4.2.510

CPC 26.66

IAS 1.66, Insights 3.1.30

6

O Grupo classificou os pagamentos antecipados como circulantes porque se referem à compra de estoques e espera-se que sejam realizados em até 12 meses após a data do balanço. Uma entidade deve aplicar os requisitos do CPC26/IAS 1 para determinar se deve classificar os pré-pagamentos como circulantes ou não circulantes.

CPC 47.B21

IFRS 15.B21, BC367

7

O CPC 47/IFRS 15 e outras normas não especificam onde os ativos de produtos a recuperar de clientes com relação a vendas com direito à devolução devem ser apresentados. O Grupo incluiu os ativos em "estoques" e os divulgou separadamente nas notas explicativas (veja *Nota explicativa 15*).

CPC 26.66

IAS 1.66, Insights 3.1.30

8

O Grupo classificou alguns ativos intangíveis (certificados de emissão) como circulantes (vide *nota explicativa 21(e)*), pois sua realização está prevista para até 12 meses após a data de apresentação. A entidade precisa aplicar os requisitos do CPC26/IAS 1 para determinar se deve classificar ativos intangíveis como circulantes ou não circulantes.

CPC 06.47(a), 48

IFRS 16.47(a), 48

9

O Grupo apresentou ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no 'imobilizado' - ou seja, na mesma linha em que apresenta ativos subjacentes da mesma natureza. Alternativamente, uma entidade pode optar por apresentar ativos de direito de uso separadamente no balanço patrimonial. Os ativos de direito de uso que atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados em "propriedade para investimento".

Demonstrações do resultado¹⁴

Referência		Exercício findo em 31 de dezembro	Consolidado		Controladora		
CPC 26.10 (b), 29, 38-38A, 81A-85, 113	IAS 1.10 (b), 29, 38-38A, 81A-85, 113	Em milhares de Reais	Nota	2021	2020	2021	2020
				Reapresentado*		Reapresentado*	
		Operações continuadas					
CPC 26.82(a)	IAS 1.82(a)	Receita ^{15, 16}	37	102.860	96.719	-	-
CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	Custo das vendas ¹⁷	38(c)	(55.432)	(56.186)	-	-
CPC 26.103	IAS 1.103	Lucro Bruto		47.428	40.533	-	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Outras Receitas	38(a)	893	104	-	-
CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	Despesas de vendas e distribuição ¹⁷	38(c)	(18.322)	(15.865)	-	-
CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	Despesas administrativas ¹⁷	38(c)	(17.732)	(14.428)	(570)	(241)
CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	Despesas com pesquisa e desenvolvimento ¹⁷	38(c)	(1.109)	(697)	-	-
CPC 04.126	IAS 38.126	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato ¹⁸	31(c)(iii)	(200)	(190)	-	-
CPC 2.82(ba)	IAS 1.82(ba)	Outras despesas	38(b)	(996)	-	-	-
CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103						
	IAS 1.85, BC55-BC56	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		9.962	9.457	(570)	(241)
CPC 26.85	IAS 1.85	Receitas financeiras ¹⁶		1.131	447	-	-
CPC 26.82(b)	IAS 1.82(b)	Despesas financeiras ¹⁹		(1.883)	(1.635)	-	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Despesas financeiras líquidas	39	(752)	(1.188)	-	-
CPC 26.82(c)	IAS 1.82(c)	Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	18	1.141	587	7.246	6.286
CPC 26.85	IAS 1.85	Resultado antes dos impostos		10.351	8.856	6.676	6.045
CPC 26.82(d), 32.77	IAS 1.82(d), 12.77	Imposto de renda e contribuição social	32	(3.178)	(2.460)	-	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Resultado líquido das operações continuadas		7.173	6.396	6.676	6.045
		Operações descontinuadas					
CPC 31.33(a), CPC 26.82(ea)	IFRS 5.33(a), IAS 1.82(ea)	Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos) ²⁰	36	379	(422)	379	(422)
CPC 26.81A(a)	IAS 1.81A(a)	Lucro líquido do exercício		7.552	5.974	7.055	5.623
		Resultado atribuído aos:					
CPC 26.83(a)(iii)	IAS 1.83(a)(iii)	Acionistas controladores		7.055	5.623		
CPC 26.83(a)(i)	IAS 1.83(a)(i)	Acionistas não controladores	29	497	351		
		Lucro líquido do exercício		7.552	5.974		
		Resultado por ação					
CPC 41.4	IAS 33.4	Resultado por ação - básico (em R\$)	40	2,15	1,69		
CPC 41.66	IAS 33.66	Resultado por ação - diluído (em R\$)	40	2,04	1,68		
		Resultado por ação - Operações continuadas					
CPC 41.66	IAS 33.66	Resultado por ação - básico (em R\$)	40	2,02	1,83		
CPC 41.66	IAS 33.66	Resultado por ação - diluído (em R\$)	40	1,92	1,82		

* A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros e uma operação descontinuada e uma reclassificação. Veja [notas explicativas 9, 36 e 20\(h\)](#).

CPC 26.82	IAS 1.82	14	O CPC 26/IAS 1 requer a apresentação separada de itens específicos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou determinadas linhas individuais porque, durante o período do relatório, não houve eventos ou transações a serem refletidas individualmente. Consulte as notas de rodapé 13 e 14 abaixo para considerações específicas relacionadas à apresentação linhas separadas na demonstração do resultado.
CPC 47.113, 26.29-30, 85	IFRS 15.113, IAS 1.29-30, 85, Insights 4.2.560.25	15	Aparentemente uma entidade não é obrigada a apresentar receita de contratos com clientes em uma linha separada na DRE e pode agregá-la com outros tipos de receita considerando os requerimentos do CPC 26/IAS 1. Entretanto, ao fornecer uma divulgação separada da receita de contratos com clientes - seja em notas explicativas ou na própria demonstração do resultado - acreditamos que a entidade não deve incluir valores que não se enquadram no escopo do CPC 47/IFRS 15. (veja Nota explicativa 37)
CPC 26.82(a)	IAS 1.82(a), Insights 7.10.70.20	16	O Grupo apresentou receita de juros sobre ativos financeiros que são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou VJORA como parte de "receita financeira", porque não a considera como parte de suas atividades geradoras de receita. Se a receita de juros, calculada usando o método de juros efetivos, constituísse receita, então a entidade seria obrigada a apresentar separadamente essa receita como receita de juros na demonstração do resultado. Aparentemente uma entidade pode apresentar receita de juros de outros ativos financeiros em outro item de receita se surgir no decorrer das atividades normais da entidade.
CPC 26.99-100	IAS 1.99-100	17	O Grupo decidiu analisar despesas reconhecidas no resultado com base em funções. Alternativamente, pelas IFRS a entidade pode apresentar a análise com base na natureza, se esta apresentação proporciona informação confiável e mais relevante. A análise por natureza pode também ser apresentada nas notas. No Brasil, o Art. 187 da Lei das S.A. trata da apresentação da demonstração do resultado por função.
CPC 26.82(ba), 85, 31, 97, 99	IAS 1.82(ba), 85, 31, 97, 99, Insights 4.1.20.40	18	A entidade que apresenta a análise de despesas por função ou por natureza na demonstração de resultados pode enfrentar desafios ao determinar como essa apresentação interage com os requerimentos específicos para apresentar o efeito de alguns eventos ou circunstâncias como um único valor na demonstração do resultado - por exemplo perdas por redução ao valor recuperável determinadas de acordo com a seção 5.5 do CPC 48/IFRS 9. O Grupo aplicou julgamento na determinação da apresentação apropriada e desagregou o valor da perda por redução ao valor recuperável em: (i) <i>impairment</i> relacionado ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, o qual é apresentado separadamente na demonstração do resultado; e (ii) <i>impairment</i> relacionado a investimentos em títulos de dívida, que não estão apresentados separadamente, mas estão incluídos em "despesa financeira" devido a considerações de materialidade; (iii) - O Grupo acredita que esta apresentação é relevante para o entendimento de seu desempenho financeiro.
CPC 26.82(b), CPC 06.49	IAS 1.82(b), IFRS 16.49, 7.IG13	19	O Grupo apresentou despesas com juros sobre o passivo de arrendamento separadamente da depreciação do ativo de direito de uso. A despesa de juros sobre o passivo de arrendamento é um componente das despesas financeiras, que é apresentada separadamente na demonstração do resultado.
CPC 31.33(a)-(b), CPC 26.82(e)	IFRS 5.33(a)-(b), IAS 1.82(ea)	20	O Grupo decidiu divulgar um único montante, após os impostos, dos resultados das operações descontinuadas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e efetuou a abertura desse montante em receitas, despesas e lucro ou prejuízo antes de impostos na nota explicativa 36 . Alternativamente, a entidade pode apresentar essa análise diretamente nas demonstrações do resultado.

Demonstrações do resultado abrangente

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro		Consolidado		Controladora	
		Nota	2021	2020	2021	2020
CPC26.10(b2), 81A IAS 1.10(b), 81A	Em milhares de Reais			Reapresentado*		Reapresentado*
CPC 26.10(a) IAS 1.81A(a)	Lucro líquido do exercício		7.552	5.974	7.055	5.623
	Outros Resultados Abrangentes (ORA)					
	Itens que não serão reclassificados para o resultado					
CPC 26.82A(a)(i) IAS 1.82A(a)(i)	Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	20(f)	200	-	-	-
CPC 26. 85 IAS 1. 85	Investimentos patrimoniais a VJORA - variação líquida no valor justo		141	59	-	-
CPC 40.20(a)(vii) IFRS 7.20(a)(vii)	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos ORA		15	(3)	-	-
CPC 26.82A(b)(i) IAS 1.82A(b)(i)	Remensuração do passivo de benefício definido (ativo)	34(b)	72	(15)	-	-
CPC 26. 85 IAS 1. 85	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes ²¹	32(b)	(137)	(14)	-	-
CPC 26. 91(b) IAS 1. 91(b)			291	27	-	-
	Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
CPC 26.82A(a)(ii) IAS 1.82A(a)(ii)	Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão		679	471	547	342
CPC 02.52(b) IAS 21.52(b)	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos ORA		(172)	(166)	160	67
CPC 26.82A(b)(iii) IAS 1.82A(b)(iii)	Reclassificação de diferenças de variação cambial por perda de influência significativa		(20)	-	-	-
CPC 26.92 IAS 1. 92	Hedge de investimento líquido em operações no exterior - perda líquida		(3)	(8)	-	-
CPC 26.85 IAS 1. 85	Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo ²²		(62)	95	-	-
CPC 40.23(c) IFRS 7.23(c)	Hedge de fluxo de caixa - reclassificação para o resultado ^{22, 23}		(31)	(12)	-	-
CPC 40.23(d), CPC 26.92 IAS 1.92	Custo da reserva de hedge - mudanças no valor justo		34	10	-	-
CPC 26. 85 IAS 1. 85	Custo da reserva de hedge – reclassificado para o resultado ²³		8	2	-	-
CPC 26.92 IAS 1. 92	Títulos públicos a VJORA - mudanças no valor justo		54	60	-	-
CPC 40.20(a)(viii) IFRS 7.20(a)(viii)	Títulos públicos a VJORA – reclassificado para o resultado ²³		(64)	-	-	-
CPC 40.20(a)(viii), CPC 26.92 IAS 1.92	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes ²¹	32(b)	19	(48)	-	-
CPC 26. 91(b) IAS 1.91(b)			442	404	707	409
	Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social		733	431	707	409
CPC 26.81A(b) IAS 1.81A(b)			8.285	6.405	7.762	6.032
CPC 26.81A(c) IAS 1.81A(c)	Resultado abrangente total do exercício					
	Resultado abrangente atribuível aos:					
CPC 26.81B (b)(ii) IAS 1.81B (b)(ii)	Acionistas controladores		7.762	6.032		
CPC 26.81B (b)(i) IAS 1.81B (b)(i)	Acionistas não controladores	29	523	373		
	Resultado abrangente total		8.285	6.405		

* A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros e uma operação descontinuada. Veja notas explicativas 9, 36 e 20(h).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPC 26.90-91 IAS 1.90-91	21	O Grupo optou por apresentar os componentes individuais antes do imposto de renda e contribuição social relacionados, com um valor total apresentado para o imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado abrangente, e forneceu divulgações relacionadas ao imposto de renda e contribuição social sobre cada componente na Nota explicativa 32(b). Alternativamente, uma entidade pode apresentar componentes individuais de ORA líquidos do imposto de renda e contribuição social relacionados diretamente nas demonstrações do resultado abrangente.
CPC 48.6.5.11-6.5.15, CPC 26.82A(a) IFRS 9.6.5.11-6.5.15, IAS 1.82A(a), Insights 7.10.90.35	22	O CPC 48/IFRS 9 especifica se e quando os valores anteriormente reconhecidos em ORA são reclassificados para o resultado. No entanto, em algumas circunstâncias, no momento em que o ganho ou perda é reconhecido em ORA, pode não ser claro se ele vai ser posteriormente reclassificado para o resultado. Por exemplo, se uma entidade fizer hedge de uma compra futura de um item não financeiro, os ganhos e perdas relacionados ao hedge serão subsequentemente incluídos no custo inicial do item não financeiro e afetará o resultado quando o item não financeiro for alienado ou tenha seu valor nominal reduzido. Por outro lado, se não for mais esperado que os fluxos de caixa futuros objeto de hedge ocorram ou se não for mais provável que uma perda seja recuperável, os ganhos ou perdas de hedge serão reclassificados para o resultado. Dessa forma, na nossa visão, os ganhos ou perdas em hedge de fluxo de caixa e os custos de hedge relacionados ao reconhecimento futuro de um ativo ou passivo não financeiro devem ser apresentados em ORA como itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado quando condições específicas forem atendidas.
CPC 26.94 IAS 1.94	23	O Grupo optou por apresentar as reclassificações para o resultado do exercício de itens provenientes de ORA. Alternativamente, uma entidade pode apresentar esses ajustes nas notas explicativas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<p><i>CPC 39.33</i> <i>IAS 32.33, Insights 7.3.750.10-20</i></p>	<p>24 As normas CPCs/IFRSs não impõem um método específico de como apresentar as ações em tesouraria dentro do patrimônio líquido. No entanto, a legislação local pode determinar seu método de alocação. Sendo assim, uma entidade precisa levar em consideração o seu ambiente legal ao escolher a forma de apresentar as ações em tesouraria no patrimônio líquido, e aplicá-la de forma consistente a todas as ações em tesouraria. O Grupo optou por apresentar o custo total das ações em tesouraria como uma categoria separada de patrimônio líquido.</p>
<p><i>CPC 26.78(e), 79(b)</i> <i>IAS 1.78(e), 79(b), 108, Insights 4.5.900.30</i></p>	<p>25 O CPC 10/IFRS 2 não especifica se um aumento reconhecido no patrimônio líquido que tenha relação com uma transação de pagamento baseado em ações deveria ser apresentado como uma linha separada dentro do patrimônio líquido ou dentro de lucros acumulados. Em nosso entendimento, ambas as abordagens são permitidas pelas normas. O Grupo optou por apresentar referido aumento dentro de uma linha separada do patrimônio líquido.</p>

© 2021 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Referência CPC 26.10(d), 29, 38-38A, 113	IAS 1.10(d), 29, 38-38A, 113	Exercício findo em 31 de dezembro <i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado		Controladora	
				2021	2020	2021	2020
				Reapresentado*		Reapresentado*	
CPC 03.18(b)	IAS 7.18(b)	Fluxo de caixa das atividades operacionais^{26, 27}					
		Lucro líquido do exercício²⁸		7.552	5.974	7.055	5.623
		Ajustes para:					
		– Depreciação	20(a)	5.339	5.122	-	-
		– Amortização	21(a)	785	795	-	-
		– Receita diferida	26	(38)	-	-	-
		– (Reversão de) perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	20(b)	(393)	1.123	-	-
		– Provisão para processos judiciais	25(a)	2.384	1.180	-	-
		– Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	21(c)	16	285	-	-
		– Perdas por redução ao valor recuperável de ativos classificados como mantidos para venda	17(a)	35	-	-	-
		– Mudanças no valor justo de ativos biológicos	16(a)	(587)	(28)	-	-
		– Mudanças no valor justo de propriedades para investimento	19(a)	(20)	(60)	-	-
		– Despesas financeiras líquidas	39	752	1.188	-	-
		– Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	18	(1.141)	(587)	(7.246)	(6.286)
		– Resultado na venda de ativo imobilizado	38(a)	(48)	(16)	-	-
		– Ganho na venda de operação descontinuada, líquido de impostos	36	(516)	-	-	-
		– Transações de pagamento baseado em ações, liquidável em ações	34(e)	755	248	-	-
		– Despesas de imposto de renda e contribuição social	32	3.153	2.416	-	-
		– Outros		-	(2.360)	325	104
				18.028	15.280	134	(559)
		Variações em:					
		– Ativos intangíveis (certificados de emissões) ²⁹		5	(20)	-	-
		– Estoques		(1.851)	(197)	-	-
		– Ativos de contrato		(489)	(782)	-	-
		– Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(17.163)	(5.657)	-	-
		– Passivos de contrato		(6)	(2)	-	-
		– Pagamentos antecipados		870	(305)	-	-
		– Contas a pagar e outros ³⁰		4.493	(5.082)	-	-
		– Provisões e benefícios a empregados		26	274	-	-
		Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		3.913	3.509	134	(559)
CPC 03.31, 32	IAS 7.31, 32	Juros pagos ^{30, 31, 32}		(1.609)	(1.289)	-	-
CPC 03.35	IAS 7.35	Impostos pagos sobre o lucro		(400)	(1.913)	-	-
CPC 03.10	IAS 7.10	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		1.904	307	134	(559)

CPC 03.18–19, 20A	IAS 7.18–19	26	O Grupo optou por apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto. Alternativamente, uma entidade pode apresentar os fluxos de caixa operacionais utilizando o método direto (veja <i>Apêndice III</i>). Caso a entidade use o método direto, o CPC 03.20A requer que uma conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais seja fornecida. A conciliação deve apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens a serem conciliados, à semelhança do que é feito quando a entidade usa o método indireto. Esse requerimento não existe na IAS 7 emitida pelo IASB.
CPC 40.31, 33–34 CPC 03.10–11, 43	IFRS 7.31, 33–34 IAS 7.10–11, 43, Insights 2.3.75.30–60, IU 12–20	27	Não há orientação específica nas normas IFRS sobre a classificação de fluxos de caixa de operações de <i>reverse factoring</i> . Entretanto, na nossa visão, é a natureza da atividade, e não a classificação do item relacionado no balanço patrimonial, que determina a classificação da saída de caixa. Além disso, em nossa visão, ao determinar a classificação apropriada, a entidade deve exercer julgamento e avaliar se ocorre uma única saída de caixa ou múltiplos fluxos de caixa. O Grupo apresenta uma única saída de caixa para os pagamentos feitos ao banco porque considera que o pagamento do banco para o fornecedor não é uma transação do caixa da entidade. O Grupo classifica suas saídas de caixa para pagamentos feitos ao banco dentro das atividades operacionais porque julga a natureza principal desses pagamentos como sendo relacionada à compra de bens e serviços. O Grupo divulgou as transações não monetárias (veja <i>nota explicativa 22</i>) e divulgou o risco de liquidez decorrente de passivos relacionados com operações de <i>reverse factoring</i> (veja <i>nota explicativa 31(c)(iii)</i>). Pode haver outras abordagens aceitáveis, dependendo da forma legal e da estrutura das operações de <i>reverse factoring</i> .
CPC 03.18, 20, A	IAS 7.18, 20, A Insights 2.3.30.20	28	O Grupo optou por utilizar o lucro líquido como ponto de partida para apresentar os fluxos de caixa operacionais utilizando o método indireto. Este é o ponto de partida previsto no CPC 03/IAS 7, muito embora o exemplo disponibilizado no anexo à norma seja iniciado com um valor diferente – ‘Lucro antes do imposto de renda e contribuição social’. Como o anexo é apenas ilustrativo, e portanto, não tem o mesmo status que a norma, consideramos mais apropriado seguir a norma.
CPC 03.16, 11	IAS 7.6, 11, Insights 2.3.20.11	29	O Grupo classificou os fluxos de caixa relacionados a certificados de emissões (ativos intangíveis circulantes) dentro das atividades operacionais porque se relacionam com as principais atividades geradoras de receita do Grupo e os ativos não são considerados de longo prazo por natureza. Espera-se que os certificados de emissões sejam realizados dentro de 12 meses da data do balanço, entregando-os ao governo para liquidar a obrigação de emissões anuais (veja <i>nota explicativa 21(e)</i>). Ao determinar a classificação dos fluxos de caixa, uma entidade considera a natureza da atividade a que se relacionam.
CPC 06.50, CPC 03.17(e)	IFRS 16.50, IAS 7.17(e) Insights 2.3.50.38	30	O Grupo classificou: (i) pagamentos da parcela do principal de arrendamento como atividades de financiamento; (ii) pagamentos da parcela dos juros como atividades operacionais (veja <i>nota de rodapé 28</i> acima); e (iii) pagamentos de arrendamento de curto prazo e pagamentos de arrendamentos de ativos de baixo valor como atividades operacionais.
		31	Na nossa visão, a entidade deve aplicar uma política contábil consistente para classificar os fluxos de caixa relacionados a juros capitalizados pagos ou como atividade de investimento, considerando que os pagamentos para adquirir o ativo qualificável são refletidos como atividade de investimento; ou de forma consistente com os fluxos de caixa de juros que não são capitalizados. O Grupo apresentou juros capitalizados de forma consistente com os fluxos de caixa de juros que não são capitalizados.
CPC 03.31 e 34A	IAS 7.31 Insights 2.3.50.10–20	32	As IFRS requerem que fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos sejam divulgados separadamente. Na nossa visão, essa divulgação é necessária na própria demonstração dos fluxos de caixa, em vez das notas. Na ausência de orientação específica nas IFRS, a entidade elege uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para classificar os juros e dividendos pagos como atividades operacionais ou de financiamento, e juros e dividendos recebidos como atividades operacionais ou de investimento. O Grupo optou por classificar os fluxos de caixa de juros pagos como atividades operacionais, e os fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos como atividades de investimento e os fluxos de caixa de dividendos pagos como atividades de financiamento. Os juros pagos incluem a parte dos juros das obrigações do arrendamento..

Demonstrações do valor adicionado

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro	Nota	Consolidado		Controladora	
			2020	2019	2020	2019
	<i>Em milhares de Reais</i>			Reapresentado*		Reapresentado*
	Receitas (1)		125.275	113.063	-	-
CPC 09.14	Vendas de mercadorias, produtos e serviços		120.896	112.942	-	-
CPC 09.14	Outras receitas	37(a)	489	313	-	-
CPC 09.14	Receitas relativas à construção de ativos próprios		4.100	-	-	-
CPC 09.14	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7(a)	(210)	(192)	-	-
	Insumos adquiridos de terceiros (2)		76.199	74.579	704	298
CPC 09.14	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		32.181	35.722	-	-
CPC 09.14	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		44.511	37.399	704	298
CPC 09.14	Perda/recuperação de valores ativos		(493)	1.458	-	-
	Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		49.076	38.484	(704)	(298)
CPC 09.14	Depreciação e amortização (4)	38(c)	6.124	5.917	-	-
	Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (3) - (4) = (5)		42.952	32.567	(704)	(298)
	Valor adicionado recebido em transferência (6)		6.991	8.598	9.002	6.492
CPC 09.14	Resultado da equivalência patrimonial	18	1.141	587	7.246	6.286
CPC 09.14	Receitas financeiras	39	1.131	447	-	-
CPC 09.14	Outras ³⁴		4.719	7.564	1.756	206
	Valor adicionado total a distribuir (5+6)		49.943	41.165	8.298	6.194
	Distribuição do valor adicionado		49.943	41.165	8.298	6.194
CPC 09.15	Pessoal	34(e)	23.251	20.414	-	-
	Remuneração direta	34(e)	18.286	16.229	-	-
	Benefícios		3.868	3.210	-	-
	F.G.T.S.	34(e)	1.097	975	-	-
CPC 09.15	Impostos, taxas e contribuições		15.759	12.430	-	-
	Federais		11.281	9.256	-	-
	Estaduais		3.380	3.085	-	-
	Municipais		1.098	89	-	-
CPC 09.15	Remuneração de capitais de terceiros		2.138	1.776	-	-
	Juros	39	1.523	1.299	-	-
	Aluguéis	38(c)	465	477	-	-
	Outras		150	-	-	-
CPC 09.15	Remuneração de capitais próprios		8.795	6.545	8.298	6.194
	Dividendos e juros sobre o capital próprio	27(c)	1.243	571	1.243	571
	Lucros retidos		7.055	5.623	7.055	5.623
	Participação de não controladores nos lucros retidos		497	351	-	-

* Veja nota explicativa 9

34 O CPC 9 não prevê a forma de apresentação de resultados de operações descontinuadas. Com o intuito de isolar os montantes oriundos de tais operações em linha com o objetivo do pronunciamento CPC 31, o Grupo decidiu apresentar os resultados de operações descontinuadas em uma única linha, agrupando e incluindo os saldos na linha de Outras na seção de Valores recebidos em transferência. No entanto, em nosso entendimento, os resultados de operações descontinuadas podem também ser apresentados de outras formas na DVA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota	Pg.	Nota	Pg.
Base de preparação		Benefícios a empregados	
1.	Contexto operacional	16	
2.	Relação de entidades controladas	17	
3.	Aquisição de controladas	17	
4.	Base de preparação	21	
5.	Moeda funcional e moeda de apresentação	21	
6.	Uso de estimativas e julgamentos	21	
7.	Mudança nas principais políticas contábeis	23	
Políticas contábeis		Desempenho do ano	
8.	Base de mensuração	24	
9.	Retificação de erros	25	
10.	Principais políticas contábeis	26	
11.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	52	
Ativos		Outras informações	
12.	Caixa e equivalentes de caixa	54	
13.	Outros investimentos, incluindo derivativos	55	
14.	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	55	
15.	Estoques	56	
16.	Ativos biológicos	57	
17.	Ativos e passivos mantidos para venda	61	
18.	Equivalência patrimonial em investidas	62	
19.	Propriedade para investimento	66	
20.	Imobilizado	68	
21.	Ativos intangíveis e ágio	71	
Passivos e Patrimônio Líquido		41.	Waiver pelo não cumprimento de acordo contratual (<i>covenant</i>)
22.	Fornecedores e outras contas a pagar	78	
23.	Empréstimos e financiamentos	79	
24.	Provisões	84	
25.	Provisão para processos judiciais	86	
26.	Subvenção Governamental	87	
27.	Capital social e reservas	88	
28.	Gerenciamento do capital	90	
29.	Participação de acionistas não controladores	92	
30.	Aquisição de participação de acionistas não controladores	94	
Instrumentos financeiros		42.	Arrendamentos
31.	Instrumentos financeiros	95	
Tributos sobre o lucro		43.	Compromissos
32.	Imposto de renda e contribuição social	131	
		44.	Partes relacionadas
		45.	Eventos subsequentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras³⁵

CPC 26.10(e) IAS 1.10(e)

CPC 26.51(a)-(b),
138(a)-(b) IAS 1.51(a)-(b),
138(a)-(b)**1. Contexto Operacional**

A Entidade ABC (a Entidade) é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Entidade é Rua X, 12, São Paulo. As demonstrações financeiras da Entidade abrangem a Entidade e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de papel e produtos relacionados a papel, no cultivo de árvores e na venda de madeira (veja [nota explicativa 35\(a\)](#)).

2. Relação de entidades controladas³⁶

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(a\)\(ii\)](#).

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo.

CPC 45.10(a),
12(a)-(b), CPC
05.13-14 IFRS 12.10(a),
12(a)-(b), IAS
24.13-14

	Participação acionária %		
	País	2021	2020
Baguette S/A	França	100	100
Mermaid A/S	Dinamarca	100	100
Papier GmbH	Alemanha	100	100
Lei Sure Limited	Romênia	100	100
Paper Pabus Co	Reino Unido	100	100
Hemy Payo Products N.V.	Holanda	100	100
Oy Kossu AG	Suíça	90	90
Papyrus Pty Limited	Estados Unidos	90	25
Swissolote AG	Suíça	75	60
Maple-leaf Inc (a)	Canadá	45	45
Silver Fir S.A. (a)	Espanha	48	48
Sloan Bio-Research (b)	Reino Unido	-	-
MayCo (b)	Estados Unidos	-	-

(a) Maple-leaf Inc e Silver Fir S.A.

Embora o Grupo possua participação de menos da metade do capital da Maple-leaf Inc e da Silver Fir SA e tenha menos da metade do seu poder de voto, a Administração determinou que o Grupo controla estas duas entidades. O Grupo controla a Maple-leaf Inc em função de um acordo com os demais acionistas; o Grupo tem o controle sobre a Silver Fir SA com base no poder de fato, pois os direitos de voto restantes na investida são muito dispersos e não há nenhuma indicação de que todos os demais acionistas exerçam os seus poderes de voto coletivamente.

CPC 45.7(a), 9(b),
CPC 26.122 IFRS 12.7(a), 9(b),
IAS 1.122CPC 26.113-
114 IAS 1.113-
114

³⁵ Notas são apresentadas, na medida do possível, em uma ordem sistemática e são referenciadas de/para as linhas das demonstrações primárias. Ao determinar uma forma sistemática de apresentação, uma entidade considera o efeito na compreensão e comparabilidade das demonstrações financeiras. O Grupo aplicou julgamento ao apresentar informações relacionadas de maneira agrupada, na forma que o Grupo considera mais relevante para a compreensão do seu desempenho e posição financeira. A ordem apresentada é somente ilustrativa e as entidades precisam adaptar a sequência das notas para suas circunstâncias específicas.

³⁶ Exemplos adicionais de divulgações conforme CPC 45/IFRS 12 encontram-se em nosso [Guia para Demonstrações Financeiras Anuais – Suplemento CPC 45/IFRS 12](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

2. Relação de entidades controladas (continuação)

(b) Sloan Bio-Research Co e MayCo

CPC 45.7(a), 9(b),
10(b)(iii) IFRS 12.7(a), 9(b),
10(b)(iii)

O Grupo não detém participações no capital de duas entidades estruturadas, Sloan Bio-Research Co e MayCo. No entanto, com base nos termos dos acordos sob os quais essas entidades foram estabelecidas, o Grupo recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e ativos líquidos (estas entidades executam atividades de pesquisa exclusivamente para o Grupo) e tem a capacidade atual de direcionar as atividades dessas entidades que afetam mais significativamente estes retornos. Devido às participações dos proprietários nestas entidades serem apresentadas como passivo do Grupo, não há participação de não controladores para essas entidades.

CPC 45.14 IFRS 12.14

A Entidade emitiu garantias a certos bancos relacionadas a linhas de crédito de R\$ 700 mil concedidas a estas entidades, que é o valor máximo do risco de crédito ao qual a Entidade está exposta.

3. Aquisição de controladas

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(a\)\(i\)-\(iii\)](#).

CPC 15.B64(a)-(c) IFRS 3.B64(a)-(c)

Em 31 de março de 2021, o Grupo obteve o controle da Papyrus, fabricante e distribuidora de papel e celulose, ao adquirir mais 65% das ações do capital votante dessa entidade. Como resultado, a participação acionária do Grupo na Papyrus aumentou de 25% para 90%, e portanto, o Grupo obteve o controle da Papyrus. (Veja [nota explicativa 18\(b\)](#)).

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Papyrus estão incluídos *inputs* (uma sede, várias fábricas, tecnologia patenteada, estoques e relacionamentos com clientes), processos de produção e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio.³⁷

CPC 15.B64(d) IFRS 3.B64(d)

A aquisição de controle da Papyrus permitirá ao Grupo modernizar seu processo de produção por meio do acesso à tecnologia patenteada da Papyrus. Espera-se que a aquisição possibilite ao Grupo maior participação no mercado de papel padrão, através do acesso à base de clientes da Papyrus. O Grupo também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

CPC 15.B64(q) IFRS 3.B64(q)

Nos nove meses findos em 31 de dezembro de 2021, a Papyrus contribuiu com uma receita de R\$ 20.409 mil e lucro de R\$ 425 mil às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$ 107.091 mil e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 8.128 mil. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021.

CPC 15.B64(f) IFRS 3.B64(f)

(a) Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	
Caixa		2.500
Instrumentos patrimoniais (8.000 ações ordinárias)	27(a)(i)	87
Substituição do plano de pagamento baseado em ações		120
Contraprestação contingente	31(b)(iii)	250
Liquidação de relação pré-existente	38(b)	(326)
Total da contraprestação transferida		2.631

(i) Instrumentos patrimoniais emitidos

CPC 15.B64(f)(iv) IFRS 3.B64(f)(iv)

O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi baseado na cotação das ações da Entidade na bolsa em 31 de março de 2021 de R\$ 10,88 por ação.

CPC 15.3 IFRS 3.3

37 Não há requerimento de divulgação adicional introduzida pela Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15 (IFRS 3)). Uma entidade aplica os requerimentos de divulgação existentes do CPC 15 (IFRS 3). Essas informações são fornecidas apenas para fins ilustrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

(a) Contraprestação transferida (continuação)

(ii) Substituição do plano de pagamento baseado em ações

CPC 15.B64(I)

IFRS 3.B64(I)

De acordo com os termos e condições do contrato de aquisição, o Grupo substituiu o plano de pagamento baseado em ações, liquidável em ações, mantido pelos funcionários da Papyrus (plano da Entidade adquirida) por um plano de pagamento baseado em ações, também liquidável em ações, do Grupo (novo plano). Detalhes do plano da Entidade adquirida e do novo plano seguem abaixo:

	Plano da adquirida	Novo plano
Termos e condições	Concedido em: 1º de abril de 2020 Data de aquisição do direito: 31 de março de 2024 Condição de serviço	Data de aquisição do direito: 31 de março de 2024 Condição de serviço
Valor justo na data de aquisição	R\$ 527 mil	R\$ 571 mil

CPC 15.64(I)

IFRS 3.64(I)

O valor líquido do novo plano é R\$ 520 mil, levando-se em consideração uma perda de direito estimada de 9%. A contraprestação transferida na combinação de negócios incluiu um montante de R\$ 120 mil transferido aos funcionários da Papyrus quando da substituição do plano, o qual se refere a serviços passados. A diferença de R\$ 400 mil será reconhecida como custo de remuneração por serviços pós-aquisição. Para detalhes adicionais sobre o novo plano, veja [nota explicativa 33\(a\)\(ii\)](#).

CPC 15.B64(g),
B67(b)IFRS 3.B64(g),
B67(b)

(iii) Contraprestação contingente

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R\$ 600 mil dentro de um prazo de 3 anos, caso o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) acumulado da Entidade adquirida, nos próximos três anos, exceda R\$ 10 milhões. O Grupo registrou R\$ 250 mil como contraprestação contingente relacionada ao pagamento adicional, que representa o seu valor justo na data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2021 o valor justo da contraprestação contingente era de R\$ 270 mil (veja [nota explicativa 22](#)).

CPC 15.B64(I)

IFRS 3.B64(I)

(iv) Liquidação de relação pré-existente

Antes da aquisição, o Grupo e a Papyrus eram parte de um contrato de fornecimento de longo prazo no qual a Papyrus fornecia madeira ao Grupo a um preço fixo. O contrato possuía uma cláusula que permitia ao Grupo encerrar o contrato antes do término pagando uma multa de R\$ 326 mil à Papyrus. Esta relação pré-existente foi encerrada efetivamente quando o Grupo adquiriu a Papyrus.

O Grupo registra R\$ 326 mil como contraprestação transferida no encerramento do contrato de fornecimento com a Papyrus, e este montante foi reconhecido na demonstração de resultados como 'Outras despesas operacionais' (veja [nota explicativa 38\(b\)](#)). Este valor é o menor entre a multa rescisória e o valor do 'elemento de condições fora-de-mercado' do contrato. O valor justo do contrato na data de aquisição era de R\$ 600 mil, dos quais R\$ 400 mil se referiam ao preço desfavorável ao Grupo em relação aos preços do mercado atual.

(b) Custos de aquisição

CPC 15.B64(I)-(m)

IFRS 3.B64(I)-(m)

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 50 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

CPC 15.B64(i), IFRS 3.B64(i),
CPC 03.40(a)-(d) IAS 7.40(a)-(d)

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	
Caixa e equivalentes de caixa		375
Contas a receber de clientes		848
Estoques		825
Imobilizado	20(a)	1.955
Intangível	21(a)	250
Fornecedores e outras contas a pagar		(460)
Empréstimos e financiamentos		(500)
Passivos contingentes	24	(20)
Provisão para restauração de localidades	24	(150)
Passivo fiscal diferido	32(e)	(79)
Total dos ativos identificáveis, líquido		3.044

CPC 15.61 IFRS 3.61

(i) Mensuração de valor justo³⁸

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

CPC 15.B64(h)(ii)-(h)(iii) IFRS 3.B64(h)(ii)-(h)(iii)

O "Contas a receber de clientes" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 900 mil, dos quais R\$ 52 mil são estimados como não recuperáveis na data de aquisição.

Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias

CPC 15.B67(a), IFRS 3.B67(a),
CPC 26.125 IAS 1.125

Os seguintes valores foram mensurados em bases provisórias:

- O valor justo de ativos intangíveis da Papyrus (tecnologia patenteada e relacionamentos com clientes) foi determinado provisoriamente pendente de conclusão de uma avaliação independente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

CPC 15.B64(i), IFRS 3.B64(i),
CPC 03.40(a)-(d) IAS 7.40(a)-(d)

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos (continuação)

(i) Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias (continuação)

- A Papyrus está se defendendo em um processo judicial movido por um cliente que alega que a Papyrus forneceu produtos com defeito. A avaliação da administração, com base na sua interpretação do contrato de venda com o cliente e na avaliação de seu consultor jurídico independente, é que, apesar da existência de obrigação legal, o processo do cliente tem pouco fundamento e uma saída de recursos não é provável para encerrar a disputa. A avaliação da administração do valor justo deste passivo contingente, levando em conta os possíveis resultados do processo judicial, é de R\$ 20 mil (veja [nota explicativa 25](#)).
- As operações da Papyrus estão sujeitas a regulamentações ambientais específicas. O Grupo conduziu uma avaliação preliminar da provisão para restauração de algumas localidades decorrente da referida regulamentação, e reconheceu um montante provisório. No entanto, o Grupo vai continuar revisando esses assuntos durante o período de mensuração.

Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

(d) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	<i>Em milhares de reais</i>	Nota	2021
	Contraprestação transferida	(a)	2.631
CPC 15.B64(o)(i) IFRS 3.B64(o)(i)	Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida		305
	Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida		649
CPC 15.B64(p)(i) IFRS 3.B64(p)(i)	Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(c)	(3.044)
	Ágio	21(a)	541
CPC 15.B64(p)(ii) IFRS 3.B64(p)(ii)	A avaliação a valor justo da participação pré-existente de 25% na entidade adquirida resultou em um ganho de R\$ 250 mil (R\$ 649 mil menos R\$ 419 mil referente ao valor contábil do investimento avaliado pela equivalência patrimonial na data de aquisição, mais R\$ 20 mil referente ao ajuste acumulado de conversão reclassificado para o resultado). Esse montante foi reconhecido como 'Receita financeira' na demonstração do resultado (veja nota explicativa 39).		
CPC 15.B64(e), IFRS 3.B64(e), B64(k) B64(k)	O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Papyrus e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

4. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

CPC 26.16,
112(a) IAS 1.16, 112(a)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.³⁹

CPC 24.17 IAS 10.17

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2022.⁴⁰

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na [nota explicativa 7](#) e [nota explicativa 10](#).

OCPC 07.38

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

CPC 26.51(d)-(e) IAS 1.51(d)-(e)

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

CPC 26.122 IAS 1.122

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- [Nota explicativa 10\(d\)](#) – reconhecimento de receita: se a receita de produtos de papel feitos sob encomenda é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- [Nota explicativa 18\(b\)](#) - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- [Nota explicativa 22](#): operações de *reverse factoring*: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa;
- [Nota explicativa 2\(a\)](#) - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- [Nota explicativa 42\(b\)](#) - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

³⁹ As demonstrações financeiras individuais de uma entidade podem ser elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) (*dual compliance*). Esta abordagem pode ser possível porque o uso do método de equivalência patrimonial para investimentos em controladas, coligadas e em empreendimento controlado em conjunto nas demonstrações separadas passou a ser reconhecido para fins das IFRS e, portanto, deixou-se de existir uma diferença relevante de prática contábil entre as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e demonstrações separadas (IFRS). No entanto, muito embora tenha ocorrido a harmonização com a aceitação da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em demonstrações separadas em IFRS, outras diferenças poderão surgir na aplicação prática. Portanto, uma análise e avaliação detalhada deverá ser executada pelas entidades antes da declaração de conformidade com o *dual compliance*.

⁴⁰ Se os sócios da entidade ou outros tiverem o poder de alterar as demonstrações contábeis após sua emissão, a entidade deve divulgar esse fato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

6. Uso de estimativas e julgamentos (continuação)

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

CPC 26.125,
129-130

IAS 1.125, 129-
130

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas 10(d) e 22 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Nota explicativa 34(d)(i) - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- Nota explicativa 32(h) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 32(i) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro
- Nota explicativa 16(b) - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 17(d) - determinação do valor justo menos custos de venda do grupo, de ativos mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 21(c) - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Notas explicativas 24 e 25 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 31(c)(iii) – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 3(a), (c) - aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

CPC 46.93(g)

IFRS 13.93(g)

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

CPC 46.95

IFRS 13.95

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

6. Uso de estimativas e julgamentos (continuação)

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas (continuação)

(i) Mensuração do valor justo (continuação)

- Nota explicativa 33(b) - transações de pagamento baseado em ações;⁴¹
- Nota explicativa 16(b) - ativos biológicos;
- Nota explicativa 17(d) - grupo de ativos mantidos para venda;
- Nota explicativa 19(b) - propriedade para investimento;
- Nota explicativa 31(b) - instrumentos financeiros; e
- Nota explicativa 3(c)(i) - aquisição de negócio.⁴²

CPC 23.8

IAS 8.28

CPC 48.7.2.43-
7.2.46, CPC
40.44HH, CPC
23.28(a)-(e)

IFRS
9.7.2.43-
7.2.46, IFRS
7.44HH, IAS
8.28(a)-(e)

7. Mudanças nas principais políticas contábeis⁴³

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

O Grupo aplicou as alterações da Fase 2 retrospectivamente. No entanto, de acordo com as exceções permitidas nas alterações da Fase 2, o Grupo optou por não reapresentar comparativos para os períodos anteriores para refletir a aplicação dessas alterações. Uma vez que o Grupo não teve transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.⁴⁴

Políticas específicas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021 para a reforma da taxa de juros de referência

As alterações da Fase 2 fornecem alívio prático de certos requerimentos das Normas IFRS. Esses benefícios referem-se a modificações de instrumentos financeiros e contratos de arrendamento ou relações de hedge desencadeadas pela substituição de uma taxa de juros de referência em um contrato por uma nova taxa de referência alternativa.

Se a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado mudasse como resultado da reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualizaria a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. A reforma da taxa de juros de referência exige uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando alterações foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de alterações na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo primeiro atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

CPC 46.6(a) IFRS 13.6(a)

41 O Grupo incluiu na lista acima a referência às divulgações sobre mensuração do valor justo para transações de pagamento baseado em ações. No entanto, os requisitos de mensuração e divulgação do CPC 46/IFRS 13 não se aplicam a essas transações.

IFRS 13.BC184

42 O Grupo divulgou informações sobre mensuração do valor justo dos ativos adquiridos em uma combinação de negócios, pois os usuários podem achar essa informação útil. No entanto, as exigências de divulgação do CPC 46/IFRS 13 não se aplicam ao valor justo desses ativos se eles são subsequentemente mensurados a outro valor que não o valor justo.

CPC 23.8 IAS 8.28

43 A descrição da natureza e efeitos das mudanças nas políticas contábeis apresentadas é apenas um exemplo que reflete os negócios do Grupo e pode não ser representativa da natureza e efeitos das mudanças em outras entidades. Para fins ilustrativos, em grande parte, tais efeitos são fornecidos sem considerar a materialidade. As alterações às normas e interpretações que entram em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2021 estão descritas no Apêndice I.

CPC 26.38 IAS 1.38

44 Informações comparativas são geralmente necessárias em relação ao período anterior para todos os valores reportados nas demonstrações financeiras do período atual e, se forem relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras do período atual, também para informações narrativas e descritivas. Contudo, quando as entidades adotam novas normas contábeis sem reapresentar informações comparativas, os requerimentos de divulgação das novas normas normalmente não se aplicam aos períodos comparativos porque as informações comparativas refletem os requerimentos das normas substituídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

CPC 23.8

IAS 8.28

7. Mudanças nas principais políticas contábeis (continuação)**Políticas específicas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021 para a reforma da taxa de juros de referência (continuação)**

CPC 06.105

IFRS 16.105

As alterações também fornecem uma exceção para utilizar uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na taxa de juros quando o passivo de arrendamento é reavaliado devido a uma modificação do arrendamento exigida pela reforma da taxa de juros de referência.

CPC 48.6.9.1,
6.9.7IFRS 9.6.9.1,
6.9.7

Finalmente, as alterações da Fase 2 fornecem uma série de isenções temporárias para certos requisitos de contabilidade de hedge quando uma mudança exigida pela reforma da taxa de juros de referência ocorre em um item de hedge e / ou instrumento de hedge que permite que a relação de hedge continue, sem interrupção. O Grupo aplicou os seguintes benefícios quando a incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência não estava mais presente no que diz respeito ao momento e ao valor dos fluxos de caixa com base na taxa de juros de referência do item de hedge ou instrumento de hedge:

- o Grupo alterou a designação de uma relação de hedge para refletir as alterações exigidas pela reforma sem interromper a relação de hedge; e
- quando um hedge de fluxo de caixa foi alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa foi considerado como base para a taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados.

Os detalhes das políticas contábeis encontram-se divulgados na [nota explicativa 10\(p\)\(iii\), \(v\) e \(u\)\(i\)](#). Veja também a [nota explicativa 31\(c\)\(iv\)](#) para divulgações relacionadas sobre riscos, ativos e passivos financeiros indexados pela LIBOR e contabilidade de hedge.

8. Base de mensuraçãoCPC 26.112(a),
117(a)IAS 1.112(a),
117(a)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- títulos de dívida e patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) mensurados pelo valor justo;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo;
- ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;
- propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo;
- passivos de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa mensurados pelo valor justo;
- o ativo ou passivo líquido de um plano de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, limitado conforme explicado na [nota explicativa 10\(e\)\(iv\)](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Retificação de erros⁴⁵

CPC 23.49

IAS 8.49

Durante o exercício de 2021, o Grupo identificou que as despesas de manutenção foram erroneamente duplicadas nas suas demonstrações financeiras desde o exercício findo em 2019.

Consequentemente, as despesas de manutenção e os passivos relacionados foram apresentados a maior. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

(i) Balanço patrimonial consolidado

CPC 23.49,

IAS 8.49,

1º de janeiro de 2020

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	86.344	-	86.344
Fornecedores e outras contas a pagar (circulante)	(28.335)	85	(28.250)
Passivo fiscal diferido	(295)	(28)	(323)
Outros	(28.209)	-	(28.209)
Total de passivos	(56.839)	57	(56.782)
Reserva de lucros	(8.440)	(57)	(8.497)
Outros	(21.065)	-	(21.065)
Total do patrimônio líquido	(29.505)	(57)	(29.562)

31 de dezembro de 2020

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	90.013	-	90.013
Fornecedores e outras contas a pagar (circulante)	(21.424)	96	(21.328)
Passivo fiscal diferido	(374)	(32)	(406)
Outros	(32.913)	-	(32.913)
Total de passivos	(54.711)	64	(54.647)
Reserva de lucros	(13.722)	(64)	(13.786)
Outros	(21.580)	-	(21.580)
Total do patrimônio líquido	(35.302)	(64)	(35.366)

CPC 23.49

IAS 8.49

(ii) Demonstrações consolidadas do resultado e resultado abrangente**Exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Despesas administrativas	(14.439)	11	(14.428)
Imposto de renda e contribuição social	(2.456)	(4)	(2.460)
Outros	22.862	-	22.862
Lucro líquido	5.967	7	5.974
Total do resultado abrangente	6.398	7	6.405

(iii) Demonstração do valor adicionado**Exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.410	(11)	37.399
Insumos adquiridos de terceiros	74.590	(11)	74.579
Federais	9.252	4	9.256
Impostos, taxas e contribuições	12.426	4	12.430
Lucros retidos	5.616	7	5.623

Não há nenhum impacto material sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído do Grupo e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

CPC 23.49 IAS 8.49

⁴⁵ O Grupo divulgou a natureza do erro do período anterior e o montante do ajuste para cada rubrica afetada nas demonstrações financeiras, conforme exigido pela CPC 23/IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis⁴⁶

CPC 26.112(a), IAS 1 112(a),
116 117(b), 119- 116 117(b), 119-
121 121

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também [nota explicativa 7](#)).

CPC 31.34 IFRS 5.34
CPC 26.41, IAS 1.41, 8.28
CPC 23.8

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de retificação de erros (veja [nota explicativa 9](#)) ou como uma mudança na classificação de certas despesas de depreciação durante o exercício corrente (veja [nota explicativa 20\(h\)](#)), ou como resultado de uma operação descontinuada durante o exercício corrente (veja [nota explicativa 36](#)).

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

(a) Base de consolidação	27
(b) Moeda estrangeira	28
(c) Operação descontinuada	29
(d) Receita de contrato com cliente	30
(e) Benefícios a empregados	32
(f) Subvenção e assistência governamentais	34
(g) Programa de emissões	34
(h) Receitas financeiras e despesas financeiras	35
(i) Imposto de renda e contribuição social	36
(j) Ativos biológicos	37
(k) Estoques	37
(l) Imobilizado	37
(m) Ativos intangíveis e ágio	38
(n) Propriedade para investimento	39
(o) Ativos mantidos para venda	39
(p) Instrumentos financeiros	39
(q) Capital social	46
(r) Instrumentos financeiros compostos	46
(s) Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	47
(t) Provisões	49
(u) Arrendamentos	50
(v) Mensuração do Valor Justo	52

⁴⁶ As políticas contábeis nessas demonstrações financeiras ilustrativas refletem as circunstâncias do Grupo, descrevendo apenas políticas específicas que são relevantes para o entendimento das demonstrações financeiras do Grupo. Por exemplo, a política contábil para ações preferenciais (veja [nota explicativa 10 \(q\)\(iii\)](#)) não tem o objetivo de ser uma descrição completa da classificação desse tipo de instrumento. Esses exemplos de políticas contábeis não devem ser utilizados como uma interpretação integral das normas CPCs/IFRSs e não devem ser utilizados como um substituto para a análise dos próprios pronunciamentos e interpretações. Para ajudá-lo a identificar certos requerimentos das normas CPCs/IFRSs, referências para os requerimentos de reconhecimento e mensuração das normas CPCs/IFRSs que são relevantes para a aplicação de determinada política contábil foram incluídas e estão indicadas entre chaves – por exemplo [CPC 15.19/IFRS 3.19].

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

CPC 15 . 3-4, 32, IFRS 3.3-4, 32, 34,53, B5-B12 34,53, B5-B12

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo (veja (a)(ii)). Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (veja (r)(ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja (p)).

CPC 15.B52 IFRS 3.B52

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

CPC 15.58 IFRS 3.58

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

CPC 15.30, B57- IFRS 3.30, B57-61 61

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

CPC 36.6, 20 IFRS 10.6, 20

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

CPC 15.19 IFRS 3.19

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.⁴⁷

CPC 36.23, B96 IFRS 10.23, B96

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

CPC 15.19 IFRS 3.19

⁴⁷ Uma entidade pode escolher em cada combinação de negócios se irá mensurar a participação dos não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida ou pelo valor justo. O Grupo elegeu utilizar a primeira forma de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(a) Base de consolidação (continuação)

(iv) Perda de controle

CPC 36.25, B98- IFRS 10.25, B98-
99 99

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial⁴⁸

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

CPC 19.15-16 IFRS 11.15-16
CPC 18.3 IAS 28.3

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

CPC 18.38-39 IAS 28.38-39

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

CPC 36.B86(c) IFRS 10.B86(c)
CPC 18.28 IAS 28.28

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida⁴⁹. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

CPC 02.21 IAS 21.21

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

CPC 02.23 IAS 21.23

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.⁵⁰

Insights
5.10.140.150

48 Apesar de não exemplificado, as coligadas de uma entidade podem ter políticas contábeis para itens que não se aplicam às demonstrações financeiras consolidadas. Na nossa visão, essa informação deve ser incluída na política contábil de investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial se for necessária para o entendimento dos resultados contabilizados ou do valor contábil dos investimentos contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Insights
3.5.430.30

49 Na ausência de orientações específicas nas normas IFRS, o Grupo optou por eliminar os ganhos e perdas não realizados resultantes de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial contra o investimento nas investidas. Alternativamente, a eliminação pode ser apresentada como uma redução no ativo subjacente - por exemplo, estoques.

Insights
2.7.160.20

50 Em nossa visão, a prática mais comum é que todas as diferenças de câmbio relacionadas a itens monetários sejam incluídas como parte das despesas financeiras. No entanto, também é aceitável alocar as diferenças de câmbio às linhas afetadas. Se as diferenças de câmbio forem alocadas desta forma, isso deve ser feito de forma consistente de período a período, de se levar em consideração a orientação do CPC 26/IAS 1 sobre compensação de valores e, em nossa visão, se a política tiver impactos significativos é necessário divulgá-la nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(b) Moeda estrangeira (continuação)

(i) Transações em moeda estrangeira (continuação)

CPC 48.B5.7.3 IFRS 9.B5.7.3

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo (veja p(v)); e
- um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(ii) Operações no exterior

CPC 02.39 IAS 21.39

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

CPC 36.B94 IFRS 10.B94
CPC 02.41 IAS 21.41

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

CPC 02.48–48D IAS 21.48–48D

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

(c) Operação descontinuada

CPC 31.32 IFRS 5.32

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

CPC 31. 34 IFRS 5.34

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(d) Receita de contrato com cliente⁵¹

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. Veja a [nota explicativa 10\(t\)](#) a respeito da política contábil para contratos onerosos.

CPC 47.119, IFRS 15.119,
123–126, 26.122 123–126, IAS
1.122

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Papel Padrão	<p>Os clientes obtêm controle da produção de papel padrão quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido para produtos de papel padrão, mas os clientes podem ganhar pontos no programa de fidelidade (veja programa de fidelidade).</p> <p>Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas mercadorias - i.e. não há devolução de dinheiro.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p> <p>Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de papel, tamanho, acabamento, etc. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.</p> <p>O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar (veja a Nota explicativa 22) e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques (veja a nota explicativa 15). O Grupo reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.</p>

CPC 26.117(b), IAS 1.117(b),
119 119

51 O Grupo apresenta as principais políticas contábeis relacionadas à receita de contratos com clientes na nota de 'políticas contábeis', em vez de uma nota de 'receitas'. Outras abordagens para apresentar políticas contábeis podem ser aceitáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(d) Receita de contrato com cliente (continuação)

CPC 47.119, IFRS 15.119,
123–126, 26.122 123–126, IAS
1.122

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Papel sob encomenda	<p>O Grupo determinou que, para o papel produzido sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os produtos são fabricados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os produtos de papel são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, o Grupo terá direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável.</p> <p>As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. Os valores não faturados são apresentados como ativos de contrato. Os clientes podem ganhar pontos de fidelidade (veja programa de fidelidade).</p>	<p>A receita e os custos associados são reconhecidos ao longo do tempo - ou seja, antes que as mercadorias sejam entregues nas instalações dos clientes. O andamento do serviço é determinado com base no método dos custos incorridos porque o cliente obtém o controle do trabalho em andamento à medida que os produtos de papel sob encomenda são fabricados. O método de custos incorridos representa fielmente a transformação do trabalho em andamento.</p>
Produtos de madeira	<p>Os clientes obtêm o controle de produtos de madeira quando os produtos são despachados do depósito do Grupo. As faturas são emitidas e a receita é reconhecida naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não são oferecidos descontos, pontos de fidelidade tampouco são aceitas devoluções para produtos de madeira.</p>	<p>A receita é reconhecida quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.</p>
Programa de fidelidade	<p>Os clientes que adquirem produtos de papel podem aderir ao programa de fidelidade do Grupo e ganhar pontos resgatáveis no momento de futuras compras. Os pontos acumulam e não expiram.</p>	<p>O Grupo aloca uma parte da contraprestação recebida ao programa de fidelidade. A alocação baseia-se nos preços de venda relativos independentes. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou quando for considerada remota a probabilidade de que os pontos do programa sejam resgatados.</p> <p>A receita diferida é incluída nos passivos de contrato.</p>
Serviços de gestão de recursos florestais e correlatos	<p>As faturas para os serviços florestais são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias.</p>	<p>A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.</p> <p>Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende os serviços em transações separadas.</p>

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(d) Receita de contrato com cliente (continuação)

CPC 47.119, IFRS 15.119,
123–126, 26.122 123–126, IAS
1.122

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Contratos de construção	O Grupo constrói galpões e depósitos para clientes no segmento de Produtos de Madeira com base nos projetos e em terrenos dos clientes. Cada projeto começa com o recebimento de um pagamento integral adiantado e sua duração depende da complexidade do projeto. No entanto, os projetos geralmente não se estendem além de seis meses.	A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato.

(e) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

CPC 33.11 IAS 19.11

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

CPC 10.14-15, IFRS 2.14-15,
19-21, 21 A 19-21, 21 A

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

CPC 10.30.32 IFRS 2.30, 32

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

(iii) Planos de contribuição definida

CPC 33.28.51 IAS 19.28, 51

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(e) Benefícios a empregados (continuação)

(iv) Planos de benefício definido

CPC 33.57, 83 IAS 19.57, 83

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

CPC 33.63-64 IAS 19.63-64
IFRIC 14.23-24

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

CPC 33.122, 127-130 IAS 19.122, 127-130

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

CPC 33.103, 109-110 IAS 19.103, 109-110

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(e) Benefícios a empregados (continuação)

(v) Outros benefícios de longo prazo a empregados

CPC 33.155-156 IAS 19.155-156

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(vi) Benefícios de término de vínculo empregatício

CPC 33.165 IAS 19.165

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(f) Subvenção e assistência governamentais⁵²

CPC 07.39(a) IAS 20.39(a)
CPC 07.7, 26 IAS 20.7, 26
CPC 29.34-35 IAS 41.34-35

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um ativo biológico é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção. As subvenções relacionadas a aquisição de ativos são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. Subvenções relacionadas a programas de emissões são reconhecidas no resultado como uma redução das despesas com emissões no custo de vendas, uma vez que o grupo emite poluentes (veja (G)).

CPC 07.12, 20, 29 IAS 20.12, 20, 29

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

(g) Programa de emissões^{53, 54}

CPC 04.74 IAS 38.74

O Grupo participa de um programa de 'concessão máxima e negociação' ("*cap and trade scheme*") em vários países. De acordo com o programa, o governo de cada país estabelece limites anuais para a emissão de poluentes e concede ao Grupo um respectivo número de certificados de emissões. O Grupo pode liquidar a sua obrigação anual criada pela emissão de poluentes apenas mediante a entrega dos certificados de emissão. Se as emissões anuais do Grupo estiverem abaixo do limite, ele pode vender os certificados restantes para outras partes em uma plataforma de negociação. Por outro lado, se as emissões anuais excederem o limite, o Grupo adquire certificados adicionais para liquidar a sua obrigação.

O Grupo reconhece os certificados de emissões como ativos intangíveis (veja (m)). Os certificados de emissão recebidos do governo são inicialmente mensurados ao valor justo, determinado com base no preço de mercado dos certificados negociados na plataforma para a respectiva data. Os certificados de emissão adquiridos na plataforma de negociação são, inicialmente, mensurados a custo. Após o reconhecimento inicial, os certificados de emissão são mensurados a custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. O custo dos certificados de emissões é baseado no método de alocação primeiro que entrar, primeiro que sai.

Insights
4.3.140.10

52 Uma entidade escolhe um formato de apresentação, a ser aplicado de forma consistente, seja para compensar uma subvenção relacionada à receita com as despesas relacionadas (apresentação líquida), seja para apresentá-la separadamente ou em uma rubrica geral, como "outras receitas" (apresentação bruta).

Insights
3.3.167.10

53 Em nossa visão, ao determinar o valor contábil dos certificados de emissão para fins de cálculo de ganho ou perda na alienação, a orientação para determinar o custo dos estoques deve ser aplicada por analogia. Em alguns casos, os certificados terão números de identificação únicos e, portanto, será possível aplicar o método de identificação específico se o detentor rastrear os custos com base no certificado individual. Caso contrário, qualquer método de alocação razoável de custo pode ser usado - por exemplo, custo médio ou primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS). O método usado deve ser aplicado de forma consistente. O Grupo elegeu o método de alocação PEPS para os certificados de emissões.

Insights
3.12.510.30

54 Em nossa visão, quando outros meios de liquidação além da entrega de certificados de emissões não forem possíveis, a provisão pode ser mensurada com base no valor contábil dos certificados da entidade, se houver certificados suficientes para liquidar a obrigação atual, porque isso poderia ser visto como sendo a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação. Caso contrário, a provisão deve ser baseada no valor de mercado atual dos certificados de emissões na data de reporte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)**(g) Programa de emissões (continuação)**

Os certificados de emissões recebidos do governo são subsídios do governo (veja (f)).

O Grupo reconhece um passivo para entregar certificados de emissões, uma vez que emite poluentes. O Grupo mensura o passivo com base no valor contábil dos certificados disponíveis na medida em que as emissões estão dentro do limite anual, e no valor de mercado dos certificados na medida em que seja necessário comprar certificados adicionais para liquidar a sua obrigação. O passivo é apresentado como uma provisão e desreconhecido quando os certificados são entregues ao governo (veja (t)).

(h) Receitas financeiras e despesas financeiras⁵⁵

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de investimentos em títulos de dívida mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- ganhos na remensuração a valor justo da participação pré-existente em uma entidade adquirida em uma combinação de negócio;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- ineficácia dos instrumentos de *hedge* reconhecida no resultado; e;
- reclassificação de ganhos e perdas líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes sobre *hedges* de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos (veja a nota explicativa 31(c)(iv)).

CPC 03.34A

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(h) Receitas financeiras e despesas financeiras (continuação)

CPC 48.5.4.1-
5.4.2, A IFRS 9.5.4.1-
5.4.2, A

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

CPC 32.58 IAS 12.58

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.⁵⁶

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

CPC 32.2, 12, 46, ICPC 22.11 IAS 12.2, 12, 46, IFRIC 23.11

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

CPC 32.71 IAS 12.71

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

CPC 32.15, 24, 39, 44 IAS 12.15, 24, 39, 44

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(i) Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido (continuação)

CPC 32.15, 24 IAS 12.15, 24]

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.⁵⁷

CPC 32.56 IAS 12.56

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

CPC 32.51, 51C IAS 12.51, 51C

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(j) Ativos biológicos

CPC 29.12, 13 IAS 41.12, 13

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

(k) Estoques

CPC 16.36(a) IAS 2.36(a)
CPC 16.9, 25 IAS 2.9, 25

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de alocação primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS). No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

CPC 16.20 IAS 2.20

O custo da madeira transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

(l) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

CPC 27.73(a) IAS 16.73(a)
CPC 27.30 IAS 16.30

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.⁵⁸

CPC 27.45 IAS 16.45

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

CPC 27.41, 71 IAS 16.41, 71

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

CPC 27.13 IAS 16.13

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Insights
3.13.230.25–
30

57 Se uma dedução fiscal for alocada ao passivo de arrendamento, então uma diferença temporária surge no reconhecimento inicial do ativo de direito de uso porque existe um ativo contabilizado, mas nenhum ativo correspondente para fins fiscais. Da mesma forma, surge uma diferença temporária quando o passivo reconhecido para fins contábeis, mas possui uma base tributária igual a zero. Como a transação não afeta o lucro contábil e o lucro tributável no reconhecimento inicial, surge uma questão sobre se a isenção do reconhecimento inicial se aplica. Em nossa visão, nessas circunstâncias, a aplicação da isenção no reconhecimento inicial não é apropriada. Acreditamos que o ativo e o passivo que surgem para fins contábeis de um arrendamento estão integralmente vinculados. Portanto, devem ser considerados pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Isso é consistente com a forma como a transação de arrendamento é vista para fins fiscais.

58 O Grupo adotou os CPCs / as IFRS pela primeira vez em 2009. O Grupo incluiu a política contábil utilizada na determinação do imobilizado na data de transição para os CPCs / as IFRS, pois entende que essa informação é relevante para o entendimento das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)**(l) Imobilizado (continuação)****(iii) Depreciação**

CPC 27.73(b)
CPC 27.53, 58,
60

IAS 16.73(b)
IAS 16.53, 58,
60

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

CPC 27.73(c) IAS 16.73(c)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Edifícios	40 anos
- Máquinas e equipamentos	3-12 anos
- Móveis e utensílios	5-10 anos

CPC 27.51 IAS 16.51

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Reclassificação para propriedade para investimento

CPC 28.62 IAS 40.62

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

(m) Ativos intangíveis e ágio**(i) Reconhecimento e Mensuração****Ágio**

CPC 04.107-108 IAS 38.107-108

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

CPC 04.54-55 IAS 38.54-55

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

CPC 04.57, 66,
71, 74

IAS 38.57, 66,
71, 74

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Emissão de certificados**Veja (g)****Outros ativos intangíveis**

CPC 04.74 IAS 38.74

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

CPC 04.18 IAS 38.18

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

CPC 04.118(a)-
(b)

IAS 38.118(a)-(b)
IAS 38.97

CPC 04.97

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio e a emissão de certificados⁵⁹ não são amortizados.

Insights
3.3.165.20

59 Para a maioria dos certificados de emissões negociados em um mercado ativo, nenhuma amortização será necessária porque a condição do ativo não muda com o tempo e, portanto, o valor residual será igual ao custo. Como resultado, o valor depreciável será zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(m) Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(iii) Amortização (continuação)

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- marcas e patentes	3-20 anos
- custos de desenvolvimento capitalizados	2-5 anos
- carteira de clientes	4-5 anos

CPC 04.104 IAS 38.104

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(n) Propriedade para investimento

CPC 28.7, 33, 35 IAS 40.7, 33, 35

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

CPC 27.41, 71 IAS 16.41, 71

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

CPC 27.41, 71 IAS 16.41, 71

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial (veja (l)(iv)) é transferido para lucros acumulados.

CPC 06.81 IFRS 16.81

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

(o) Ativos mantidos para venda

CPC 31.6 IFRS 5.6

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

CPC 31.15-15 A, IFRS 5.15-15 A,
18, 23 18, 23

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

CPC 31.25 IFRS 5.25
CPC 18.20 IAS 28.20

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

CPC 48.3.1.1 IFRS 9.3.1.1

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

CPC 48.5.1.1, IFRS 9.5.1.1,
5.1.3, CPC 47.D 5.1.3, IFRS 15.D

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros (continuação)**(ii) Classificação e mensuração subsequente****Ativos Financeiros**

CPC 48.4.1.1 IFRS 9.4.1.1

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

CPC 48.4.4.1, 5.6.1 IFRS 9.4.4.1, 5.6.1

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

CPC 48.4.1.2 IFRS 9.4.1.2

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

CPC 48.4.1.2A IFRS 9.4.1.2A

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

CPC 48.4.1.4, 5.7.5 IFRS 9.4.1.4, 5.7.5

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

CPC 48.4.1.5 IFRS 9.4.1.5

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a [nota explicativa 31\(a\)](#)). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21,

(p) Instrumentos financeiros (continuação)

(ii) Classificação e mensuração subsequente (continuação)

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

CPC 48.B4.1.2 IFRS 9.B4.1.2

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira⁶⁰ porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

CPC 48.B4.1.2B–
B4.1.2C,
B4.1.4A, B4.1.5 IFRS 9.B4.1.2B–
B4.1.2C,
B4.1.4A, B4.1.5

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.⁶¹

CPC 48.B4.1.6 IFRS 9.B4.1.6

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

CPC 48.4.1.3, B4.1.7A–
B4.1.7B,
B4.1.9A–
B4.1.9E IFRS 9.4.1.3,
B4.1.7A–
B4.1.7B,
B4.1.9A–
B4.1.9E

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

CPC 48.B4.1.1–
B4.1.2, Insights 7.4.70.30 IFRS 9.B4.1.1–
B4.1.2, Insights 7.4.110.50

⁶⁰ O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

⁶¹ O CPC 48/IFRS 9 não fornece orientação específica para avaliação de modelos de negócios relacionados a carteiras de ativos financeiros para os quais os objetivos da entidade incluem transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento. Na nossa visão, se uma carteira desse tipo é considerada consistente com um modelo de negócios mantido para recebimento depende das circunstâncias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros (continuação)

(ii) Classificação e mensuração subsequente (continuação)

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio (continuação)

CPC 48.B4.1.11(b),
B4.1.12 IFRS 9.B4.1.11(b),
B4.1.12

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

CPC 40.B5(e) IFRS 7.B5(e)

CPC 48.5.7.1 IFRS 9.5.7.1

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

CPC 48.5.7.2 IFRS 9.5.7.2

CPC 48.5.7.10–
5.7.11 IFRS 9.5.7.10–
5.7.11CPC 48.5.7.5–
5.7.6, B5.7.1 IFRS 9.5.7.5–
5.7.6, B5.7.1

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 10(p)(v) para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros (continuação)

(ii) Classificação e mensuração subsequente (continuação)

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

CPC 48.5.7.1 IFRS 9.5.7.1

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Veja a [nota explicativa 10\(p\)\(v\)](#) sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

CPC 48.3.2.3–3.2.6 IFRS 9.3.2.3–3.2.6

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

CPC 48.3.2.6(b) IFRS 9.3.2.6(b)

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

CPC 48.3.3.1–3.3.2 IFRS 9.3.3.1–3.3.2

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

CPC 48.3.3.3 IFRS 9.3.3.3

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

CPC 48.5.4.7, 5.4.9 IFRS 9.5.4.7, 5.4.9

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
 - a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior
- ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

CPC 39.42 IAS 32.42

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros (continuação)**(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge***Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

CPC 48.4.3.3 IFRS 9.4.3.3

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

CPC 48.5.1.1, 5.2.1(c) IFRS 9.5.1.1, 5.2.1(c)

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

CPC 48.6.4.1(a), 6.4.1(c) IFRS 9.6.4.1(a), 6.4.1(c)

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência

O Grupo adotou as alterações da Fase 2 e aplicou-as retrospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2021 (veja *nota explicativa 7*).

CPC 48.6.9.1 IFRS 9.6.9.1

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais do item coberto ou instrumento de *hedge* muda como resultado da reforma da IBOR (*interbank offered rate*) e, portanto, não há mais incerteza decorrente sobre os fluxos de caixa do item coberto ou do instrumento de *hedge*, o Grupo altera a documentação de *hedge* dessa relação de *hedge* para refletir a(s) mudança(s) exigida(s) pela reforma da IBOR (conforme definido em (p)(iii)). Para este efeito, a designação de cobertura é alterada apenas para fazer uma ou mais das seguintes alterações:

- designar uma taxa de referência alternativa como risco de *hedge*;
- atualizar a descrição do item coberto, incluindo a descrição da parte designada dos fluxos de caixa ou valor justo sendo coberto; ou
- atualização da descrição do instrumento de *hedge*.

CPC 48.6.9.2 IFRS 9.6.9.2

O Grupo altera a descrição do instrumento de *hedge* apenas se as seguintes condições forem satisfeitas:

- há uma alteração exigida pela reforma da IBOR, alterando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* ou usando outra abordagem que seja economicamente equivalente à alteração da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* original; e
- o instrumento de *hedge* original não é desconhecido.

CPC 48.6.9.4 IFRS 9.6.9.4

O Grupo altera a documentação formal de *hedge* no final do período de reporte para o qual uma alteração exigida pela reforma da IBOR é feita ao risco coberto, item coberto ou instrumento de *hedge*. Essas alterações na documentação formal de *hedge* não constituem a descontinuidade da relação de *hedge* ou a designação de uma nova relação de *hedge*.

CPC 48.6.9.5 IFRS 9.6.9.5

Se alterações forem feitas além daquelas exigidas pela reforma da IBOR descrita acima, o Grupo primeiro considera se essas alterações adicionais resultam na descontinuidade da relação de contabilidade de *hedge*. Se as alterações adicionais não resultarem na descontinuidade da relação de contabilidade de *hedge*, o Grupo altera a documentação de cobertura formal para as alterações exigidas pela reforma da IBOR conforme mencionado acima.

CPC 48.6.9.7–6.9.8 IFRS 9.6.9.7–6.9.8

Quando a taxa de juros de referência na qual os fluxos de caixa futuros cobertos se basearam é alterada conforme exigido pela reforma da IBOR, com o objetivo de determinar se os fluxos de caixa futuros cobertos são esperados, o Grupo considera que a reserva de *hedge* reconhecida em ORA para essa relação de *hedge* é baseada na taxa de referência alternativa na qual o *hedge* de fluxo de caixa futuro será baseado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21

IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros (continuação)

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (continuação)

*Hedges de fluxo de caixa*CPC 48.6.5.11,
6.5.16IFRS 9.6.5.11,
6.5.16

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

CPC 48.6.5.6–
6.5.7, 6.5.12IFRS 9.6.5.6–
6.5.7, 6.5.12

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

*Hedges de investimentos líquidos*CPC 48.6.5.13–
6.5.14IFRS 9.6.5.13–
6.5.14

Quando um instrumento derivativo ou um passivo financeiro não derivativo forem designados como um instrumento de *hedge* para proteger um investimento líquido em uma operação estrangeira, a porção efetiva de mudanças no valor justo de um derivativo ou, os ganhos e perdas cambiais para um instrumento não derivativo, é reconhecida em ORA e apresentada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo ou dos ganhos e perdas cambiais sobre os instrumentos não derivativos é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido em ORA é total ou parcialmente reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação quando da alienação total ou parcial da operação estrangeira, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(q) Capital social

(i) Ações ordinárias

CPC 39.35 IAS 32.35

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. (veja [nota explicativa 10\(ii\)](#))

(ii) Ações preferenciais

CPC 39.AG 25-26 IAS 32.AG 25-26

As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

CPC 39.33 IAS 32.33

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(r) Instrumentos financeiros compostos

CPC 39.28-32 IAS 32.28-32

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Grupo compreendem notas conversíveis denominadas em Reais que podem ser convertidas em capital por opção do detentor, e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo.

CPC 39.38, AG31, CPC 48.5.1.1 IAS 32.38, AG31 IFRS 9.5.1.1

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em instrumento de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

CPC 48.5.3.1 IFRS 9.5.3.1

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

CPC 38.AG32 IAS 32.AG32

Juros relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)**(s) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)****(i) Ativos financeiros não-derivativos***Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

CPC 48.2,
48.5.5.1, CPC
16.77

IFRS 9.2,
9.5.5.1, IFRS
16.77

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

CPC 48.5.5.3,
5.5.5, 5.5.11,
5.5.15–5.5.16

IFRS 9.5.5.3,
5.5.5, 5.5.11,
5.5.15–5.5.16

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.⁶²

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

CPC 40.35F(b),
B8A

IFRS 7.35F(b),
B8A

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

CPC 40.35F(a)(i),
CPC 48.5.5.10,
B5.5.22–
B5.5.24, A

IFRS 7.35F(a)(i),
IFRS 9.5.5.10,
B5.5.22–
B5.5.24, A

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. O Grupo considera que esta seja Baa3 ou superior pela agência de *rating* de crédito [X] ou BBB- ou superior pela agência de *rating* de crédito [Y].

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

IFRS 9.5.5.19,
B5.5.38

IFRS 9.5.5.19,
B5.5.38

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

IFRS 9.5.5.17, A, IFRS 9.5.5.17, A,
B5.5.28–
B5.5.30, B5.5.33 B5.5.30, B5.5.33

IFRS 9.5.5.17, A,
B5.5.28–
B5.5.30, B5.5.33

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

CPC 48.5.15

IFRS 9.5.15

62

Para contas a receber de arrendamentos, ativos de contrato e contas a receber de clientes com um componente de financiamento significativo, uma entidade pode escolher como política contábil aplicar o modelo geral para mensurar a provisão para perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(s) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) (continuação)

(i) Ativos financeiros não-derivativos (continuação)

CPC 40.35F(d),
35G(a)(iii), CPC
48.A

IFRS 7.35F(d),
35G(a)(iii), IFRS
9.A

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

CPC 48.5.5.1–
5.5.2

IFRS 9.5.5.1–
5.5.2

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

CPC 40.35F(e),
CPC 48.5.4.4

IFRS 7.35F(e),
IFRS 9.5.4.4

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(s) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) (continuação)

(ii) Ativos não financeiros

CPC 38.9, 10, 59/IAS 39.9, 10, 59

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

CPC 01.22, 80 IAS 36.22, 80

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

CPC 01.6, 30 IAS 36.6, 30

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

CPC 01.59 IAS 36.59

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

CPC 01.104 IAS 36.104

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

CPC 01.117, 122, 124 IAS 36.117, 122, 124

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(t) Provisões

CPC 25.14, 45, 47 IAS 37.14, 45, 47
ICPC12.8 IFRIC 1.8

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

CPC 25.39 IAS 37.39

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Reestruturação

CPC 25.72 IAS 37.72

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Grupo tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

Recuperação ambiental

CPC 25.21 IAS 37.21

De acordo com a política ambiental publicada pelo Grupo e exigências legais aplicáveis, uma provisão para recuperação ambiental de uma área devido à contaminação do solo e a respectiva despesa são reconhecidas quando o solo é contaminado.

Programa de emissões

Veja (g)

Contratos onerosos

CPC 25.66, 68 IAS 37.66, 68

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido, que é determinado com base nos custos incrementais necessários para cumprir a obrigação prevista no contrato. Antes de a provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato (veja (s)(ii)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(u) Arrendamentos

CPC 06.9 IFRS 16.9

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

CPC 06.15, 45 IFRS 16.15, 45

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

CPC 06.22-24 IFRS 16.22-24

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

CPC 06.29-33 IFRS 16.29-33

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

CPC 06.26 IFRS 16.26

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

CPC 26.112(c) IAS 1.112(c)

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(u) Arrendamentos (continuação)

(i) Como arrendatário (continuação)

CPC 06.27 IFRS 16.27

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

CPC 06.36, 40, 42 IFRS 16.36, 40, 42

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

CPC 06.39 IFRS 16.39

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

CPC 06.105 IFRS 16.105

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência (veja (p) (iii)), o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

CPC 06.47-48 IFRS 16.47-48

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

CPC 06.60, 5-6, 8, B3-B8 IFRS 16.60, IFRS 16.5-6, 8, B3-B8, BC100

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

CPC 06.17 IFRS 16.17

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

CPC 06.61-62 IFRS 16.61-62

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

CPC 06.63 IFRS 16.63

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

CPC 06.B58 IFRS 16.B58

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

CPC 06.17 IFRS 16.17

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Principais políticas contábeis (continuação)

(u) Arrendamentos (continuação)

(ii) Como arrendador (continuação)

CPC 06.77 IFRS 16.77

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja [nota explicativa 10\(s\)\(ii\)](#)). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

CPC 06.81 IFRS 16.81

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

(v) Mensuração de Valor Justo

CPC 46.9, 24, 42 IFRS 13.9, 24, 42

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

CPC 46.93(g) IFRS 13.93(g)

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja [nota explicativa 6\(b\)\(ii\)](#)).

CPC 46.77, 79, A IFRS 13.77, 79, A

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

CPC 46.61-62 IFRS 13.61-62

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

CPC 46.70-71 IFRS 13.70-71

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

CPC 40.28(a) IFRS 7.28(a)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

11. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 23.30-31 IAS 8.30-31

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021⁶³. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

⁶³ Pra fins de esclarecimentos, períodos anuais iniciados após 1º de Janeiro de 2021, consideram encerramentos anuais após 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

11. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

O Grupo contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, o Grupo reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2021, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 3.593 mil (Nota explicativa 42) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 4.125 mil (Nota explicativa 23), resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 186 mil (Nota explicativa 32 (e)). De acordo com as alterações, o Grupo irá apresentar um imposto diferido passivo separado de R\$ 1.258 mil e um imposto diferido ativo separado de R\$ 1.444 mil. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações.

(c) Outras Normas ⁶⁴

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) ⁶⁵
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). ⁶⁶
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

⁶⁴ Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, o Grupo incluiu todas as normas novas ou alteradas e seu possível impacto nas demonstrações financeiras consolidadas apenas para fins ilustrativos.

⁶⁵ Para mais informações, veja nosso [Web article](#) e [Arrendamentos – Concessões de aluguel](#) (Maio de 2021).

⁶⁶ As alterações ao CPC 26/IAS 1, conforme emitido em janeiro de 2020 (alterações de 2020), estão sujeitas a desenvolvimentos futuros. Determinadas questões de aplicação resultantes das alterações de 2020 foram levantadas ao *IFRS Interpretations Committee*, que as encaminhou ao *Board* do IASB. Em junho de 2021, o Board do IASB decidiu provisoriamente propor alterações adicionais à IAS 1 e adiar a data efetiva das alterações de 2020 para pelo menos 1º de janeiro de 2024. É esperado um *Exposure Draft* no quarto trimestre de 2021. Para mais informações, consulte nosso [Web article](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

12. Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 10(p)(i)-(ii) e (s)(i).

CPC 03.45 IAS 7.45

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Conta corrente	50	988	331	900
Depósitos à vista	1.454	861	100	104
Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial	1.504	1.849	431	1.004
Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa	(334)	(282)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	1.170	1.567	431	1.004

13. Outros investimentos, incluindo derivativos

Veja política contábil nas notas explicativas 10(p) e (s)(i).

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
Títulos públicos – obrigatoriamente a VJR	243	591
Contratos de câmbio utilizados para <i>hedge</i>	297	352
Outros contratos de câmbio	122	89
	662	1.032
Não circulante		
Títulos de dívida corporativos a custo amortizado	2.421	2.243
Títulos de dívida corporativos pelo VJORA	118	373
Ações mensuradas pelo VJORA	710	511
Ações obrigatoriamente a VJR	251	254
<i>Swap</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i>	116	131
	3.616	3.512

CPC 40.7 IFRS 7.7

Os títulos de dívida corporativos classificados como ao custo amortizado estão sujeitos a taxas de juros de 6,3% a 7,8% (2020: 7,5%-8,3%) e vencem no prazo de dois a cinco anos. Os títulos de dívida corporativos ao VJORA estão sujeitos a taxas de juros de 5,2% a 7,0% (2020: 6,5% a 8,0%) e vencem no prazo de dois a três anos.

Os títulos públicos ao VJR estão sujeitos a taxas de juros de 3,5% a 4,0% (2020: 3,2% a 3,8%) e são mantidos para negociação.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31(c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

13. Outros investimentos, incluindo derivativos (continuação)

Títulos patrimoniais designados a VJORA ⁶⁷

CPC
40.11A

IFRS 7.11A

O Grupo designou os investimentos abaixo como títulos patrimoniais ao VJORA porque esses títulos representam investimentos que o Grupo pretende manter no longo prazo para fins estratégicos.

	Valor Justo em 31 de Dezembro de 2021	Valor Justo em 31 de Dezembro de 2020	Receita de dividendos reconhecida em 2021	Receita de dividendos reconhecida em 2020
<i>Em milhares de Reais</i>				
Investimento na MSE LTDA.	243	175	10	12
Investimento na DEF LTDA.	467	336	16	20
	710	511	26	32

CPC
40.11A(e)

IFRS
7.11A(e)

Nenhum investimento estratégico foi alienado durante 2021, e não houve transferências de qualquer ganho ou perda acumulada dentro do patrimônio líquido relacionado a esses investimentos.

14. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Veja política contábil na notas explicativas 10(p)(i)-(ii) e (s)(i).

CPC
26.78(b)
CPC
26.78(b)

IAS 1.78(b)

IAS 1.78(b)

	<i>Nota</i>	Consolidado 2021	2020
<i>Em milhares de Reais</i>			
Contas a receber de partes relacionadas	44(c)	1.236	642
Contas a receber de clientes e outros recebíveis*		31.282	21.683
		32.518	22.325

* Dos quais R\$ 426 mil (2020: R\$ 315 mil) referem-se a recebíveis de arrendamento

CPC 40.14, IFRS 7.14,
42D(a)-(c)

IFRS 7.14,
42D(a)-(c)

(a) Transferência de contas a receber de clientes ⁶⁸

O Grupo cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Este contas a receber de clientes não foi desreconhecido do balanço, pois o Grupo reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido. (veja nota explicativa 23 (a)). O acordo com o banco é de que os clientes continuem a remeter o caixa para o Grupo, e o Grupo transfira os montantes recebidos para o banco.

Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócios mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pelo Grupo.

As informações a seguir mostram o valor contábil do contas a receber cedido mas não desreconhecido e os passivos associados.

CPC
40.42D(e)

IFRS 7.42D(e)

	2021	2020
<i>Em milhares de Reais</i>		
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos	600	1.000
Valor contábil dos passivos associados	598	985

Insights
7.10.230.25

⁶⁷ Ao divulgar quais investimentos em instrumentos patrimoniais foram designados como VJORA, aparentemente uma entidade deve aplicar julgamento ao determinar quais divulgações forneceriam as informações mais úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Acreditamos que, na maioria dos casos, divulgar os nomes das investidas individuais seria apropriado - por exemplo, se uma entidade tiver um pequeno número de investimentos individualmente significativos, caso essa divulgação permita que os usuários acessem informações adicionais sobre as investidas de outras fontes. No entanto, em alguns casos, a divulgação em um nível mais alto de agregação e divulgações que não sejam os nomes das investidas podem fornecer informações mais úteis. Por exemplo, se uma entidade possui um grande número de investimentos individualmente insignificantes em alguns setores, a divulgação por setor pode ser apropriada. Da mesma forma, se uma entidade possuir investimentos para os quais não há informações públicas disponíveis, a divulgação sobre a natureza e a finalidade desses investimentos pode ser relevante.

Insights
2.3.70, 73.30

⁶⁸ Não há orientação específica nas normas CPCs/IFRSs sobre a classificação dos fluxos de caixa das operações de *reverse factoring* - por exemplo, se a entidade deve classificar as entradas de caixa antecipada pela instituição financeira como operacional ou financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. A principal consideração para a classificação dos fluxos de caixa é a natureza da atividade a que se relacionam e pode ser necessário julgamento para aplicar a norma às operações de *reverse factoring*. Considerando que os clientes remetem caixa diretamente ao Grupo, o Grupo apresentou um fluxo de caixa de financiamento para os montantes recebidos do banco, seguido de uma entrada de caixa operacional para montantes recebidos do cliente e uma saída de caixa de financiamento para a liquidação dos valores devidos ao banco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

14. Contas a receber de clientes e outros recebíveis (continuação)

(b) Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na [nota explicativa 31\(c\)](#).

15. Estoques

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(k\)](#) e [10\(d\)](#)

		Consolidado	
		2021	2020
<i>Em milhares de Reais</i>			
CPC 26.78(c) IAS 1.78(c)	Matérias primas e materiais de consumo	7.415	6.914
CPC 16.36(b) IAS 2.36(b)	Produtos acabados	4.200	4.705
CPC 26.78(c) IAS 1.78(c)	Direitos de devolução de produtos ⁶⁹	533	500
CPC 16.36(b) IAS 2.36(b)	Estoques	12.148	12.119
CPC 16.36(h) IAS 2.36(h)	Valor contábil dos estoques dados como garantia de passivos	1.650	2.090

Em 2021, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo das vendas' totalizaram R\$ 54.019 mil (2020: R\$ 53.258 mil).

[CPC 16.36\(e\)-\(g\)](#) [IAS 2.36\(e\)-\(g\)](#)

Durante 2020, devido a restrições regulatórias impostas sobre um novo produto na divisão de papel não reciclável, o Grupo testou essa linha de produtos para impairment (veja [nota explicativa 21\(c\)\(iii\)](#)) e também reduziu o valor dos estoques relacionados aos seus valores realizáveis líquidos, o que resultou em uma perda de R\$ 42 mil. Em 2021, seguindo uma alteração nas estimativas, R\$ 10 mil foram revertidos.

Adicionalmente, estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 345 mil (2020: R\$ 125 mil). Essa redução foi reconhecida como despesa em 2021.

As reduções dos saldos contábeis e as reversões estão incluídas no 'Custo das vendas'.⁷⁰

[CPC 47.B21](#) [IFRS 15.B21, BC367](#)

⁶⁹ O CPC 47/IFRS 15 e outras normas não especificam onde os ativos de produtos com direito à devolução de clientes relacionados a vendas com direito de devolução devem ser apresentados. O Grupo incluiu esses ativos em "estoques" e os divulgou separadamente em nota explicativa.

[Insights 3.8.400.70](#)

⁷⁰ Em nosso entendimento, para uma entidade que apresenta uma análise das despesas por função na demonstração do resultado e ORA, a redução dos estoques ao valor realizável líquido e todas as reversões devem ser incluídas no 'Custo das vendas'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos biológicos

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(j\)](#).

(a) Conciliação do valor contábil

	<i>Em milhares de Reais</i>	Madeira em pé	Pecuária	Total
	<i>Nota</i>			
CPC 29.50, CPC 46.93(e), IAS 41.50, IFRS 13.93(e)				
Saldo em 1º de janeiro de 2020		3.240	196	3.436
CPC 29.50(b), IAS 41.50(b), CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)		743	92	835
Compras				
CPC 29.50(c), IAS 41.50(c), CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)		-	(63)	(63)
Vendas				
CPC 29.50(d), IAS 41.50(d), CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)		(293)	-	(293)
Colheita de madeira transferida para os estoques				
CPC 29.40, 50(a), IAS 41.40, 50(a)				
Alteração do valor justo menos custos para vender:				
CPC 29.51 IAS 41.51				
Decorrente das alterações de preços	38(a)	(17)	22	5
CPC 29.51 IAS 41.51				
Decorrente das alterações físicas	38(a)	15	8	23
CPC 29.50(f) IAS 41.50(f)				
Efeito da variação cambial		68	45	113
CPC 29.50 IAS 41.50				
Saldo em 31 de dezembro de 2020		3.756	300	4.056
Não circulante		3.756	269	4.025
Circulante		-	31	31
		3.756	300	4.056
CPC 29.50, CPC 46.93(e), IAS 41.50, IFRS 13.93(e)				
Saldo em 1º de janeiro de 2021		3.756	300	4.056
CPC 29.50(b), IAS 41.50(b), CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)		294	11	305
Compras				
CPC 29.50(c), IAS 41.50(c)		-	(127)	(127)
Vendas				
CPC 29.50(d), IAS 41.50(d)		(135)	-	(135)
Colheita de madeira transferida para os estoques				
CPC 29.40, 50(a), IAS 41.40, 50(a)				
Alteração do valor justo menos custos para vender:				
CPC 29.51 IAS 41.51				
Decorrente das alterações de preços	38(a)	92	59	151
CPC 29.51 IAS 41.51				
Decorrente das alterações físicas	38(a)	315	121	436
CPC 29.50(f) IAS 41.50(f)				
Efeito da variação cambial		30	14	44
CPC 29.50 IAS 41.50				
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.352	378	4.730
Não circulante		4.352	346	4.698
Circulante		-	32	32
		4.352	378	4.730

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos biológicos (continuação)

(a) Conciliação do valor contábil (continuação)

CPC 29.41, 43, 46(b)(i) IAS 41.41, 43, 46(b)(i)

Em 31 de dezembro de 2021, o plantio de árvores abrangia aproximadamente 3.310 hectares de plantações de pinheiros (2020: 3.230 hectares), que inclui desde plantações recentes até plantações com 30 anos. O montante de R\$ 282 mil (2020: R\$ 513 mil) destas árvores tem menos de um ano e considera-se que ainda não atingiram a maturidade.⁷¹

CPC 29.41, 43, 46(b)(i) IAS 41.41, 43, 46(b)(i)

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de pecuária eram compostos por 1.875 bois e 3.781 ovelhas (2020: 1.260 bois e 3.314 ovelhas). Em 2021, o Grupo vendeu 289 bois e 286 ovelhas (2020: 150 bois e 175 ovelhas).⁷¹

(b) Mensuração dos valores justos

(i) Hierarquia do valor justo

CPC 43.93(b) IFRS 13.93(b)

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas como nível 3 nas técnicas de avaliação utilizadas. A mensuração dos valores justos de pecuária foram classificados como nível 2 baseado na observação dos dados de vendas. (veja [nota explicativa 6 \(b\)](#)).

(ii) Valores justos nível 3

O quadro abaixo demonstra a composição do total de ganhos (perdas) reconhecidos como valores justos de nível 3 (madeira em pé).⁷²

Em milhares de Reais		2021	2020
CPC 46.93(e)(i) IFRS 13.93(e)(i)	Ganho incluído nas 'Outras receitas'		
CPC 46.93(f) IFRS 13.93(f)	Alteração no valor justo (realizado)	60	3
CPC 46.93(f) IFRS 13.93(f)	Alteração no valor justo (não realizado)	347	(5)
CPC 46.93(e)(ii) IFRS 13.93(e)(ii)	Ganhos incluídos nos ORA		
CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)	Efeitos da variação cambial	30	68

CPC 29.43 IAS 41.43 **71**

Este é um exemplo de divulgação encorajada que fornece uma descrição quantificada de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre ativos biológicos maduros e imaturos (para madeira em pé), e a base para fazer tais distinções.

72 Como a categoria inteira de madeira em pé é classificada no nível 3 na hierarquia de valor justo, esta tabela apenas ilustra as divulgações que são incrementais às informações demonstradas na reconciliação da [nota explicativa 16\(a\)](#)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos biológicos (continuação)

(b) Mensuração dos valores justos (continuação)

(iii) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

O quadro a seguir demonstra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração dos valores justos de nível 2 e 3, bem como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé madura			
Plantio de madeira com mais de 25 anos (idade em que se torna comercializável)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para [x] anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> Preços futuros estimados de madeira por tonelada (2021: R\$ 12,8-17,9, média ponderada R\$ 16,25; 2020: R\$ 11,6-16,3, média ponderada R\$ 15,15). Rendimentos estimados por hectare (2021: 6-10, média ponderada de 8; 2019: 5-10, média ponderada de 7,5). Custos de colheita e transporte (2021: 6,4-8,3%, média ponderada de 7,5%; 2020: 6,3-7,8%, média ponderada de 6,7%). Taxa de desconto ajustada ao risco (2021: 7,9-9,0%, média ponderada de 8,6%; 2020: 7,1-8,3%, média ponderada de 7,8%). 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> os preços da madeira forem superiores (inferiores); os rendimentos por hectare forem superiores (inferiores); Os custos de colheita e transporte forem menores (maiores), ou as taxas de desconto ajustadas ao risco forem menores (maiores).
Madeira em pé mais jovem	Técnica do custo e dos fluxos de caixa descontados: O Grupo considera ambas as técnicas, e reconcilia e pondera as estimativas de cada técnica com base na avaliação que os participantes do mercado poderiam aplicar. A técnica de custo considera os custos de formação de uma plantação comparável, levando em consideração os custos de infraestrutura, o cultivo e preparação, compra e plantio de árvores jovens, com uma estimativa do lucro que seria aplicável a esta atividade. O fluxo de caixa descontado considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados da plantação na maturidade, a transformação biológica adicional esperada e os riscos associados ao ativo, os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> Custos estimados de infraestrutura por hectare (2021: R\$ 0,8-1,1, média ponderada R\$ 0,95; 2019: R\$ 0,8-1,2, média ponderada R\$ 0,97). Custos estimados de cultivo e preparação por hectare (2021: R\$ 0,2-0,4, média ponderada de R\$ 0,3; 2020: R\$ 0,3-0,4, média ponderada de R\$ 0,35). Custos estimados de compra e plantio de árvores jovens (2021: R\$ 1,0-1,3, média ponderada de R\$ 1,25; 2020: R\$ 1,1-1,3, média ponderada de R\$ 1,2). Preços futuros estimados de mercado de madeira por tonelada (2021: R\$ 13,8-19,8, média ponderada R\$ 17,05; 2020: R\$ 13,7-19,5, média ponderada de R\$ 16,6). Rendimentos estimados por hectare (2021: 6-11, média ponderada de 8,6; 2020: 7-11, média ponderada de 8,9). Taxa de desconto ajustada ao risco (2021: 8,9-9,9%, média ponderada de 9,4%; 2020: 9,3-9,9%, média ponderada de 9,6%). 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> os custos de infraestrutura, cultura e preparação e compra e plantio de árvores for superiores (inferiores). os preços da madeira forem superiores (inferiores); os rendimentos por hectare forem superiores (inferiores), ou as taxas de desconto ajustadas ao risco forem menores (maiores).
Pecuária	Técnica de Comparação de Mercado: o modelo de avaliação baseia-se no preço de mercado de rebanho e ovelhas, caracterizados como de mesma idade, peso, raça e constituição genética. comerciais ou reprodutores.	Não aplicável	Não aplicável

CPC 46.93(d), IFRS 13.93
93(h)(i), 99 (d), 93(h)(i),
99

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos biológicos (continuação)**(b) Mensuração dos valores justos (continuação)****(iii) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis (continuação)**

Os rendimentos estimados por hectare de plantações de pinheiros são determinados principalmente com base na idade da plantação, rendimentos históricos, o potencial impacto de eventos climáticos extremos e perda de colheita devido a doenças e pragas. Os rendimentos históricos da madeira em pé mais jovem foram ajustados para baixo em 0,8% (2021: 0,78%) para refletir as potenciais perdas devido a fortes tempestades e fortes ventos e em 0,3% (2021: 0,26%) para todos os outros fatores. O risco de potenciais perdas devido ao incêndio é refletido nos fluxos de caixa ao incluir o custo estimado do seguro contra incêndio.

CPC 26.31 IAS 1.31

O Grupo avaliou o impacto das mudanças climáticas nos rendimentos estimados por hectare para a madeira em pé mais jovem. Ao considerar o impacto das temperaturas mais elevadas (aumento de 2°C até 2050) na taxa de crescimento dos pinheiros e na intensidade e frequência das tempestades, o Grupo concluiu que, de um modo geral, os efeitos positivos (crescimento acelerado) e os negativos (aumento na frequência das tempestades) teria um impacto imaterial nos rendimentos. Devido ao alto grau de incerteza das estimativas em torno do impacto das mudanças climáticas na intensidade e frequência das tempestades, essa conclusão pode mudar no futuro.

CPC 26.125, 129 IAS 1.125, 129

O valor justo da madeira mais jovem reflete em média cinco dias por ano de ventos fortes e intensos. O valor justo diminuiria em 323 assumindo 10 dias por ano de ventos fortes e intensos.⁷³

(c) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

CPC 29.49(c) IAS 41.49(c)

O Grupo está exposto aos seguintes riscos relacionados às suas plantações. Esses riscos e estratégias da Administração para mitigá-los estão descritos abaixo.

(i) Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentações ambientais nos diversos países em que opera. O Grupo estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento dessas leis.

(ii) Risco de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de madeira. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados de corte e preço.

(iii) Riscos relacionados ao clima

As plantações de pinheiros do Grupo estão expostas ao risco de danos causados por eventos climáticos extremos, como tempestades, ventos fortes e seca. Mudanças nas condições climáticas globais podem intensificar um ou mais desses eventos. Períodos de seca e altas temperaturas podem aumentar o risco de incêndios florestais e surtos de insetos. Além de seus efeitos sobre a produtividade florestal, eventos climáticos extremos também podem aumentar o custo das operações. O Grupo possui extensos processos em vigor com o objetivo de monitorar e mitigar esses riscos por meio de uma gestão proativa e detecção antecipada. O Grupo incorporou considerações sobre as mudanças climáticas em suas práticas de reflorestamento, como o estabelecimento e manutenção de aceiros e maior monitoramento durante os períodos de risco de incêndio. Os riscos físicos decorrentes de incêndios e secas estão, em grande parte, sujeitos à transferência de risco e, portanto, dentro da cobertura dos programas de seguro de propriedade e interrupção de negócios do Grupo. No entanto, se a frequência e a gravidade desses eventos aumentarem como resultado das mudanças climáticas, o custo dessa cobertura poderá aumentar.

Para informações sobre o impacto de eventos climáticos extremos e mudanças climáticas na avaliação da madeira em pé, veja **Nota 16 (b)(iii)**.

⁷³ A Orientação educacional de questões relacionadas aos efeitos do clima nas demonstrações financeiras publicadas pelo IASB em novembro de 2020 observou que o CPC 46/IFRS 13 exige que os dados não observáveis reflitam as suposições que os participantes do mercado usariam ao precificar-los, incluindo premissas sobre risco que podem incluir riscos relacionados ao clima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Ativos e passivos mantidos para venda ⁷⁴

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(o\)](#).

CPC 31.41(a)-(b), 41(d) IFRS 5.41(a)-(b), 41(d)

Em junho de 2021, a Administração se comprometeu com um plano para vender parte de uma unidade de produção no segmento de Papel Padrão. Assim, parte dessa planta está apresentada como um grupo de ativos mantido para venda. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram e a venda deve ocorrer até abril de 2022.

CPC 31.41(c) IFRS 5.41(c)

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

Uma provisão de R\$ 35 mil para redução ao valor recuperável sobre o grupo de ativos mantido para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda foi registrada em 'Outras despesas operacionais' na demonstração do resultado do exercício (veja [nota explicativa 38 \(b\)](#)).

CPC 31.38 IFRS 5.38

(b) Ativos e passivos mantidos para venda ⁷⁵

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda estava apresentado ao valor justo menos custo para venda e compreendia os seguintes ativos e passivos.

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	
Imobilizado	20(a)	8.129
Estoques		2.775
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		3.496
Ativos mantidos para venda		14.400
Fornecedores e outras contas a pagar		4.270
Passivo fiscal diferido	32(e)	140
Passivos mantidos para venda		4.410

74 A parte da fábrica do Grupo que está apresentada como um grupo de ativos mantido para venda e operações não atende à definição de uma operação descontinuada pelo CPC 31/IFRS 5. Se atendesse a esta definição, então divulgações adicionais aplicáveis às operações descontinuadas seriam requeridas.

CPC 31.38 IFRS 5.38

75 O Grupo decidiu divulgar as principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda nas notas explicativas. Alternativamente, esta informação pode ser fornecida diretamente no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Ativos e passivos mantidos para venda (continuação)

CPC 31.38 IFRS 5.38

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos ORA

Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo**(i) Hierarquia dos valores justos**

CPC 46.93(b) IFRS 13.93(b)

A mensuração do valor justo não recorrente para o grupo de ativos mantidos para venda de R\$ 10.050 mil (antes dos custos de venda de R\$ 60 mil) foi classificada como valor justo de nível 3 com base nos inputs da técnica de avaliação utilizada (veja [nota explicativa 6\(b\)](#)).⁷⁶

(ii) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

CPC 46.93(d), 99 IFRS 13.93(d), 99

O quadro a seguir demonstra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo do grupo de ativo mantido para venda, bem como os inputs significativos não observáveis utilizados:

Técnica de avaliação	Inputs não observáveis
Técnica do custo e dos fluxos de caixa descontados: O Grupo considera ambas as técnicas, reconcilia e pondera as estimativas em cada técnica com base na avaliação do julgamento que os participantes do mercado poderiam aplicar. A técnica de custo considera os custos correntes de reposição da unidade de produção, incluindo os custos de transporte, instalação e de início das atividades. O fluxo de caixa descontado considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados a serem gerados a partir das instalações, levando em consideração a taxa projetada de crescimento do LAJIDA e a taxa de crescimento dos investimentos de capital. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> — Taxa de crescimento do LAJIDA (4,2-5,1%, média ponderada de 4,7%). — Taxa de crescimento dos investimentos de capital (3-4%, média ponderada de 3,5%). — Taxa de desconto ajustada ao risco (7,2-8,5%, média ponderada de 7,7%).

18. Equivalência patrimonial em investidas ^{77, 78}

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(a\)\(v\)-\(vi\) e \(s\)\(i\)](#).

Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado/Controladora	
		2021	2020
Participações em empreendimentos controlados em conjunto	<i>(a)</i>	2.217	1.048
Participações em coligadas	<i>(b)</i>	272	900
Saldo em 31 de dezembro		2.489	1.948

CPC 46.93(a) IFRS 13.93(a),
Insights
2.4.530

76 A mensuração do valor justo não recorrente, por exemplo, relacionado a um ativo classificado como mantido para venda, pode ocorrer durante o período de apresentação. As divulgações necessárias para uma mensuração de valor justo não recorrente são aplicáveis nas demonstrações financeiras do período em que ocorreu a mensuração do valor justo.

77 Exemplos adicionais de divulgações de acordo com o CPC 45/IFRS 12 encontram-se em nossa publicação [Guia para Demonstrações Financeiras Anuais – Suplemento CPC 45/IFRS 12](#).

CPC 45.21 IFRS 12.21

78 O nível de divulgações exigido pelo CPC 45/IFRS 12 para participações individualmente materiais em acordos conjuntos e associadas difere daquele aplicável às participações imateriais. O Grupo determinou que sua participação em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é individualmente material, mas não as suas participações em associadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)

(a) Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) ⁷⁹CPC 45.20(a),
21(a)(i)-(iii),
21(b)(iii)IFRS 12.20(a),
21(a)(i)-(iii), 21(b)(iii)

A Paletel AG (Paletel) é o único empreendimento em que o Grupo tem controle conjunto e nele possui uma participação de 40%. A Paletel é um dos fornecedores estratégicos do Grupo e está principalmente envolvida na produção de pasta de papel em Himmerland, na Dinamarca. A Paletel não é uma Entidade listada em bolsa.

CPC 45.7(c),
20(b), 23(a),
B18,IFRS 12.7(c), 20(b),
23 (a), B18,

A Paletel está estruturada como um veículo separado e o Grupo detém um interesse residual em seus ativos líquidos. Assim, o Grupo classificou a sua participação na Paletel como um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Em conformidade com o acordo sob o qual a Paletel foi constituída, o Grupo e os outros investidores no empreendimento controlado em conjunto concordaram em efetuar contribuições adicionais na proporção de suas participações para compensar eventuais perdas, se necessário, até um montante máximo de R\$ 6.000 mil. Este compromisso não foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

CPC 45.21(b),
B12-B14IFRS 12.21(b),
B12-B14

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel com base em suas demonstrações financeiras, ajustadas pelo registro de ajustes a valor justo na data de aquisição e pelas diferenças de políticas contábeis. O quadro também concilia a informação financeira resumida ao valor contábil da participação do Grupo na Paletel.

		Consolidado/Controladora	
Em milhares de Reais		2021	2020
Porcentagem de participação		40%	40%
CPC 45.21(a)(iv) CPC	IFRS 12.21(a)(iv)		
45.B12(b)(ii)	IFRS 12.B12(b)(ii)	5.953	3.259
CPC 45.B12(b)(i), B13(a)	IFRS 12.B12(b)(i), B13(a)	1.089	821
CPC 45.B12(b)(iv), B13(c)	IFRS 12.B12(b)(iv), B13(c)	(1.716)	(1.320)
CPC 45.B12 (b)(iii), B13(b)	IFRS 12.B12 (b)(iii), B13(b)	(543)	(1.130)
Ativos líquidos (100%)		4.783	1.630
Participação do Grupo nos ativos líquidos (40%)		1.913	652
Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes (para investidas)		(96)	(4)
Ágio		400	400
Valor contábil da participação no empreendimento controlado em conjunto		2.217	1.048
CPC 45.B12 (b)(v)	IFRS 12.B12(b)(v)	25.796	21.405
CPC 45.B13(d)	IFRS 12.B13(d)	(445)	(350)
CPC 45.B13(f)	IFRS 12.B13(f)	(396)	(218)
CPC 45.B13(g))	IFRS 12.B13(g)	(1.275)	(290)
CPC 45.B12 (b)(vi), (ix)	IFRS 12.B12 (b)(vi), (ix)	3.205	690
Lucro e resultado abrangente total (100%)		1.282	276
Lucro e resultado abrangente (40%)		(92)	(4)
Eliminação de lucros não realizados em vendas descendentes (para investidas)		1.190	272
Participação do Grupo nos resultados abrangentes		1.190	272
CPC 45.B12(a)	IFRS 12.B12(a)	21	-
Dividendos recebidos pelo Grupo		21	-

CPC 45.21–23,
B12–B13IFRS 12.21–23,
B12–B13

79 O nível de divulgações exigidas pelo CPC 45/IFRS 12 para um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) e uma operação controlada em conjunto é diferente. Por exemplo, as divulgações de um resumo das informações financeiras, do valor justo (se houver um preço de mercado cotado) e dos compromissos não são necessárias para uma operações controlada em conjunto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)

(b) Coligadas

CPC 45.20, 21(a)(i)- IFRS 12.20,
(iii), 21(b)(iii) 21(a)(i)-(iii), 21(b)(iii)

Em 31 de março de 2021, a participação na sua coligada material, Papyrus, aumentou de 25 para 90% e a Papyrus se tornou uma controlada nesta data (veja [nota explicativa 3](#)). Papyrus é um dos fornecedores estratégicos do Grupo e opera principalmente na produção de polpa de papel em Kentucky, EUA. A Papyrus não é uma entidade listada em bolsa.

CPC 45.21(b),
B12-B14 IFRS 12.21(b),
B12-B14

A tabela a seguir resume as informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras da Papyrus, ajustada pelos ajustes de valor justo na data de aquisição e diferenças nas políticas contábeis. A tabela também concilia as informações financeiras com o valor contábil da participação do Grupo na Papyrus. As informações apresentadas na tabela para 2020 incluem os resultados da Papyrus para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, e as informações para 2021 incluem os resultados para o período de 1 de janeiro de a 31 de março de 2020, porque a Papyrus se tornou uma subsidiária em 31 de março de 2021.

		Consolidado/Controladora	
<i>Em milhares de Reais</i>		2021	2020
CPC 45.21(a)(iv) IFRS 12.21(a)(iv)	Porcentagem de participação	25%	25%
CPC 45.B12 (b)(ii) IFRS 12.B12(b)(iii)	Ativo circulante	-	1.975
CPC 45.B12 (b)(i) IFRS 12.B12(b)(i)	Ativo não circulante	-	1.280
CPC 45.B12(b)(iv) IFRS 12.B12(b)(iv)	Passivo circulante	-	(324)
CPC 45.B12(b)(iii) IFRS 12.B12(b)(iii)	Passivo não circulante	-	(1.087)
	Ativos líquidos (100%)	-	1.844
	Participação do Grupo nos ativos líquidos (25%)	-	461
	Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes	-	(8)
	Valor contábil da participação na coligada	-	453
	Receita	7.863	19.814
	Lucro de operações continuadas (100%)	271	857
	Outros resultados abrangentes (100%)	(408)	(552)
	Total do resultado abrangente (100%)	(137)	305
	Total do resultado abrangente (25%)	(34)	76
	Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes	1	(1)
	Participação do Grupo no lucro e no resultado abrangente	(33)	75

CPC 45.7(b),
45.9(e), 26.122 IFRS 12.7(b),
12.9(e), IAS 1.122

O Grupo também tem investimentos em certas coligadas individualmente imateriais. Para uma dessas coligadas, o Grupo detém 20% da participação acionária, mas tem menos de 20% dos direitos de voto. O Grupo determinou que ele tem influência significativa porque tem representação significativa no conselho da investida.

CPC 45.21(c), B16 IFRS 12.21(c), B16

O quadro a seguir analisa, no total, o valor contábil e participação nos lucros e outros resultados abrangentes dessas coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)**(b) Coligadas (continuação)**

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado/Controladora	
	2021	2020
Valor contábil das participações em coligadas	272	447
Lucro das operações continuadas	(133)	102
Outros resultados abrangentes	(57)	(31)
	(190)	71
Total do resultado abrangente (20%)	(38)	14

CPC 45.22(c) IFRS 12.22(c)

O Grupo não registrou perdas no montante de R\$ 15 mil (2020: zero) em relação às suas participações em coligadas porque o Grupo não possui nenhuma obrigação para cobertura dessas perdas.

Em 2021, o Grupo liquidou um empréstimo no valor de R\$ 1.000 mil recebidos de uma de suas coligadas (veja [notas explicativas 23 e 44\(c\)](#)).

(c) ControladasCPC 45.12(g), IFRS 12.12(g), B10
B10**(i) Informações Financeiras resumidas**

2021							
Controlada	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Oy Kossu AG	90%	3.134	2.462	1.981	1.377	2.238	324
Papyrus Pty Limited	90%	5.365	4.216	3.392	2.357	3.832	472
Swissolote AG	75%	1.581	1.243	1.000	695	1.129	158
Maple-leaf Inc	45%	3.016	2.370	1.907	1.325	2.154	253
Silver Fir S.A.	48%	6.975	5.481	4.410	3.064	4.982	539
Sloan Bio-Research	-	1.402	1.101	1.250	1.000	253	27
MayCo	-	5.600	4.400	3.000	2.500	4.500	496

2020							
Controlada	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Oy Kossu AG	90%	1.737	2.121	1.366	949	1.543	282
Papyrus Pty Limited	25%	2.039	2.492	1.604	1.115	1.812	411
Swissolote AG	60%	1.265	1.546	996	691	1.124	138
Maple-leaf Inc	45%	3.357	4.101	2.641	1.834	2.983	221
Silver Fir S.A.	48%	9.378	11.462	7.375	5.133	8.332	469
Sloan Bio-Research	-	911	716	813	650	164	24
MayCo	-	3.640	2.860	1.950	1.625	2.925	432

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Propriedade para investimento ⁸⁰

Veja política contábil na nota explicativa 10(n).

(a) Conciliação do valor contábil

			Consolidado	
		Nota	2021	2020
CPC 28.76, 46.93(e)		IAS 40.76, IFRS 13.93(e)		
CPC 28.76(a), 46.93(e)(iii)		IAS 40.76(a), IFRS 13.93(e)(iii)		
CPC 28.76(f), 46.93(e)(iii)		IAS 40.76(f), IFRS 13.93(e)(iii)		
CPC 28.76(d), 46.93(e)(i), 93(f)		IAS 40.76(d), IFRS 13.93(e)(i), 93(f)		
CPC 28.76, 46.93(e)		IAS 40.76, IFRS 13.93(e)		
			</	

CPC 06.92(a) IFRS 16.91(a)

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados a terceiros. Cada arrendamento tem um período inicial não revogável de 10 anos. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com período médio de quatro anos. Para mais informações sobre esses arrendamentos veja a nota explicativa 42(b).

(b) Valores reconhecidos no resultado

CPC 28.75(f)(i)–(iii) IAS 40.75(f)(i)–(iii)

A receita de aluguel reconhecida pelo Grupo em 2021 foi de R\$ 460 mil (2020: R\$ 302 mil) e foi incluída em 'outras receitas' (veja nota explicativa 37(a)). As despesas de manutenção, incluídas no "custo das vendas" (veja nota explicativa 38(c)), foram as seguintes.

Em milhares de Reais	2021	2020
Propriedade geradora de renda	45	30
Propriedade desocupada	20	15
	65	45

(c) Mensuração do valor justo**(i) Hierarquia do valor justo**

CPC 28.75(e) IAS 40.75(e)

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo a cada seis meses.

CPC 46.93(b) IFRS 13.93(b)

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificadas como Nível 3 com base nos inputs utilizados (veja nota explicativa 6(b)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Propriedade para investimento (continuação)**(c) Mensuração do valor justo (continuação)****(ii) Técnicas de avaliação e inputs não observáveis**CPC 46.93(d),
93(h)(i), 99IFRS 13.93(d),
93(h)(i), 99

O quadro a seguir demonstra o método de avaliação utilizado na mensuração do valor justo das propriedades para investimento, bem como os *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir da propriedade para investimento, levando em consideração a taxa de crescimento do preço do arrendamento, períodos vagos, taxa de ocupação, custos de incentivo de arrendamento, tais como períodos sem cobrança do arrendamento e outros custos não pagos pelos inquilinos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco. Entre outros fatores, a estimativa da taxa de desconto considera a qualidade de um edifício, sua localização (principal <i>versus</i> secundária), a qualidade de crédito do inquilino e os termos do arrendamento.	<ul style="list-style-type: none"> — Crescimento esperado dos preços de mercado dos arrendamentos (2021: 2-3%, média ponderada de 2,6%; 2020: 2-3%, média ponderada de 2,5%). — Períodos vagos (2021 e 2020: média de 6 meses após o término de cada contrato de arrendamento). — Taxa de ocupação (2021: 90-95%, média ponderada de 92,5%; 2020: 91-95%, média ponderada de 92,8%). — Períodos sem recebimento do arrendamento (2021 e 2020: período de 1 ano em novos arrendamentos). — Taxas de desconto ajustadas ao risco (2021: 5-6,3%, média ponderada de 5,8%; 2020: 5,7-6,8%, média ponderada de 6,1%). 	<p>O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — o crescimento esperado dos preços dos arrendamentos no mercado forem superiores (inferiores); — os períodos vagos forem mais curtos (longos); — a taxa de ocupação for maior (menor); — os períodos sem recebimento do arrendamento forem mais curtos (longos); ou — a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 10(l), (s)(ii) e (u)(ii).

(a) Conciliação do valor contábil ⁸¹

Em milhares de Reais		Nota	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Bens em construção	Total
Custo							
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 1º de janeiro de 2020	10.431	29.509	5.289	- 45.229
CPC 27.73(e)(i)	IAS 16.73(e)(i)		Adições	193	1.540	675	- 2.408
CPC 27.73(e)(ii)	IAS 16.73(e)(ii)		Alienações	-	(1.081)	-	- (1.081)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)		Efeito de variação cambial	-	316	171	- 487
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 31 de dezembro de 2020	10.624	30.284	6.135	- 47.043
			Em 1º de janeiro de 2021	10.624	30.284	6.135	- 47.043
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)		Aquisições: combinações de negócios	3(c) 185	1.580	190	- 1.955
CPC 27.73(e)(i)	IAS 16.73(e)(i)		Adições	1.750	9.694	657	4.100 16.201
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Reclassificação para propriedade para investimento - compensação de depreciação	(f) (300)	-	-	- (300)
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Ajuste a valor justo de prédios reclassificados para propriedade para investimento	(f) 200	-	-	- 200
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Reclassificação para propriedade para investimento	(f) (800)	-	-	- (800)
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Reclassificação para ativos mantidos para venda	17(b) -	(9.222)	-	- (9.222)
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)		Alienações	(89)	(11.972)	(2.100)	- (14.161)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)		Efeito de variação cambial	-	91	50	- 141
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 31 de dezembro 2021	11.570	20.455	4.932	4.100 41.057
Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 1º de janeiro de 2020	1.615	5.557	939	- 8.111
CPC 27.73(e)(vii)	IAS 16.73(e)(vii)		Depreciação	38(c) 123	4.240	759	- 5.122
CPC 27.73(e)(v)	IAS 16.73(e)(v)		Perdas: redução ao valor recuperável	(b), 38(c) -	1.123	-	- 1.123
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)		Alienações	-	(700)	-	- (700)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)		Efeito da variação cambial	-	98	59	- 157
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 31 de dezembro de 2020	1.738	10.318	1.757	- 13.813

CPC 27.73(d)-(e) IAS 16.73(d)-(e) **81**

Embora o CPC 27/IAS 16 requeira apenas a reconciliação do valor contábil no início e no final do período em análise, o Grupo também forneceu as reconciliações separadas do valor contábil bruto e a depreciação acumulada. Estas reconciliações adicionais não são necessárias e um formato diferente pode ser utilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Imobilizado (continuação)

(a) Conciliação do valor contábil (continuação)

CPC 27.73 (d)	IAS 16.73(d)	Em 1º de janeiro de 2021	1.738	10.318	1.757	- 13.813
CPC 27.73(e)(vii)	IAS 16.73(e)(vii)	Depreciação	38(c) 120	4.478	741	- 5.339
CPC 27.73(e)(vi)	IAS 16.73(e)(vi)	Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	(b), 38(c) -	(393)	-	- (393)
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)	Reclassificação para propriedade para investimento - compensação de depreciação	(f) (300)	-	-	- (300)
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)	Reclassificação para ativos mantidos para venda	17(b) -	(1.058)	-	- (1.058)
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)	Alienações	-	(3.808)	(1.127)	- (4.935)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)	Efeito da variação cambial	-	63	38	- 101
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)	Em 31 de dezembro de 2021	1.558	9.600	1.409	- 12.567
CPC 26.78(a), 27.73 (e)	IAS 1.78(a), 16.73(e)	Valor contábil líquido				
		Em 1º de janeiro de 2020	8.816	23.952	4.350	- 37.118
		Em 31 de dezembro de 2020	8.886	19.966	4.378	- 33.230
		Em 31 de dezembro de 2021	10.012	10.855	3.523	4.100 28.490

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 3.593 mil (2020: R\$ 4.153 mil) relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento (Veja [nota explicativa 42\(a\)\(i\)](#)).

CPC 38.126(a)-(b)

(b) Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Durante o ano de 2020, devido às restrições regulatórias impostas sobre um novo produto na divisão de papel não reciclável, o Grupo testou o valor recuperável da linha de produtos e reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 1.123 mil com relação ao imobilizado. Em 2021, R\$ 393 mil desta perda foram revertidos. Maiores detalhes sobre a perda do valor recuperável e a sua reversão estão incluídas na [nota explicativa 21\(c\)\(ii\)](#).

(c) Bens arrendados

CPC 03.43

IAS 7.43

Em 2021, o Grupo arrendou terrenos e edifícios e reconheceu um ativo de direito de uso de R\$ 150 mil (2020: R\$ 180 mil de equipamentos de produção). Alguns arrendamentos dão opção ao Grupo de comprar o equipamento por um preço vantajoso.

(d) Garantia

CPC 27.74(a)

IAS 16.74(a)

Em 31 de dezembro de 2021, edifícios com valor contábil de R\$ 5.000 mil (2020: R\$ 4.700 mil) foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (veja [nota explicativa 23\(a\)](#)).

(e) Imobilizado em construção

CPC 27.74(b)

IAS 16.74(b)

Em 2021, o Grupo adquiriu terrenos por R\$ 3.100 mil com a intenção de construir uma nova fábrica no local.

CPC 20.26

IAS 23.26

O Grupo iniciou a construção e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 1.000 mil (2020: zero). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição do terreno e à construção da nova fábrica de R\$ 194 mil, calculados utilizando uma taxa de capitalização de 5,2%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Imobilizado (continuação)**(f) Transferência para propriedade para investimento**

Em 2021, um imóvel foi transferido para propriedade para investimento (veja [nota explicativa 19\(a\)](#)), devido ao fato de não estar sendo utilizado pelo Grupo, que decidiu pelo seu arrendamento a terceiros.

CPC 46.93(d) IFRS 13.93(d)

Imediatamente antes da transferência, o Grupo remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 200 mil em outros resultados abrangentes. As técnicas de avaliação e dados não observáveis usados na mensuração do valor justo do prédio na data da transferência eram iguais às aquelas aplicadas às propriedades para investimento na data do balanço (veja [nota explicativa 19\(c\)\(ii\)](#)).

(g) Mudança nas estimativas

CPC 23.39, 27.76 IAS 8.39, 16.76

Em 2021, o Grupo realizou uma revisão da eficiência operacional de suas plantas a qual resultou na alteração da forma esperada pela qual certos ativos serão utilizados. Certos equipamentos referentes à descoloração de papel, cuja intenção da Administração era a venda depois de cinco anos de uso, têm agora uso esperado em produção por um período de 12 anos a partir da sua data de aquisição. Desta forma, a vida útil estimada desses equipamentos aumentou e o valor residual estimado diminuiu. Os efeitos dessas alterações nas despesas de depreciação atuais e esperadas, incluídos nos custos de vendas, são:

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2022	2023	2024	2025	Após
(Diminuição) aumento da despesa de depreciação	(256)	(113)	150	150	130	170

(h) Mudança na classificação

CPC 26.41(a)-(c) IAS 1.41(a)-(c)

Em 2021, o Grupo alterou a classificação das despesas de depreciação de certas áreas de escritórios para refletir de forma mais apropriada a forma como os benefícios econômicos destes escritórios são obtidos. Os valores comparativos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes foram reapresentados para manter a consistência. Desta forma, R\$ 120 mil foram reclassificados de 'Despesas administrativas' para 'Despesas de venda e distribuição'.

(i) Imobilizado temporariamente ocioso

CPC 27.79 IAS 16.79

Em 31 de dezembro de 2021, ativos imobilizados com valor contábil de R\$ 503 mil estavam temporariamente ociosos, mas o Grupo planeja voltar a operar esses ativos em 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 10(m) e (s)(ii).

(a) Conciliação do valor contábil ⁸²

		Em milhares de Reais	Nota	Ágio	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Relacionamentos com clientes	Certificados de emissões ⁸³	Total
		Custo							
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(i), IAS 38.118(c)	Em 1º de janeiro de 2020		3.545	1.264	4.011	-	100	8.920
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Adições:						-	
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Desenvolvimento interno		-	-	515	-		515
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Subsídio do Governo	26(b)	-	-	-	-	120	120
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Compras		-	-	-	-	10	10
CPC 04.118(e)(viii)	IAS 38.118(e)(viii)	Alienações		-	-	-	-	(110)	(110)
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)	Efeito da variação cambial		-	(171)	(95)	-	-	(266)
		Em 31 de dezembro de 2020		3.545	1.093	4.431	-	120	9.189
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(i), IAS 38.118(c)	Em 1º de janeiro de 2021		3.545	1.093	4.431	-	120	9.189
CPC 15.B67(d)(iii), CPC 04.118(e)(i)	IFRS 3.B67(d)(iii), IAS 38.118(e)(i)	Adições:							
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Combinações de negócios	3(c), (d)	541	170	-	80	-	791
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Desenvolvimento interno		-	-	1.272	-	-	1.272
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Subsídio do Governo	26(b)	-	-	-	-	115	115
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)	Compras		-	-	-	-	20	20
CPC 04.118(e)(viii)	IAS 38.118(e)(viii)	Alienações	24(d)	-	-	-	-	(140)	(140)
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)	Efeito da variação cambial		-	186	200	-		386
		Em 31 de dezembro de 2021		4.086	1.449	5.903	80	115	11.633
		Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(i), IAS 38.118(c)	Em 1º de janeiro de 2020		138	552	2.801	-	-	3.491
CPC 04.118(e)(vi)	IAS 38.118(e)(vi)	Amortização	(b), 38(c)	-	118	677	-	-	795
CPC 04.118(e)(iv)	IAS 38.118(e)(iv)	Perdas: redução ao valor recuperável	(c), 38(c)	-	-	285	-	-	285
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)	Efeito da variação cambial		-	(31)	(12)	-	-	(43)
		Em 31 de dezembro de 2020		138	639	3.751	-	-	4.528
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(i), IAS 38.118(c)	Em 1º de janeiro de 2021		138	639	3.751	-	-	4.528
CPC 04.118(e)(vi)	IAS 38.118(e)(vi)	Amortização	(b), 38(c)	-	129	646	10	-	785
CPC 15.B67(d)(v)	IFRS 3.B67(d)(v)	Perdas por redução no valor recuperável	(c), 38(b)	116	-	-	-	-	116
CPC 04.118(e)(v)	IAS 38.118(e)(v)	Reversão de perdas por redução no valor recuperável	(c), 38(c)	-	-	(100)	-	-	(100)
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)	Efeito da variação cambial		-	61	17	-	-	78

CPC 04.118(c), (e)

82 Embora o CPC 04/IAS 38 requeira apenas a reconciliação do valor contábil no início e no final do período em análise, o Grupo também forneceu as reconciliações separadas do valor contábil bruto e a depreciação acumulada. Estas reconciliações adicionais não são necessárias e um formato diferente poderá ser utilizado.

Insights
3.3.160.10

83 As Normas não contêm orientações específicas sobre a contabilização de certificados de emissões. Em nossa visão, um participante em um programa de concessão máxima e negociação ("cap and trade scheme") deve escolher uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para contabilizar os certificados de emissões com base em uma das seguintes abordagens.

- Como ativos intangíveis: Nesta abordagem, argumenta-se que os certificados de emissão são ativos não monetários identificáveis que não possuem substância física e que, portanto, atendem à definição de ativo intangível.
- Como estoques: Nesta abordagem, argumenta-se que os certificados de emissões são efetivamente um insumo a ser consumido no processo produtivo, semelhante aos estoques.

O Grupo optou por contabilizar os certificados de emissões como ativos intangíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(a) Conciliação do valor contábil (continuação)**

CPC 15.B67(d) IFRS 3.B67 (d)
(viii), CPC (viii), IAS 38.118(c)
04.118(c)

Em 31 de dezembro de 2021	254	829	4.314	10	-	5.407
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2020	3.407	712	1.210	-	100	5.429
Não circulante						5.329
Circulante						100
Em 31 de dezembro de 2020	3.407	454	680	-	120	4.661
Não circulante						4.541
Circulante						120
Em 31 de dezembro de 2021	3.832	620	1.589	70	115	6.226
Não circulante						6.111
Circulante						115

CPC 04.118(d) IAS 38.118(d)

(b) Amortização

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e é incluída em 'Custo das vendas' na medida em que os estoques são vendidos. A amortização do relacionamento com clientes é registrada em 'Custo das vendas'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste por redução ao valor recuperável

CPC 01.131(b) IAS 36.131(b)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão subsequente foram reconhecidas em relação à um novo produto no segmento de Papel não reciclado e sobre o ágio na unidade geradora de caixa (UGC) de produtos de madeira como segue.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Consolidado	
		2021	2020
Papel não reciclado			
Máquinas e equipamentos e custos de desenvolvimento	<i>(ii)</i>	(493)	1.408
A perda por redução ao valor recuperável e a reversão subsequente relacionados ao segmento de papel não reciclado estão incluídas em 'Custo das vendas'.(Veja <i>nota explicativa 38(c)</i>) ⁸⁴			
Produtos de Madeira			
Ágio	<i>(iii)</i>	116	-

CPC 01.126(a)-(b) IAS 36.126(a)-(b)

A perda por redução ao valor recuperável e a reversão subsequente relacionados ao segmento de papel não reciclado estão incluídas em 'Custo das vendas'. (Veja nota explicativa 38(c))⁸⁴

CPC 01.126(a)-(b) IAS 36.126(a)-(b)

A perda por redução ao valor recuperável no ágio da UGC de produtos de madeira foi incluída em 'Outras despesas'. (Veja nota explicativa 38(b))⁸⁴

(i) Recuperação de custos com desenvolvimento⁸⁵

CPC 01.132 IAS 36.132

O valor contábil de custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2021 inclui R\$ 400 mil relacionados ao desenvolvimento de um projeto para um novo processo em uma das fábricas do Grupo no segmento de Papel não reciclado. Considerando que a aprovação regulatória para este novo processo atrasou, o benefício do novo processo não será realizado da forma anteriormente esperada e, conseqüentemente, a Administração realizou o teste por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) que inclui tais custos de desenvolvimento (a fábrica desta linha do produto) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando que a regulamentação seria aprovada em julho de 2022 e utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 12% e um valor de taxa de crescimento na perpetuidade de 2% a partir de 2026. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

CPC 26.125, 129 IAS 1.125, 129

A Administração considera possível que a aprovação regulatória possa ser adiada por mais um ano até julho de 2023. Tal atraso resultaria em um impairment de aproximadamente R\$ 100 mil no valor contábil da fábrica.

CPC 01.126 IAS 36.126 Insights 3.10.410.20

⁸⁴ O Grupo classificou as despesas por função e, portanto, alocou a perda por redução ao valor recuperável para a função apropriada. Em nosso entendimento, nos raros casos em que uma perda por redução ao valor recuperável não puder ser atribuída a uma função, ela deve ser incluída em 'Outras despesas' e divulgada em nota explicativa como um item separado, se for significativa.

CPC 01.132, 134 IAS 36.132, 134

⁸⁵ O Grupo divulgou as principais premissas utilizadas (taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade) para determinar o valor recuperável de ativos e das UGC, embora tais divulgações sejam requeridas apenas para as UGCs que contém ágio ou ativos intangíveis sem vida útil definida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(ii) Perda por redução ao valor recuperável e reversão subsequente relacionadas a um novo produto

CPC 01.130(a),
130(d)(i) IAS 36.130 (a),
130(d)(i)

Em 2020, uma fiscalização revelou que um novo produto no segmento de Papel não reciclado não atendia a certos padrões ambientais, necessitando de alterações substanciais em seu processo de fabricação. Antes da inspeção, era esperado que o produto estivesse disponível para venda em 2021, no entanto, como resultado das restrições regulatórias, a produção e a data de lançamento foram adiadas.

CPC 01.130(e) IAS 36.130(e)

Assim, a Administração estimou o valor recuperável da UGC (a linha de produtos) em 2020. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, assumindo que a linha de produção iria inaugurar em agosto de 2022.

Em 2021, após algumas mudanças no plano de remediação, o Grupo reavaliou suas estimativas e reverteu parte da provisão para redução ao valor recuperável reconhecido inicialmente.

CPC 01.130(g),
132 IAS 36.130(g),
132

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 10,5% (2020: 9,8%) e um valor da taxa de crescimento na perpetuidade de 3% a partir de 2026 (2020: 3% a partir de 2025).⁸⁶

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Máquinas e equipamentos	20(b)	(393)	1.123
Custos de desenvolvimento		(100)	285
(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável		(493)	1.408

CPC 01.130(e) IAS 36.130(e)

Em 31 de dezembro de 2021, o valor recuperável da UGC era como segue:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2021	2020
Valor recuperável	1.576	1.083

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio⁸⁷

CPC 01.134(a) IAS 36.134(a)

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) como segue:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2021	2020
Divisão europeia de manufatura e distribuição de papel	2.676	2.135
Produtos de madeira	960	1.076
	3.636	3.211
Unidades diversas com ágio não significativo	196	196
	3.832	3.407

CPC 01.135 IAS 36.135

CPC 01.132, 134 IAS 36.132, 134 ⁸⁶

O Grupo divulgou as principais premissas utilizadas (taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade) para determinar o valor recuperável de ativos e das UGC, embora tais divulgações sejam requeridas apenas para as UGCs que contém ágio ou ativos intangíveis sem vida útil definida.

CPC 01.134 IAS 36.134 ⁸⁷

Divulgações separadas são necessárias para cada UGC (ou grupo de UGCs) uma vez que o valor contábil do ágio e ativo intangível com vida útil indefinida alocado à UGC é significativo em comparação com o seu valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contêm ágio (continuação)

Divisão Europeia de manufatura e distribuição de papel

CPC 01.134(c),
134(e) IAS 36.134(c),
134(e)

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação (veja [nota explicativa 6\(b\)](#)).

CPC 01.134
(e)(i) IAS 36.134(e)(i)

As principais premissas utilizadas ⁸⁸ para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	Consolidado	
	2021	2020
Taxa de desconto	8,7	8,5
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0	0,9
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos cinco anos)	5,2	4,8

CPC 01.134
(e)(v), (f)(ii)
CPC 01.134
(e)(iv)
CPC
01.134(e)(i),
134(f)(iii) IAS 36.134
(e)(v), (f)(ii)
IAS 36.134
(e)(iv)
IAS 36.134(e)(i),
134(f)(iii)CPC 01.134
(e)(ii) IAS 36.134(e)(ii)

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera, com uma possível alavancagem da dívida de 40% a uma taxa de juros de mercado de 7%.

CPC 01.134
(e)(ii)-(iii) IAS 36.134
(e)(ii)-(iii)

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

CPC 01.134
(e)(iii) IAS 36.134(e)(iii)

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- As probabilidades ponderadas de custos ambientais significativos não recorrentes foram consideradas nas projeções de crescimento do LAJIDA, levando em consideração o desenvolvimento potencial de regulamentação ambiental em diversos países europeus em que a UGC atua. Presume-se que outros custos ambientais acompanhem a inflação em outros anos.
- Os fluxos de caixa estimados relacionados à reestruturação que é esperada para 2022 foram considerados no LAJIDA projetado.

CPC 01.134,
(d)(ii), (iv)-(v),
134(e)(ii), (iv)-
(v), 134(f)IE89 IAS 36.134,
(d)(ii), (iv)-(v),
134(e)(ii), (iv)-(v),
134(f)IE89

88 O CPC 01/IAS 36 especificamente requer divulgações quantitativas em relação às taxas de desconto e taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas nas projeções de fluxo de caixa. Divulgações explicativas são suficientes para as outras principais premissas, tendo em conta o requisito de divulgação para descrição da abordagem da administração para determinar o(s) valor(es) atribuído(s) a cada principal premissa, se esses valores refletem a experiência passada ou, se apropriado, se são consistentes com fontes externas de informação, e, se não, como e porque eles diferem de experiências passadas ou fontes externas de informação. Uma entidade também divulga informações quantitativas adicionais se uma mudança razoavelmente possível nas principais premissas resultaria em uma redução no valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)

Divisão Europeia de manufatura e distribuição de papel (continuação)

CPC 01.134(f) IAS 36.134(f)

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 300 mil (2020: R\$ 250 mil). A Administração identificou duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nas duas premissas básicas poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor contábil ser igual ao valor recuperável

		Consolidado	
		2021	2020
<i>Em percentual</i>			
CPC 01.134 (f)(iii) CPC 01.134 (f)(iii)	IAS 36.134 (f)(iii) IAS 36.134 (f)(iii)		
Taxa de desconto		1,6	1,3
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado		(4,4)	(3,6)

Produtos de madeira

CPC 26.125, 01.130 (f), 134(c)-(d) IAS 1.125, 36R.130 (f), 134(c)-(d)

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil desta UGC era maior que o seu valor recuperável de R\$ 960 mil e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável de R\$ 116 mil em 2021 (2020: zero) foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada ao ágio e foi incluída em 'Outras despesas'.

As principais premissas ⁸⁹ utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas como segue:

CPC 01.134(d)(i) IAS 36.134(d)(i)

		Consolidado	
		2021	2020
<i>Em percentual</i>			
CPC 01.134 (d)(v) CPC 01.134 (d)(iv)	IAS 36.134 (d)(v) IAS 36.134 (d)(iv)		
Taxa de desconto		9,6	10,0
Taxa de crescimento na perpetuidade		1,8	2,0
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)		8,0	9,0

CPC 01.134 (d)(ii) IAS 36.134(d)(ii)

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos ⁹⁰ baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

CPC 01.134 (d)(ii)-(iii) IAS 36.134 (d)(ii)-(iii)

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração.

CPC 01.134, (d)(ii), (iv)-(v), 134(e)(ii), (iv)-(v), 134(f)IE89 IAS 36.134, (d)(ii), (iv)-(v), 134(e)(ii), (iv)-(v), 134(f)IE89

89 O CPC 01/IAS 36 especificamente requer divulgações quantitativas em relação às taxas de desconto e taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas nas projeções de fluxo de caixa. Divulgações explicativas são suficientes para as outras principais premissas, tendo em conta o requisito de divulgação para descrição da abordagem da administração para determinar o(s) valor(es) atribuído(s) a cada principal premissa, se esses valores refletem a experiência passada ou, se apropriado, se são consistentes com fontes externas de informação, e, se não, como e porque eles diferem de experiências passadas ou fontes externas de informação. Uma entidade também divulga informações quantitativas adicionais se uma mudança razoavelmente possível nas principais premissas resultaria em uma redução no valor recuperável.

CPC 01.50(b), 55, A20 IAS 36.50(b), 55, A20 Insights 3.10.840.10-20

90 O CPC 01/IAS 36 exige que o valor em uso seja determinado utilizando os fluxos de caixa antes de impostos e uma taxa de desconto antes de impostos. No entanto, em nossa experiência tem sido mais comum o uso de fluxos de caixa após os impostos e uma taxa de desconto após os impostos, tais como a média ponderada do custo de capital. Desafios surgem em seguir uma abordagem pós-impostos de forma adequada para que o valor em uso resultante seja compatível com a norma contábil que exige o uso da taxa antes de impostos. Qualquer que seja a taxa utilizada (antes ou depois dos impostos), a taxa de desconto antes do imposto deve ser divulgada. Quando o valor em uso é determinado usando fluxos de caixa e taxa de desconto depois dos impostos, a taxa de desconto antes de impostos precisa ser calculada para atender aos requisitos de divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(c) Teste da redução ao valor recuperável (impairment) (continuação)****(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)****Produtos de madeira (continuação)**

O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da inflação prevista para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas a partir de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de mercado de longo prazo.

CPC 01.134(f) IAS 36.134(f)

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da UGC de produtos de madeira, atualmente o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará em uma perda adicional.

(d) Custos de desenvolvimento

CPC 20.26(a)-(b) IAS 23.26(a)-(b)

Nos custos de desenvolvimento capitalizados está incluído um montante de R\$ 37 mil (2020: R\$ 12 mil) que representa custos de empréstimos capitalizados durante o período utilizando uma taxa de capitalização de 5,1% (2020: 5,4%).

(e) Certificados de emissões

O Grupo participa de um programa de 'concessão máxima e negociação' ("*cap and trade scheme*") em vários países. De acordo com esse programa, no início de cada ano, o governo de cada país estabelece limites anuais específicos para a emissão de poluentes e concede ao Grupo o respectivo número de certificados de emissões. O Grupo pode liquidar sua obrigação anual criada pela emissão de poluentes apenas entregando os certificados de emissão em uma data específica, que geralmente é de até 12 meses após a data de reporte. Se as emissões anuais do Grupo estiverem abaixo do limite, ele pode vender os certificados restantes a outras partes em uma plataforma de negociação. Por outro lado, se as emissões anuais excederem o limite, o Grupo adquire certificados adicionais para liquidar sua obrigação. Historicamente, o Grupo emite mais poluentes do que sua alocação anual de certificados de emissões do governo e tem adquirido certificados adicionais.

O Grupo reconhece os certificados de emissões como ativos intangíveis. Os certificados de emissão recebidos do governo são inicialmente mensurados ao valor justo, que é determinado com base no preço de mercado dos certificados negociados na plataforma naquela data. Os certificados de emissão adquiridos na plataforma de negociação são inicialmente mensurados a custo.

Em 2021, o Grupo recebeu certificados de emissões no valor de R\$ 115 mil (2020: R\$ 120 mil) (veja [Nota explicativa 24\(d\)](#)). Além disso, o Grupo adquiriu certificados de emissão no valor de R\$ 20 mil durante 2021 (2020: R\$ 10 mil) em uma plataforma de negociação. Os certificados adicionais são adquiridos e devolvidos em um período de menos de 12 meses para liquidar a obrigação com o governo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 10(p)(iii) e (iv).

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2021	2020
		Reapresentado*	
Fornecedores – partes relacionadas	44	174	351
Fornecedores – contrato de financiamento de fornecedores		5.515	4.900
Outras contas a pagar		17.016	14.700
Despesas provisionadas		312	487
Total de fornecedores		23.017	20.438
Contratos de <i>forward</i> utilizados para <i>hedging</i>	31(c)-(d)	8	7
Swap de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	31(c)-(d)	20	5
Contraprestação contingente	3(a)(iii)	270	-
Passivos de devolução	10(d)	988	883
Total de outras contas a pagar		1.286	895
		24.303	21.333
Circulante		24.013	21.328
Não circulante		290	5
		24.303	21.333

* Veja nota explicativa 9.

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 31(c).

O Grupo participa de um contrato de financiamento da cadeia de suprimentos (*Supply chain*), no qual seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber do Grupo. Nos termos do acordo, um banco concorda em pagar os valores a um fornecedor participante em relação às faturas devidas pelo Grupo e recebe liquidação do Grupo em uma data posterior. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pelo Grupo a um banco antes da data de vencimento.

O Grupo não desreconheceu os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar no acordo. Da perspectiva do Grupo, o acordo não estende significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não estão participando. O Grupo não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores.⁹¹

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Fornecedores e outras contas a pagar (continuação)

Portanto, o Grupo divulga os valores contabilizados pelos fornecedores no contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar, mas divulga os valores desagregados nas notas. Todas as contas a pagar no âmbito do financiamento da cadeia de suprimentos estão classificadas como circulante em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

CPC 03.43 IAS 7.43

Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional do Grupo e sua natureza principal permanece - ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. Os pagamentos a um fornecedor pelo banco são considerados transações não caixa e totalizam R\$ 3.860 mil (2020: R\$ 3.430 mil).

CPC 40.8(g) IFRS 7.8(g)

23. Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 10(b)(i), (ii), (p)(i), (iii), (s)(ii), (t) e (u).

		Consolidado	
Em milhares de Reais		2021	2020
Nota			
CPC 26.77	IAS 1.77		
Passivo circulante			
Empréstimos bancários com garantia		1.055	3.985
Empréstimos bancários sem garantia		503	117
Emissão de títulos de dívida sem garantia		3.064	-
Dividendos sobre ações preferenciais resgatáveis		51	-
Passivo de arrendamento		674	945
Empréstimo de coligada		44(c)	1.000
		5.347	6.047
Passivo não circulante			
Empréstimos bancários com garantia		7.554	8.093
Títulos de dívida emitidos sem garantia		6.136	9.200
Notas conversíveis		4.678	-
Ações preferenciais resgatáveis		1.939	-
Passivo de arrendamento		3.451	3.584
		23.758	20.877
Total		29.105	26.924

Informações sobre a exposição do Grupo à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 31(c).

CPC 40.7 IFRS 7.7

(a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

				Consolidado			
				2021	2020		
Em milhares de Reais	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
CPC 40.42D(e)	IFRS 7.42D(e)						
Empréstimo bancário com garantia (veja nota explicativa 14(a))	R\$	3,60-3,90%	2021-22	600	598	1.000	985
Empréstimo bancário com garantia	CHF	3,90%	2025	1.240	1.240	1.257	1.257
Empréstimo bancário com garantia	USD	4,70%	2023-24	1.447	1.447	1.521	1.521
Empréstimo bancário com garantia	R\$	4,50%	2023-24	3.460	3.460	3.460	3.460
Empréstimo bancário com garantia	GBP	SONIA +1,1%	2021-23	1.864	1.864	4.855	4.855
Empréstimo bancário sem garantia	R\$	3,80%	2022	510	503	-	-
Empréstimo bancário com garantia	R\$	5,50%	2021	-	-	117	117
Títulos de dívida sem garantia	R\$	CDI +0,5%	2025	1.023	1.023	1.023	1.023
Títulos de dívida sem garantia	R\$	CDI +1%	2026	5.113	5.113	5.113	5.113
Títulos de dívida sem garantia	R\$	CDI	2022	3.064	3.064	3.064	3.064
Empréstimo de coligada	R\$	4,80%	2021	-	-	1.000	1.000
Notas conversíveis	R\$	3,00%	2024	5.000	4.678	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	R\$	4,40%	2027	2.051	1.990	-	-
Passivos de arrendamento	R\$	6,0-7,0%	2021-35	5.697	4.125	5.936	4.529
Total de passivos sujeitos a juros				31.069	29.105	28.346	26.924

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

23. Empréstimos e financiamentos (continuação)

CPC 40.7, 14,
CPC 27.74(a) IFRS 7.7,
14, IAS
16.74(a)

(a) Termos e cronograma de amortização da dívida (continuação)

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por terrenos e edificações, estoques e contas a receber no valor contábil de R\$ 5.000 mil (2020: R\$ 4.700 mil) (veja [nota explicativa 20\(d\)](#)), R\$ 1.650 mil (2020: R\$ 2.090 mil) (veja [nota explicativa 15](#)) e R\$ 600 mil (2020: R\$ 1.000 mil) (veja [nota explicativa 14\(a\)](#)), respectivamente.

(b) Quebra de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

CPC 40.18-19 IFRS 7.18-19

O Grupo detém um empréstimo bancário no montante de R\$ 3.460 mil em 31 de dezembro de 2021 (2020: 3.460), que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) que estabelece que, ao final de cada trimestre, a dívida do Grupo (definida no contrato como sendo o total de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar) não pode exceder 2,5 vezes a receita líquida do Grupo, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido.

O Grupo ultrapassou o limite estabelecido no terceiro trimestre de 2021, e continuou ultrapassando o limite em 31 de dezembro de 2021. Entretanto, a Administração obteve, em outubro de 2019, um *waiver* do banco para essa cláusula até março de 2023, anuindo com a não execução dos testes de cumprimento do limite em setembro e dezembro de 2021. Consequentemente, esse empréstimo passa a não mais estar vencido em 31 de dezembro de 2021 (veja [nota explicativa 41](#)).⁹²

(c) Notas conversíveis

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<i>Consolidado</i>
Emissão de notas conversíveis (1.250.000 notas a um valor de face de R\$ 4)		5.000
Custo de transação		(250)
Valor líquido recebido		4.750
Montante classificado como patrimônio líquido (líquido dos custos de transação de R\$ 9 mil)	32(c)	(163)
Juros		91
Valor contábil em 31 de dezembro de 2021		4.678

As notas foram emitidas em 29 de maio de 2021 e serão conversíveis em 250.000 ações ordinárias em maio de 2024 por opção do titular. Notas não convertidas se tornarão resgatáveis à vista.

(d) Ações preferenciais resgatáveis

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Consolidado</i>
Emissão de ações preferenciais resgatáveis (1.000.000 ações a um valor nominal de R\$ 2)	2.000
Custos da transação	(61)
Dividendos acumulados	51
Valor contábil em 31 de dezembro de 2021	1.990

Em 2021, 1.000.000 ações preferenciais resgatáveis foram emitidas com valor nominal de R\$ 2 por ação (2020: zero). As ações preferenciais resgatáveis deverão ser obrigatoriamente resgatadas pelo seu valor de face em 31 de maio de 2027 e o Grupo é obrigado a pagar aos seus detentores um dividendo de 4,4% do seu valor de face no dia 31 de maio de cada ano até o vencimento. As ações preferenciais resgatáveis não têm direito de voto.

Insights
3.1.40.130

92 Em algumas circunstâncias, uma entidade pode - antes da data base - obter um acordo de um credor para alterar um contrato de empréstimo. Tais alterações podem postergar a data em que as informações são avaliadas para teste de quebra de *covenants* na data ou antes da data base para uma data posterior. Acreditamos que, situações em que a entidade teria quebrado o *covenant* relacionado ao contrato, mas este foi alterado antes da data base, não afetam a classificação do passivo na data base.

23. Empréstimos e financiamentos (continuação)

CPC 03.44A-E IAS 7.44A-E

(e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento⁹³

Em milhares de Reais	Nota	Passivos					Derivativos (ativos) / passivos mantidos para hedge de empréstimos de longo prazo		Patrimônio				
		Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa	Outros empréstimos e financiamentos	Notas conversíveis	Ações preferenciais resgatáveis	Passivos de arrendamento	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - ativo	Swap de taxa de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - passivos	Capital social/ prêmio	Reservas	Reservas de lucros	NCI	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021		282	22.395	-	-	4.529	(205)	8	18.050	439	13.786	3.091	62.375
Variações dos fluxos de caixa de financiamento													
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	27(a)	-	-	-	-	-	-	-	1.550	-	-	-	1.550
Recursos provenientes da emissão de notas conversíveis	23(c)	-	-	4.837	-	-	-	-	-	163	-	-	5.000
Recursos provenientes da emissão de ações preferenciais resgatáveis	23(d)	-	-	-	2.000	-	-	-	-	-	-	-	2.000
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	591	-	-	-	-	-	-	-	-	-	591
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	19	11	-	-	30
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	27(a)	-	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-	50
Recursos provenientes de liquidação de derivativos		-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	5
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	23(c) - (d)	-	-	(250)	(61)	-	-	-	-	-	-	-	(311)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	30	-	-	-	-	-	-	-	-	8	(93)	(115)	(200)
Pagamento de empréstimos		-	(5.055)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.055)
Pagamento de passivos de arrendamento		-	-	-	-	(554)	-	-	-	-	-	-	(554)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	27(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.243)	-	(1.243)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		-	(4.464)	4.587	1.939	(554)	4	1	1.619	182	(1.336)	(115)	1.863

CPC 03.44D-E, 60 IAS 7.44D-E, 60

⁹³ Este exemplo ilustra um possível formato para atender ao requerimento de divulgação no parágrafo 44A-E do CPC 03/IAS 7), fornecendo uma reconciliação entre a abertura e o fechamento de saldos no balanço patrimonial para passivos decorrentes de atividades de financiamento. Outros formatos de apresentação são possíveis. Embora as alterações exijam apenas a divulgação de uma reconciliação das mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, o Grupo optou por expandir a divulgação para cobrir alterações nos saques a descoberto utilizados para fins de gerenciamento de caixa e variações nos saldos patrimoniais decorrentes de atividades de financiamento. Se uma entidade fornece as divulgações exigidas pelo CPC 03.44A/IAS 7.44A em combinação com divulgações de alterações em outros ativos e passivos, ela deve divulgar as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento separadamente das mudanças nesses outros ativos e passivos.

23. Empréstimos e financiamentos (continuação)**(e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (continuação)**

CPC 03.44B(b)	IAS 7.44B(b)	Variações decorrentes da obtenção ou perda de controle de controladas ou outros negócios	-	500	-	-	-	-	-	87	-	120	-	707	
CPC 03.44B(c)	IAS 7.44B(c)	Efeito das variações nas taxas de câmbio	-	(122)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(122)	
CPC 03.44B(d)	IAS 7.44B(d)	Variações nos valores justos	-	-	-	-	-	24	16	-	-	-	-	40	
CPC 03.44B(e)	IAS 7.44B(e)	Outras variações													
		Relacionadas com passivos													
		Variações nos saques a descoberto	12	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	
		Novos arrendamentos	42(a)	-	-	-	-	150	-	-	-	-	-	150	
		Custos de empréstimos capitalizados	20(e), 21 (d)	-	231	-	-	-	-	-	-	-	-	231	
		Despesas com juros	39	-	1.061	91	51	320	-	-	-	-	-	1.523	
		Juros pagos		-	(1.289)	-	-	(320)	-	-	-	-	-	(1.609)	
		Total das outras variações relacionadas com passivos		52	3	91	51	150	-	-	-	-	-	347	
		Total das outras variações relacionadas com patrimônio		-	-	-	-	-	-	-	598	7.873	828	9.299	
		Saldo em 31 de dezembro de 2021		334	18.312	4.678	1.990	4.125	(177)	25	19.756	1.219	20.443	3.804	74.509

23. Empréstimos e financiamentos (continuação)

CPC 03.44A-E IAS 7.44A-E

(e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (continuação)

		Passivos					Derivativos (ativos) / passivos mantidos para hedge de empréstimos de longo prazo		Patrimônio					
		Nota	Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa	Outros empréstimos e financiamentos	Notas conversíveis	Ações preferenciais resgatáveis	Passivos de arrendamentos	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - ativo	Swap de taxa de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - passivos	Capital social/ prêmio	Reservas	Reservas de lucros	NCI	Total
Em milhares de Reais														
Saldo reapresentado em 1 de janeiro de 2020			303	20.409	-	-	4.939	(204)	1	18.050	297	8.497	2.718	55.010
Variações dos fluxos de caixa de financiamento														
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos			-	4.439	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.439
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria			-	-	-	-	-	-	-	-	(280)	-	-	(280)
Recursos provenientes de liquidação de derivativos			-	-	-	-	-	8	3	-	-	-	-	11
Pagamento de empréstimos			-	(2.445)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.445)
Pagamento de passivos de arrendamento			-	-	-	-	(590)	-	-	-	-	-	-	(590)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		27(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(571)	-	(571)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento			-	1.994	-	-	(590)	8	3	-	(280)	(571)	-	564
Efeitos de mudanças em taxas de câmbio			-	(30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)
Variações nos valores justos			-	-	-	-	-	(9)	4	-	-	-	-	(5)
Outras variações														
Relacionadas com passivos														
Variações nos saques a descoberto		12	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Novos arrendamentos		20(c)	-	-	-	-	180	-	-	-	-	-	-	180
Custos de empréstimos capitalizados		21(d)	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Despesas com juros		39	-	1.061	-	-	238	-	-	-	-	-	-	1.299
Juros pagos			-	(1.051)	-	-	(238)	-	-	-	-	-	-	(1.289)
Total das outras variações relacionadas com passivos			(21)	22	-	-	180	-	-	-	-	-	-	181
Total das outras variações relacionadas com patrimônio			-	-	-	-	-	-	-	-	422	5.860	373	6.655
Saldo em 31 de dezembro de 2020			282	22.395	-	-	4.529	(205)	8	18.050	439	13.786	3.091	62.375

CPC 03.44B(a) IAS 7.44B(a)

CPC 03.44B(c) IAS 7.44B(c)
CPC 03.44B(d) IAS 7.44B(d)
CPC 03.44B(e) IAS 7.44B(e)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

24. Provisões

Ver política contábil na nota explicativa 10(t).

Consolidado

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<i>Garantias</i>	<i>Reestru- turação</i>	<i>Restaura- ção de áreas</i>	<i>Contratos onerosos</i>	<i>Programa de emissões</i>	<i>Cíveis e trabalhistas</i>	<i>Total</i>
<i>CPC 25.84(a) IAS 37.84(a)</i>								
Saldo em 1º de janeiro de 2021		200	460	740	-	140	-	1.540
Assumidas em combinações de negócios	3	-	-	150	-	-	20	170
Provisões registradas durante o ano		280	280	660	160	120	-	1.500
<i>CPC 25.84(b) IAS 37.84(b)</i>								
<i>CPC 25.84(c) IAS 37.84(c)</i>	21	(200)	(360)	(800)	-	(140)	-	(1.500)
Provisões utilizadas durante o ano								
Provisões revertidas durante o ano ⁹⁴		-	(100)	-	-	-	-	(100)
<i>CPC 25.84(d) IAS 37.84(d)</i>								
Reversão do desconto a valor presente	39	-	-	60	-	-	-	60
Saldo em 31 de dezembro de 2021		280	280	810	160	120	20	1.670
<i>CPC 25.84(a) IAS 37.84(a)</i>								
Circulante		180	280	-	60	120	20	660
Não circulante		100	-	810	100	-	-	1.010
		280	280	810	160	120	20	1.670

(a) Provisão para garantias

*CPC 25.85 (a)-
(c)* *IAS 37.85(a)-
(c)*

A provisão para garantias está relacionada basicamente ao papel vendido durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021. A provisão é baseada em estimativas de dados históricos de garantias associadas com produtos e serviços semelhantes. O Grupo espera liquidar a maioria desses passivos dentro do próximo ano. Um reembolso esperado de despesas de garantia incorridas de R\$ 25 mil foi incluído em 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' (veja [nota explicativa 14](#)) com base na aceitação do fornecedor de sua responsabilidade pelo defeito dos produtos.

(b) Reestruturação

*CPC 26.98 (b), IAS 1.98 (b),
125 IAS 125*
*CPC 25.85 (a)-(b) IAS 37.85(a)-
(b)*

Em 2021, uma provisão de R\$ 280 mil foi constituída para cobrir os custos associados com a reestruturação de parte de uma fábrica no segmento de Papel não reciclado. Esta parte da fábrica não será alienada junto com o restante das instalações (veja [nota explicativa 17](#)). Os custos estimados de reestruturação incluem principalmente benefícios de rescisão para empregados (veja [Nota explicativa 34\(e\)](#)) e são baseados em um plano detalhado acordado entre a Administração e os sindicatos dos empregados. A reestruturação e a venda devem ser concluídas até junho de 2022.

Em 2020, o Grupo se comprometeu com um plano para reestruturar uma das linhas de produto da divisão *American Paper manufacturing* devido a uma redução na demanda como resultado de deterioração nas condições econômicas. Seguindo o anúncio do plano, o Grupo reconheceu uma provisão de R\$ 460 mil referente a custos esperados de reestruturação incluindo custos de rescisão de contratos, encargos de consultoria e benefícios a serem pagos na demissão de empregados. (Veja [Nota explicativa 34\(e\)](#)) Os custos estimados foram baseados nos termos dos contratos relevantes. A reestruturação foi concluída em 2021 e R\$ 360 mil da provisão foi utilizada durante o ano. A provisão não utilizada de R\$ 100 mil foi revertida e incluída no custo das vendas na demonstração do resultado.

(c) Restauração de áreas

CPC 25.85(a) IAS 37.85(a)

(i) França

Uma provisão de R\$ 740 mil foi constituída em 2020 e uma reversão do desconto a valor presente de R\$ 60 mil foi reconhecido em 2021 com relação à obrigação do Grupo para reparar danos ambientais ocorridos na França. A tarefa necessária foi concluída em 2021 ao custo de R\$ 800 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

24. Provisões (continuação)**(c) Restauração de áreas (continuação)****(ii) Romênia**

CPC 26.125, 129
CPC 25.85(a)-(b) IAS 1.125, 129
IAS 37.85 (a)-(b)

De acordo com as leis romenas, um terreno contaminado pela controlada do Grupo tem que ser recuperado às suas condições originais até o final de 2024. Em 2021, o Grupo provisionou R\$ 660 mil para esta ação.

Devido à natureza de longo prazo do passivo, a maior incerteza para estimar a provisão é o custo a ser incorrido. Especificamente, o Grupo considerou que o local será recuperado utilizando tecnologia e materiais que estão disponíveis atualmente. Foi fornecida ao Grupo uma série de estimativas razoavelmente possíveis para o custo total, que varia entre R\$ 500 mil e R\$ 700 mil, refletindo diferentes premissas sobre as alterações de preço dos diferentes elementos que serão necessários para a descontaminação. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 5,9%. A recuperação deve ocorrer progressivamente durante os próximos dois a três anos.

CPC 21.26 IAS 34.26

A provisão aumentou, comparada ao montante de R\$ 500 mil reportada no relatório intermediário da Entidade para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, devido a uma alteração nos custos estimados. Quando o relatório intermediário foi preparado, a extensão dos trabalhos de restauração necessários era incerta, uma vez que o relatório de fiscalização das autoridades ambientais ainda não havia sido finalizado. As estimativas foram então revisadas com base no relatório final de fiscalização.

(iii) Aquisição da Papyrus

Como parte da aquisição da Papyrus Pty Limited, o Grupo reconheceu uma provisão para recuperação ambiental de R\$ 150 mil, determinado em bases provisórias (veja [nota explicativa 3\(c\)](#)).

CPC 25.85(a) IAS 37.85(a)

(d) Programa de emissões

O Grupo participa de um programa de 'concessão máxima e negociação' ("cap and trade scheme") em vários países (veja [Nota explicativa 26\(b\)](#)). O Grupo reconhece um passivo de devolução de certificados de emissões, uma vez que emite poluentes. O passivo é mensurado com base no valor contábil dos certificados disponíveis na extensão das emissões dentro do limite anual (veja [Nota explicativa 21](#)), e no valor de mercado atual dos certificados na medida em que o Grupo seria obrigado a adquirir certificados adicionais para liquidar a obrigação.

Durante o ano de 2021, o Grupo reconheceu uma provisão para poluentes emitidos no valor de R\$ 120 mil. A provisão será liquidada mediante a entrega dos certificados de emissões ao governo em 2022. Uma provisão de R\$ 140 mil em 31 de dezembro de 2020 foi liquidada em 2021 de forma semelhante.

(e) Legal

CPC 25.86(a)-(b) IAS 37.86 (a)-(b)

Como resultado da aquisição da Papyrus Pty Limited, o Grupo assumiu um passivo contingente de R\$ 20 mil, determinado em bases provisórias (veja [nota explicativa 3\(c\)](#)).

(f) Tributos

CPC 26.85(a) IAS 37.85 (a)

O Grupo opera em vários países onde está sujeito a tributos variados. O Grupo avalia o momento de reconhecimento da provisão para tributos ambientais impostos pela legislação no final do ano fiscal (31 de março) para as entidades que fabricam produtos com base em celulose. O Grupo reconheceu uma obrigação de pagar tributos ambientais em 31 de março, quando o fato gerador da obrigação conforme requerido pela legislação ocorreu. A obrigação foi posteriormente liquidada.

Portanto, em 31 de dezembro de 2021, nenhuma obrigação para tributos ambientais está reconhecida no balanço. Uma despesa de R\$ 102 mil foi reconhecida em relação a tributos ambientais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

25. Provisão para processos judiciais

A Entidade e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 3.612 (R\$ 1.180 em 2020). A Entidade e suas controladas não apresentam depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

CPC 25.84(a)-(e) IAS 37.84(a)-(e)

(a) Movimentação das contingências prováveis da Entidade

	Consolidado					
	2020	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2021
Processos trabalhistas	650	3.500	(2.045)	20	-	2.125
Processos tributários	320	400	-	16	-	736
Processos ambientais	180	331	-	10	-	521
Processos cíveis	30	198	-	2	-	230
Total	1.180	4.429	(2.045)	48	-	3.612

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

Já a provisão tributária refere-se a um único processo cuja natureza é uma execução fiscal dos períodos de apuração de 2010 a 2012 devido à glosa de créditos de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), em função da discussão sobre a amplitude do conceito de créditos dos referidos tributos sobre serviços contratados que não são objetivamente enquadrados como insumos que dão origem a créditos, de acordo com a legislação aplicável. Houve decisão desfavorável em primeira instância judicial, estando pendente de confirmação em segunda instância.

(b) Contingências possíveis

CPC 26.125 CPC 25.86 IAS 1.125 IAS 37.86

A Entidade é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

PROCESSOS	NATUREZA
Trabalhistas	Reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.
Tributários	Os processos tributários referem-se a disputas de compensações de impostos e contribuições não homologados pela Receita Federal do Brasil. Além disso, há um processo significativo sobre o questionamento de débito de IOF (Imposto sobre Operações de Crédito) em operações de crédito com coligadas e controladas ocorridas em 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

25. Provisão para processos judiciais (continuação)

ÂÇÕES	NATUREZA
Ambientais	Uma controlada está se defendendo de um processo perante uma agência ambiental na Europa. Embora nenhum passivo tenha sido reconhecido por não ser provável uma saída de recursos, caso a defesa contra o processo não tenha sucesso, as multas e custos legais podem totalizar R\$ 950 mil, dos quais R\$ 250 mil seriam reembolsáveis por um contrato de seguro. Baseada na opinião de seu assessor legal, a Administração acredita que a defesa contra o processo será bem sucedida.
Cíveis	Como parte do processo de aquisição da Papyrus, o Grupo reconheceu um passivo contingente de R\$ 20 mil relacionado com reclamações de multas contratuais feitas por um dos clientes da Papyrus (veja nota explicativa 3(c)).

26. Subvenção Governamental

Veja política contábil nas [notas explicativas 10\(d\) e 10\(f\), \(g\)](#).

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Receita diferida – aquisição de ativos ⁹⁵	(a)	1.424	1.462
		1.424	1.462
Circulante		-	-
Não circulante		1.424	1.462
		1.424	1.462

(a) Aquisição de ativos

CPC 07.43(b)-(c) IAS 20.39
(b)-(c)

Em 2020, o Grupo obteve um subsídio no montante de R\$ 1.462 mil, condicionado à aquisição de instalações fabris numa determinada região. A fábrica está em operação desde o início de 2021 e a subvenção, reconhecida como receita diferida, está sendo amortizada ao longo da vida útil do imóvel. De acordo com os termos da subvenção, o Grupo está proibido de vender as instalações da fábrica por um período de 15 anos a partir da data da subvenção.

(b) Programa de emissões⁹⁶

CPC 07.43(b)-(c) IAS 20.39
(b)-(c)

O Grupo participa de um programa de 'concessão máxima e comércio' ("cap and trade scheme") em vários países. De acordo com esse programa, no início de cada ano, o governo de cada país estabelece limites anuais específicos para a emissão de poluentes e concede ao Grupo o respectivo número de certificados de emissões. O Grupo reconhece os certificados de emissões e a receita diferida relacionada pelo valor justo dos certificados concedidos, que é determinado com base no preço de mercado cotado de certificados negociados em um mercado ativo. Quando o Grupo emite poluentes e reconhece um passivo (veja [nota 31\(d\)](#)), ele reduz a despesa relacionada no resultado pela realização da receita diferida. Em 2021, o Grupo recebeu certificados de emissões no valor de R\$115 mil (2020: R\$ 120 mil) (veja [nota 21](#)). O Grupo emitiu poluentes acima do limite em 2021 e 2020, portanto a receita diferida relacionada a esta concessão em 31 de dezembro de 2021 é zero (2020: zero).

CPC 07.24 IAS 20.24,
Insights
4.3.130.60

95 O Grupo optou por apresentar subvenções governamentais relacionadas a ativos como receita diferida. Alternativamente, a Entidade pode apresentar estas subvenções como uma dedução ao valor contábil do ativo. A receita diferida geralmente é classificada como passivo não circulante quando uma entidade apresenta a classificação por liquidez no balanço patrimonial.

CPC 07.23 IAS 20.23,
Insights
4.3.110.10

96 Em nossa visão, se os certificados de emissões são recebidos de um governo por menos do que seu valor justo, a entidade deve escolher uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, seja para reconhecer a subvenção governamental resultante pelo valor justo (como a diferença entre o valor justo dos certificados e a contraprestação (se houver) paga) ou reconhecê-los pelo valor nominal pago pelos certificados. A IAS 20 observa que o valor justo é a abordagem usual para subsídios não monetários. Já no CPC 07, a orientação é mais restritiva e menciona que apenas na impossibilidade de verificação desse valor justo é que o ativo e a subvenção governamental podem ser registrados pelo valor nominal. O Grupo optou por contabilizar a subvenção do governo relacionada aos certificados de emissões pelo seu valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

26. Subvenção Governamental (Continuação)**(c) Novas plantações de pinheiros**CPC 29..57(a)–
(b) IAS
41.57(a)–(b)

Em 2021, o Grupo obteve uma subvenção incondicional, no montante de R\$ 200 mil para plantações de pinheiro numa determinada região. Essa subvenção foi reconhecida integralmente no resultado e apresentada como 'Outras Receitas' quando se tornou recebível (veja [nota explicativa 38\(a\)](#)). Não há saldo em aberto de receita diferida em 31 de dezembro de 2021 relativo a esta subvenção.

27. Capital Social e Reservas

Veja políticas contábeis nas [notas explicativas 10\(b\)\(i\)–\(iii\), \(e\)\(iv\), \(l\)\(iv\), \(p\)\(ii\), \(p\)\(iv\)–\(v\), \(q\) e \(r\)](#).

(a) Capital Social e Reserva de CapitalCPC 26.79
(a)(iv) IAS 1.79
(a)(iv)

		Ações ordinárias		Ações preferenciais não resgatáveis	
		2021	2020	2021	2020
<i>Em milhares de ações</i>					
Em 1º de janeiro		3.100	3.100	1.750	1.750
Emitidas e pagas em dinheiro		130	-	-	-
Exercício de opção de ações		5	-	-	-
Emitidas em combinação de negócios		8	-	-	-
Emitidas em 31 de dezembro - totalmente integralizadas		3.243	3.100	1.750	1.750
Autorizadas - valor nominal por ação ordinária R\$ 3					
(ação preferencial: R\$ 2)		10.000	10.000	2.000	2.000

CPC 26.79(a)(iii)
IAS 1.79
(a)(iii)
CPC 26.79(a)(i),
79(a)(iii) IAS 1.79
(a)(i),
79(a)(iii)CPC 26.79(a)(v)
(a)(v) IAS 1.79
(a)(v)

As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Entidade. Acionistas preferenciais participam somente até o limite do valor nominal dessas ações.

(i) Ações ordináriasCPC 26.79(a)(v)
(a)(v) IAS 1.79
(a)(v)

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Entidade. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Entidade. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

Emissão de ações ordinárias

CPC 26.79(a) IAS 1.79(a)

Em outubro de 2021, a Entidade emitiu 130.000 ações ordinárias a um preço de R\$ 11,92 por ação (2020: zero).

Adicionalmente, 5.000 ações ordinárias foram emitidas por exercício de opções adquiridas decorrentes do programa de opções de ações de 2016 concedidas à Administração (2020: zero) (veja [nota explicativa 33](#)). As opções foram exercidas a um preço médio de R\$ 10,00 por ação.

CPC 03.43 IAS 7.43

Em 2021, 8.000 ações ordinárias foram emitidas como resultado da aquisição da Papyrus Pty (veja [nota explicativa 3\(a\)](#)) (2020: zero).

(ii) Ações preferenciais não resgatáveis

Detentores de ações preferenciais não resgatáveis recebem dividendos não-cumulativos de R\$ 0,2503 por ação quando da declaração de pagamento de dividendos para ações ordinárias ou por discricionariedade da Administração. Essas ações preferenciais não têm participação em qualquer outro dividendo adicional declarado para ações ordinárias e não têm direito a voto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

27. Capital Social e Reservas (Continuação)**(b) Natureza e propósito das reservas****(i) Reserva de lucros⁹⁷****– Reserva Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

– Reserva de retenção de lucros⁹⁸

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para construção da nova fábrica de papel padrão, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

CPC 26.79(b),
39.34 IAS 1.79(b),
32.34

(ii) Ações em tesouraria⁹⁹

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Entidade detidas pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo detinha 48 mil ações em tesouraria (em 2020: R\$ 50 mil).

(iii) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram objeto de *hedge* (veja [nota explicativa 10\(p\)\(iv\)](#)).
- Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.
- Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.
- Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Entidade em uma operação no exterior.
- Ajuste ao valor justo para itens do imobilizado imediatamente antes de sua reclassificação para propriedades para investimentos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

97 Reservas estatutárias também podem existir, segundo os artigos 194 e 198 da Lei 6.404/76. As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da entidade, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório. O estatuto poderá criar as reservas desde que, para cada uma, indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade, fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição, e estabeleça o limite máximo da reserva.

98 Conforme o artigo 196 da Lei 6.404/76, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço patrimonial do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

99 O Grupo decidiu divulgar o número de ações em tesouraria nas notas explicativas. Alternativamente, isso pode ser divulgado no balanço patrimonial ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

CPC 26.79(a)(vi) IAS 1.79(a)(vi),
CPC 39.34 IAS 32.34

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

27. Capital social e reservas (continuação)**(c) Dividendos**

O estatuto social da Entidade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 18%¹⁰⁰ do resultado do período ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2021	2020
Resultado do período	7.055	5.623
(-) Reserva legal (5%)	(353)	(281)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	6.702	5.342
Dividendos propostos	1.243	571

CPC 26.107 IAS 1.107

Os dividendos declarados e pagos por classe de ação foram:

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
R\$ 0,2597 por ação ordinária (2020: R\$ 0,4280)	805	133
R\$ 0,2503 por ação preferencial não resgatável (2020: R\$ 0,2503)	438	438
	1.243	571

CPC 26.137(a),
24.13, 32.81(i) IAS
1.137(a),
10.13,
12.81(i)

Após a data de divulgação, os seguintes dividendos foram propostos pelo conselho de administração. Os dividendos não foram reconhecidos como passivos e não há incidência tributária.

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
R\$ 0,2792 por ação ordinária (2020: R\$ 0,2597)	892	805
R\$ 0,2503 por ação preferencial não resgatável (2020: R\$ 0,2503)	438	438
	1.330	1.243

28. Gerenciamento do capital

CPC 26.134,
135(a) IAS 1.134,
135(a)

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

CPC 26.135(a) IAS 1.135
(a)

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo do Grupo é atingir um retorno sobre o capital superior a 23%; em 2021, o retorno foi de 29,9% (2020: 24,3%). Em comparação, a taxa média ponderada de juros sobre empréstimos foi de 5,8% (2020: 5,5%).

A Administração está discutindo alternativas para estender o programa de opção de ações do Grupo além da alta administração e outros funcionários seniores; atualmente, aos funcionários são concedidos direitos de valorização de ações e participação em um programa para compra de ações (veja [nota explicativa 33\(a\)](#)). O Grupo está discutindo os mecanismos de remuneração com os sindicatos dos funcionários, porém nenhuma decisão foi tomada.

¹⁰⁰ Para fins deste modelo ilustrativo foi utilizada a taxa de 18% (2020: 11%). A Lei 6.404/76 determina que, se o Estatuto for omissivo, o dividendo mínimo obrigatório representa 50% do lucro líquido ajustado. Se o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar alterá-lo, o DMO deve ser de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado. Em certos casos, o estatuto pode estabelecer o DMO como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria. Tradicionalmente, o dividendo mínimo obrigatório (DMO) é determinado como 25 a 50% do lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

28. Gerenciamento do capital (Continuação)CPC 26.135(a) IAS 1.135
(a)

O Grupo monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela 'dívida líquida', dividido pelo 'patrimônio líquido ajustado'. A dívida líquida é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa. O 'patrimônio líquido ajustado' é composto pelo total do patrimônio líquido menos os valores acumulados na reserva de *hedge* e reserva de custos de *hedge*.¹⁰¹

A política do Grupo é manter esse índice abaixo de 2,00. O índice de alavancagem do Grupo em 31 de dezembro de 2021 é apresentado a seguir:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2021	2020
		Reapresentado*
Total do passivo	67.638	54.647
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.504)	(1.849)
Dívida líquida	66.134	52.798
Total do patrimônio líquido	45.222	35.366
Menos: reserva de <i>hedge</i>	(433)	(491)
Menos: reserva de custo de <i>hedge</i>	(4)	27
Patrimônio líquido ajustado	44.785	34.902
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	1,48	1,51

* Veja nota explicativa 9

CPC 26.135(a) IAS 1.135
(a)

De tempos em tempos, o Grupo adquire suas próprias ações no mercado. O momento destas compras depende dos preços de mercado. As ações em tesouraria destinam-se, principalmente, ao programa de opções do Grupo. Decisões de compra e venda são tomadas para cada transação pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos. O Grupo não tem um plano de recompra de ações definido.

¹⁰¹ O Grupo forneceu as definições de 'dívida líquida' e 'patrimônio líquido ajustado' porque são relevantes para o entendimento de como ele gerencia o capital e não são definidos pelos CPC/IFRS. O Grupo também forneceu as reconciliações entre essas medidas alternativas de desempenho e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

29. Participação de acionistas não controladores¹⁰²

Ver política contábil na [nota explicativa 10\(a\)\(ii\) - \(iii\) e \(vi\)](#).

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.¹⁰³

31 de dezembro de 2021

<i>Em milhares de Reais</i>	Papyrus Pty Limited	Oy Kossu AG	Swissolote AG	Maple-leaf Inc.	Silver Fir S.A.	Outras controladas imateriais	Eliminações intra-grupo	Total
Percentual dos não controladores	10%	10%	25%	55%	52%			
Ativo não circulante	2.500	9.550	7.438	1.550	4.948			
Ativo circulante	1.780	5.120	1.115	890	1.272			
Passivo não circulante	(715)	(5.230)	(6.575)	(1.280)	(533)			
Passivo circulante	(43)	(5.084)	(915)	(442)	(1.018)			
Ativos líquidos	3.522	4.356	1.063	718	4.669			
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	352	436	266	395	2.428	7	(80)	3.804
Receita	20.409	10.930	9.540	8.112	15.882			
Resultado	450	566	410	245	309			
Outros resultados abrangentes - ORA	25	-	-	44	-			
Total resultado abrangente	475	566	410	289	309			
Resultado alocado para os não controladores	45	57	103	135	161	3	(7)	497
ORA alocado para os não controladores	3	-	-	24	-	-	(1)	26
Fluxo de caixa das atividades operacionais	430	210	166	(268)	(135)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(120)	510	75	-	(46)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores: zero)	12	(600)	(320)	-	130			
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	322	120	(79)	(268)	(51)			

Em 31 de março de 2021, o Grupo aumentou sua participação acionária na Papyrus de 25% para 90%, com isso ela se tornou uma controlada a partir desta data (veja [nota explicativa 3](#)). Consequentemente, a informação referente a Papyrus é somente de 1º de abril a 31 de dezembro de 2021.

¹⁰² Exemplos adicionais de divulgações conforme CPC 45/IFRS 12 encontram-se em nosso [Guia para Demonstrações Financeiras Anuais – Suplemento CPC 45/IFRS 12](#).

¹⁰³ Embora não seja requerido pelo CPC 45/IFRS 12, o Grupo reconciliou a informação financeira das subsidiárias com participações materiais de não controladores, com os montantes totais das demonstrações financeiras consolidadas, pois os usuários podem considerar essa informação útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

29. Participação de acionistas não controladores (continuação)**31 de dezembro de 2020**

<i>Em milhares de Reais</i>	Oy Kossu AG Reapresentado*	Swissolote AG Reapresentado*	Maple-leaf Inc.	Silver Fir S.A.	Outras controladas imateriais	Eliminações intra-grupo	Total
Percentual dos não controladores	10%	40%	55%	52%			
Ativo não circulante	9.120	7.322	1.394	4.874			
Ativo circulante	4.960	1.278	850	638			
Passivo não circulante	(5.900)	(6.900)	(1.200)	-			
Passivo circulante	(4.390)	(1.047)	(615)	(1.152)			
Ativos líquidos	3.790	653	429	4.360			
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	379	261	236	2.267	2	(54)	3.091
Receita	8.660	9.390	6.259	13.743			
Resultado	150	252	236	285			
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	40	-			
Total resultado abrangente	150	252	276	285			
Resultado alocado para os não controladores	15	101	130	148	(5)	(38)	351
ORA alocado para os não controladores	-	-	22	-	-	-	22
Fluxo de caixa das atividades operacionais	300	115	530	(100)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(25)	(40)	(788)	(30)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores: zero)	(200)	(50)	190	130			
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	75	25	(68)	-			

* Veja nota explicativa 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Aquisição de participação de acionistas não controladores

Ver política contábil na [nota explicativa 10\(a\)\(ii\)-\(iii\)](#).

*CPC 45.10(b)(iii), IFRS
18 12.10(b)(iii), 18*

Em junho de 2021, o Grupo adquiriu uma participação adicional de 15% na Swissolote, aumentando sua participação de 60% para 75%. O valor contábil dos ativos líquidos da Swissolote nas demonstrações financeiras consolidadas na data de aquisição era de R\$ 767 mil. O Grupo reconheceu uma redução na participação de não controladores de R\$ 115 mil, uma redução nas reservas de lucros de R\$ 93 mil e um aumento nos ajustes acumulados de conversão de R\$ 8 mil, sendo R\$ 85 mil de mudança no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

Em milhares de Reais

Valor contábil da participação de não controladores adquirida (R\$ 767 mil x 15%)	(115)
Contraprestação transferida para os acionistas não controladores	200
Redução no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	85

A redução do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Entidade compreendeu:

- uma diminuição dos resultados acumulados de R\$ 93 mil; e
- um aumento na reserva de conversão de R\$ 8 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros**(a) Classificação contábil e valores justos^{104, 105}**

CPC 40.8, 25-26, 29 IFRS 7.8, 25-26, 29
CPC 46.93(a)-(b), 94, 97, 99 IFRS 13.93(a)-(b), 94, 97, 99

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo (veja [Nota explicativa 17](#)). Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos consolidados**31 de dezembro de 2021**

31 de dezembro de 2021		Valor contábil						Valor justo			
		Valor justo - instrumentos de <i>hedging</i>	Obrigatoriamente a VJR - outros	VJORA – instrumento de dívida	VJORA – instrumento patrimonial	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<i>Em milhares de Reais</i>											
Ativos financeiros mensurados ao valor justo											
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	13	116	-	-	-	-	-	116	-	116	116
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	13	297	-	-	-	-	-	297	-	297	297
Outros contratos de câmbio a termo	13	-	122	-	-	-	-	122	-	122	122
Títulos públicos	13	-	243	-	-	-	-	243	43	200	243
Títulos de dívida corporativos	13	-	-	118	-	-	-	118	48	70	118
Ações	13	-	251	-	710	-	-	961	961	-	961
		413	616	118	710	-	-	1.857			
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo											
Contas a receber de clientes e outros créditos	14	-	-	-	-	32.518	-	32.518			
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	1.504	-	1.504			
Títulos de dívida corporativos	13	-	-	-	-	2.421	-	2.421	2.461	-	2.461
		-	-	-	-	36.443	-	36.443			

CPC 40.8, 29 IFRS 7.8, 29 **104** Nesta tabela, o Grupo divulgou o valor justo de cada classe de ativos e passivos financeiros de uma forma que permite que a informação seja comparada com os valores contábeis. Adicionalmente, reconciliou os ativos e passivos às diferentes categorias de instrumentos financeiros conforme definido no CPC 38/IAS 39. Esse método de apresentação é opcional e diferentes métodos de apresentação podem ser apropriados dependendo das circunstâncias.

CPC 40.B1-B3 IFRS 7.B1-B3 **105** Uma entidade agrupa seus instrumentos financeiros por 'classes'. Embora o CPC 40/IFRS 7 não defina 'classe', no mínimo, os instrumentos mensurados ao custo amortizado devem ser segregados dos instrumentos mensurados ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)****Passivos consolidados****31 de dezembro de 2021**

31 de dezembro de 2021		Valor contábil					Valor justo				
		Valor justo - instrumentos de hedging	Obrigatoriamente a VJR - outros	VJORA – instrumento de dívida	VJORA – instrumento patrimonial	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Em milhares de Reais											
Passivos financeiros mensurados ao valor justo											
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	22	(20)	-	-	-	-	-	(20)	(20)	-	(20)
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging	22	(8)	-	-	-	-	-	(8)	(8)	-	(8)
Contraprestação contingente	22	-	(270)	-	-	-	-	(270)	-	(270)	(270)
		(28)	(270)				-	(298)			
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo											
Saldo bancário a descoberto	12	-	-	-	-	-	(334)	(334)			
Empréstimos bancários com garantia	23	-	-	-	-	-	(8.609)	(8.609)	(8.979)	-	(8.979)
Empréstimos bancários sem garantia	23	-	-	-	-	-	(503)	(503)	(505)	-	(505)
Títulos de dívida emitidos sem garantia	23	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)	(9.675)	-	(9.675)
Notas conversíveis - componente passivo	23	-	-	-	-	-	(4.678)	(4.678)	(4.671)	-	(4.671)
Ações preferenciais resgatáveis	23	-	-	-	-	-	(1.939)	(1.939)	(1.936)	-	(1.936)
Dividendos das ações preferenciais resgatáveis	23	-	-	-	-	-	(51)	(51)	(51)	-	(51)
Fornecedores *	22	-	-	-	-	-	(23.017)	(23.017)			
		-	-	-	-	-	(48.331)	(48.331)			

* Outras contas a pagar que não sejam passivos financeiros (passivos de devolução reconhecidos de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – R\$ 988 mil) não foram incluídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)****Ativos consolidados****31 de dezembro de 2020**

31 de dezembro de 2020		Valor contábil						Valor justo				
		Valor justo - instrumentos de hedging	Obrigatoriamente a VJR - outros	VJORA – instrumento de dívida	VJORA – instrumento patrimonial	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em milhares de Reais												
Ativos financeiros mensurados ao valor justo												
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	13	131	-	-	-	-	-	131	-	131	-	131
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging	13	352	-	-	-	-	-	352	-	352	-	352
Outros contratos de câmbio a termo	13	-	89	-	-	-	-	89	-	89	-	89
Títulos públicos	13	-	591	-	-	-	-	591	81	510	-	591
Títulos de dívida corporativos	13	-	-	373	-	-	-	373	151	222	-	373
Ações	13	-	254	-	511	-	-	765	540	-	225	765
		483	934	373	511	-	-	2.301				
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo												
Contas a receber de clientes e outros créditos	14	-	-	-	-	22.325	-	22.325				
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	1.849	-	1.849				
Títulos de dívida corporativos	13	-	-	-	-	2.243	-	2.243	2.243	-	-	2.243
		-	-	-	-	26.417	-	26.417				

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)****Passivos consolidados****31 de dezembro de 2020**

31 de dezembro de 2020		Valor contábil							Valor justo			
		Valor justo - instrumentos de <i>hedging</i>	Obrigatoria- mente a VJR - outros	VJORA – instrumento de dívida	VJORA – instrumento patrimonial	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>											
Passivos financeiros mensurados ao valor justo												
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	22	(5)	-	-	-	-	-	(5)		(5)	-	(5)
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	22	(7)	-	-	-	-	-	(7)		(7)	-	(7)
Contraprestação contingente	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		(12)		-	-	-	-	(12)				
Passivos financeiros não- mensurados ao valor justo												
Saldo bancário a descoberto	12	-	-	-	-	-	(282)	(282)				
Empréstimos bancários com garantia	23	-	-	-	-	-	(12.078)	(12.078)	-	(12.078)	-	(12.078)
Empréstimos bancários sem garantia	23	-	-	-	-	-	(117)	(117)	-	(117)	-	(117)
Títulos de dívida emitidos sem garantia	23	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)	-	(9.200)	-	(9.200)
Empréstimos de coligadas	23	-	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)	-	(1.000)	-	(1.000)
Fornecedores*	22	-	-	-	-	-	(20.438)	(20.438)				
		-	-	-	-	-	(43.115)	(43.115)				

* Outras contas a pagar que não são passivos financeiros (passivos de devolução reconhecidos de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – R\$ 883 mil) não foram incluídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na [Nota explicativa 6](#).

CPC 46.91(a), 93 (d), 93(h)(i), 99 IFRS 13.91(a), 93 (d), 93(h)(i), 99

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

		Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo	
Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	
Contraprestação contingente	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo de caixa esperado (31 de dezembro de 2021: R\$ 318 mil – R\$ 388 mil) Taxa de desconto ajustada ao risco: (31 de dezembro de 2021: 15%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Ações	Técnica de comparação de mercado: O modelo de avaliação é baseado em múltiplos de mercado derivados de preços cotados de empresas comparáveis à investida, ajustados pelo efeito da não comercialização ativa das ações e pela receita e EBITDA da investida. A estimativa é também ajustada pela dívida líquida da investida.	<ul style="list-style-type: none"> Múltiplos de mercado ajustados: (2020: 4-7) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> os múltiplos de mercado ajustados fossem maiores (menores).
Títulos de dívida corporativos	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(b) Mensuração do valor justo (continuação)****(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis (continuação)****Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo (continuação)**

CPC
46.91(a),
93(d),
93(h)(i), 99

IFRS
13.91(a),
93(d),
93(h)(i), 99

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.	Não aplicável.	Não aplicável.
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de <i>credit default swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(b) Mensuração do valor justo (continuação)****(i) Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis (continuação)**
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justoCPC 46.93(d),
97 IFRS 13.93(d),
97

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável.

* Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia, títulos de dívida emitidos sem garantia, notas conversíveis - componente passivo, ações preferenciais resgatáveis e empréstimos de coligadas.

(ii) Transferências entre Nível 1 e 2CPC 46.93(c),
95 IFRS 13.93(c),
95

Em 31 de dezembro de 2021, títulos de dívida corporativos a VJORA no montante de R\$ 40 mil foram transferidos do Nível 1 para o Nível 2 pois preços cotados no mercado para tais títulos de dívida não estavam mais disponíveis em uma base regular. Para determinar o valor justo de tais títulos de dívida, a Administração utilizou uma técnica de avaliação na qual todos os inputs significativos foram baseados em dados de mercado observáveis (Veja [nota explicativa 31\(b\)\(ii\)](#)). Não ocorreram transferências do Nível 2 para o Nível 1 em 2021 e nenhuma transferência em 2020.

(iii) Valores justos recorrentes de Nível 3**Conciliação dos valores justos de Nível 3**

A tabela abaixo apresenta a conciliação do saldo de abertura e do saldo de fechamento dos valores justos de Nível 3.

	Em milhares de Reais	Nota	Ações	Contraprestação contingente
	Balanco em 1º de janeiro de 2020		-	-
CPC 46.91(b), 93(e)(ii) IFRS 13.91(b), 93(e)(ii)	Ganho incluído em outros resultados abrangentes			
	– Variação líquida no valor justo (não realizada)		13	-
CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)	Compras		212	-
	Balanco em 31 de dezembro de 2020		225	-
	Balanco em 1º janeiro de 2021		225	-
CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)	Assumido em combinação de negócios	3(a)	-	(250)
CPC 46.91(b), 93(e)(i), 93(f) IFRS 13.91(b), 93(e)(i), 93(f)	Perdas incluídas nas despesas financeiras			
	– Variação líquida no valor justo (não realizada)	39	-	(20)
CPC 46.91(b), 93(e)(ii) IFRS 13.91(b), 93(e)(ii)	Ganho incluído em outros resultados abrangentes			
	– Variação líquida no valor justo (não realizada)		18	-
CPC 46.93(e)(iv) IFRS 13.93(e)(iv)	Transferências para fora do Nível 3		(243)	-
	Balanco em 31 de dezembro de 2021		-	(270)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(b) Mensuração do valor justo (continuação)****(iii) Valores justos recorrentes de Nível 3 (continuação)****Transferências para fora do Nível 3**CPC 46.93
(e)(iv), 95IFRS 13.93
(e)(iv), 95

O Grupo mantém um investimento em ações da MSE Limited, o qual está classificado como disponível para venda, com um valor justo de R\$ 243 mil em 31 de dezembro de 2021 (2020: R\$ 225 mil). O valor justo do investimento estava classificado como Nível 3 em 31 de dezembro de 2020 (para informação sobre a técnica de avaliação, veja item (b)(ii)). Isso era devido ao fato das ações não serem listadas em bolsa e não existirem transações observáveis em condições de mercado para as ações.

Em 2021, a MSE Limited listou suas ações em bolsa e atualmente as ações são ativamente negociadas naquele mercado. Como as ações passaram a ter preços cotados e publicados em um mercado ativo, a mensuração do valor justo foi transferida do Nível 3 para o Nível 1 da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2021.

CPC 46.93
(h)(ii)IFRS 13.93
(h)(ii)**Análise de sensibilidade**

Para os valores justos da contraprestação contingente e ações, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos não observáveis, e mantendo os demais inputs constantes, teriam os seguintes efeitos.

Contraprestação contingente

<i>Efeito em milhares de Reais</i>	Resultado	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2021		
Fluxo de caixa esperado (10% de alteração)	(23)	23
Taxa de desconto ajustada ao risco (1% de alteração) (100 bps)	6	(6)

Ações

<i>Efeito em milhares de Reais</i>	Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2020		
Múltiplos de mercado ajustado (5% de alteração)	81	(81)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros¹⁰⁶**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (c)(ii));
- Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e
- Risco de mercado (veja (c)(iv)).

CPC 40.31,
33(b) IFRS 7.31,
33(b)

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Entidade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais o Grupo está exposto. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

CPC 40.31, 33 IFRS 7.31, 33

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

CPC 40.35K(a),
36(a) IFRS 7.35K(a),
36(a)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

CPC 26.82(ba) IAS 1.82(ba)

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes.

CPC 47.113(b) IFRS 15.113(b)

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato decorrentes de contratos com clientes*	210	192
Perda por redução ao valor recuperável em recebíveis de arrendamentos	1	1
Perda por redução ao valor recuperável em títulos de dívida a custo amortizado	62	13
Perda por redução ao valor recuperável (reversão) de títulos de dívida a VJORA	(3)	-
	270	206

* Dos quais, R\$ 11 mil (2020: R\$ 3 mil) são relacionados a operação descontinuada (ver Notas explicativas 35 e 36).

Contas a receber e ativos de contrato

CPC 40.33(a)–
33(b) IFRS 7.33(a)–
33(b)

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão nas notas explicativas 35(d) - (e).

CPC 40.34 IFRS 7.34

106 A divulgação dos riscos financeiros apresentada é apenas ilustrativa e reflete os fatos e circunstâncias do Grupo. Em particular, o CPC 40/IFRS 7 exige a divulgação de dados quantitativos sumarizados sobre a exposição de risco da entidade com base nas informações fornecidas internamente ao pessoal-chave da Administração, embora certas divulgações mínimas também sejam exigidas mesmo que não tenham sido divulgadas ao pessoal-chave.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e ativos de contrato (continuação)**

O Comitê de Gerenciamento de Risco estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

Mais de 85% dos clientes do Grupo vêm operando com o Grupo por mais de 4 anos, e nenhum desses saldos de clientes foi baixado ou apresentou problemas de recuperação na data do balanço. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

CPC 40.33(c) IFRS 7.33(c)

O Grupo está monitorando o ambiente econômico na zona do Euro e está tomando ações para limitar sua exposição a clientes em países que estão apresentando volatilidade econômica específica. Em 2021, certos limites de compra foram reduzidos, particularmente para clientes que operam nos países [A, B, C, D e E], uma vez que a experiência do Grupo mostra que a volatilidade econômica recente tem apresentado maior impacto nos clientes destes países do que de outros.

CPC 40.35K(b),
B8G IFRS 7.35K(b),
B8G

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

As informações quantitativas abaixo sobre contas a receber de clientes e ativos de contrato incluem os valores classificados como mantidos para venda (veja [nota explicativa 17](#)).

CPC 40.34(a),
34(a) IFRS 7.34(a),
34(c)

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber e outros recebíveis' por região geográfica era ¹⁰⁷:

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil consolidado	
	2021	2020
Países A, B, C, D e E	1.598	1.583
Outros países da [região Z]	24.027	13.649
Estados Unidos	11.374	7.687
Outros	286	188
Total	37.285	23.107

CPC 40.34(a),
34(c) IFRS 7.34(a),
34(c)

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber e ativos de contrato por tipo de contraparte era ¹⁰⁷:

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil consolidado	
	2021	2020
Clientes no atacado	27.588	15.051
Clientes no varejo	9.246	7.145
Clientes finais	342	820
Outros	109	91
	37.285	23.107

IFRS 7.IG 18

107 A identificação de concentrações de risco exige julgamento por parte da Administração, levando em consideração as circunstâncias específicas da entidade, e podem surgir de: setores da indústria, índices de crédito, distribuição geográfica ou um número limitado de contrapartes individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e ativos de contrato (continuação)**CPC 40.34(a),
34(c) IFRS 7.34(a),
34(c)

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil de contas a receber do cliente mais relevante do Grupo (um atacadista europeu) é de R\$ 8.034 mil (2020: R\$ 4.986 mil).

CPC 40.34(a),
35M, B8I IFRS 7.34(a),
35M, B8I

Um resumo da exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes e ativos de contrato é apresentado abaixo:

	2021		2020	
	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação
<i>Em milhares de Reais</i>				
Ratings de crédito externos pelo menos Baa3 de [Agência de Rating X] ou BBB- de [Agência de Rating Y]	6.397	-	5.139	-
Outros clientes:				
- Quatro anos ou mais de histórico de negociação com o Grupo*	21.298	-	14.230	-
- Menos de quatro anos de histórico de negociação com o Grupo*	8.735	-	3.290	-
- Alto risco	952	223	446	216
Valor contábil bruto	37.382	223	23.105	216
Provisão para perda	(246)	(74)	(138)	(76)
	37.136	149	22.967	140

* Excluindo os de alto risco

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e ativos de contrato (continuação)***Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos*

CPC 40.35B(a),
35F(c), 35G(a)-
(b)

IFRS 7.35B(a),
35F(c), 35G(a)-
(b)

O Grupo aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como [agências de classificação de crédito X e Y].

As exposições em cada pontuação de risco de crédito foram segmentadas por região geográfica e tipo de indústria. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Os fatores de escala foram baseados nas estimativas do PIB e nas perspectivas da indústria, incluindo o seguinte: 1,3 (2020: 1,2) para [País X], 0,9 (2020: 0,8) para [País Y], 1,1 (2020: 1,2) para [País Z] e 1,8 (2020: 1,9) para [Indústria A].

CPC 40.35M,
B8I

IFRS 7.35M,
B8I

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e dos ativos de contrato para clientes corporativos em 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2021 <i>Em milhares de reais</i>	Equivalente ao rating de crédito externo [Agência Y]	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
Níveis 1 – 6: <i>risco baixo</i>	BBB- para AAA	0,3%	9.163	(27)	Não
Níveis 7 – 9: <i>risco razoável</i>	BB- para BB+	0,6%	16.094	(97)	Não
Nível 10: <i>risco considerável</i>	B- para CCC-	2,6%	1.633	(42)	Não
Nível 11: <i>duvidoso</i>	C para CC	23,2%	118	(27)	Sim
Nível 12: <i>perda</i>	D	44,9%	67	(30)	Sim
			27.075	(223)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e ativos de contrato (continuação)***Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais*

CPC 40.35B(a),
35F(c), 35G(a)–
(b)

IFRS 7.35B(a),
35F(c), 35G(a)–
(b)

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo da relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido.

CPC 40.35M,
35N, B8I

IFRS 7.35M,
35N, B8I

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos de contrato para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2021	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
<i>Em milhares de reais</i>				
A Vencer	0,4%	8.511	(34)	Não
Vencido de 1-30 dias	1,1%	1.638	(18)	Não
Vencido de 31-60 dias	5,6%	232	(13)	Não
Vencido de 61-90 dias	13,2%	111	(15)	Não
Vencido há mais de 90 dias	43,6%	38	(17)	Sim
		10.530	(97)	

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Os fatores de escala são baseados nas taxas de desemprego reais e previstas, como segue: 1,3 (2020:1,2) para [País X], 0,95 (2020:1,0) para [País Y] e 1,2 (2020:1,1) para [País Z].

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos

CPC 40.35M,
B8I

IFRS 7.35M,
B8I

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes corporativos em 31 de dezembro de 2020.

31 de dezembro de 2020	Equivalente ao rating de crédito externo [Agência Y]	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
<i>Em milhares de reais</i>					
Níveis 1 – 6: <i>risco baixo</i>	BBB- para AAA	0,2%	4.786	(10)	Não
Níveis 7 – 9: <i>risco razoável</i>	BB- para BB+	0,6%	8.141	(49)	Não
Nível 10: <i>risco considerável</i>	B- para CCC-	2,6%	865	(22)	Não
Nível 11: <i>duvidoso</i>	C para CC	24,2%	100	(24)	Sim
Nível 12: <i>perda</i>	D	44,8%	101	(45)	Sim
			13.993	(150)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e ativos de contrato (continuação)***Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais*

CPC 40.35M, 35N, B8I IFRS 7.35M, 35N, B8I

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2020.

31 de dezembro de 2020	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
<i>Em milhares de reais</i>				
A Vencer	0,3%	7.088	(21)	Não
Vencido de 1-30 dias	1,1%	2.012	(22)	Não
Vencido de 31-60 dias	5,6%	193	(11)	Não
Vencido de 61-90 dias	14,6%	20	(3)	Não
Vencido há mais de 90 dias	43,5%	15	(7)	Sim
		9.328	(64)	

Mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato

CPC 40.35H IFRS 7.35H

As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir.

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	214	26
Valores baixados	(80)	(5)
Valores desconhecidos devido a operação descontinuada	(25)	-
Reavaliação líquida de provisão de perda	211	193
Saldo em 31 de dezembro	320	214

CPC 40.35L IFRS 7.35L

Contas a receber de clientes cujos valores contratuais eram de R\$ 70 mil foram baixadas durante 2021 e ainda são executáveis.

As seguintes mudanças significativas nos valores contábeis brutos de contas a receber de clientes contribuíram para mudanças na provisão para perda por redução ao valor recuperável durante 2021:

- o crescimento dos negócios nos [Países A, B, X e Y] levou a aumentos no contas a receber de clientes de R\$ 4.984 mil (2020: R\$ 2.356 mil) e de R\$ 4.556 mil (2020: R\$ 2.587 mil), respectivamente, e aumentos nas provisões para perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 30 mil (2020: R\$ 14 mil) e de R\$ 44 mil (2020: R\$ 23 mil), respectivamente;
- aumentos nos saldos com problemas de recuperação no [País D e Z] de R\$ 143 mil (2020: R\$ 98 mil) resultou em aumentos nas provisões para perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 47 mil (2020: R\$ 44 mil); e
- uma diminuição no contas a receber de clientes de R\$ 3.970 mil atribuída ao segmento de embalagens, o qual foi vendido em fevereiro de 2021 (veja a [nota explicativa 36](#)), levou a uma diminuição na provisão para perdas em 2021 de R\$ 25 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Títulos de dívida**

CPC 40.33(a)-(b), 35B9A0, 35F(a), 35(a)-(b) IFRS 7.33(a)-(b), 35B9A0, 35F(a), 35(a)-(b)

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte tenha um *rating* de pelo menos A2 da agência de *rating* de crédito [x] ou A da agência de *rating* de crédito [y].

O Grupo monitora as mudanças no risco de crédito seguindo *ratings* de crédito externos publicados. Para determinar se as avaliações publicadas permanecem atualizadas e se houve um aumento significativo no risco de crédito na data do balanço que ainda não foi refletido nas avaliações publicadas, o Grupo também analisou as mudanças nas taxas dos títulos de dívida e, quando disponíveis, os preços de CDS (*Credit Default Swaps*), juntamente com notícias disponíveis e informações dos reguladores sobre os devedores.

As probabilidades de inadimplência para 12 meses e para a vida inteira dos títulos foram baseadas em dados históricos fornecidos pela agência de *rating* de crédito [X] para cada classificação de crédito e foram sensibilizadas com base nos retornos correntes e nos preços de CDSs. Os parâmetros de perdas por inadimplência (LGD) geralmente refletem uma taxa de recuperação esperada de 40%, exceto quando um título já tem problemas de recuperação, caso em que a estimativa de perda é baseada no preço de mercado atual do instrumento e na sua taxa de juros efetiva original.

CPC 40.34(a), 34(c) IFRS 7.34(a), 34(c)

A exposição ao risco de crédito dos títulos de dívida ao custo amortizado, ao VJORA e ao VJR na data do balanço por região geográfica foi a seguinte.

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	
	2021	2020
País X	1.615	2.338
Países A, B, C, D e E	68	115
Outros países da [região Z]	366	273
Inglaterra	435	430
Estados Unidos	298	51
	2.782	3.207

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Títulos de dívida (continuação)

CPC 40.34(a),
35M, B8I

IFRS
7.34(a),
35M, B8I

A tabela a seguir apresenta uma análise da qualidade do crédito dos títulos de dívida ao custo amortizado, ao VJORA e ao VJR. Ela indica se os ativos mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA estavam sujeitos a um provisionamento de perdas de crédito esperadas de 12 meses ou de perdas de crédito esperadas para a vida inteira e, no último caso, se eles tinham problemas de recuperação.

Raiting de crédito	2021					2020				
	VJR	VJORA	A custo amortizado			VJR	VJORA	A custo amortizado		
			Perda de crédito esperada para 12 meses	Perda de crédito esperada para a vida inteira	Perda de crédito esperada para a vida inteira-com problemas de recuperação			Perda de crédito esperada para 12 meses	Perda de crédito esperada para a vida inteira-com problemas de recuperação	Perda de crédito esperada para a vida inteira
<i>Em milhares de reais</i>										
BBB- para AAA	243	122	1.764	-	-	591	378	1.569	-	-
BB- para BB+	-	-	-	207	-	-	-	-	334	-
B- para B+	-	-	-	113	-	-	-	-	233	-
C para CCC+	-	-	-	247	-	-	-	-	73	-
D	-	-	-	-	185	-	-	-	-	67
Saldo contábil bruto (2017: custo amortizado antes do impairment)	243	122	1.764	567	185	591	378	1.569	640	67
Provisão para perda	-	(1)	(15)	(25)	(55)	-	(4)	(7)	(7)	(19)
Custo amortizado	-	121	1.749	542	130	-	374	1.562	633	48
Saldo contábil	243	121	1.749	542	130	591	374	1.562	633	48

CPC 40.35I

IFRS 7.35I

Uma provisão para perdas de R\$ 55 mil (2020: R\$ 19 mil) com títulos de dívida ao custo amortizado com uma classificação de crédito D foi reconhecida por causa das dificuldades financeiras significativas sofridas pelos devedores. O Grupo não tem garantia para esses títulos .

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Títulos de dívida (continuação)

CPC 40.35H, 42P IFRS 7.35H, 42P

As mudanças na provisão para perdas com títulos de dívida ao custo amortizado durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir.

CPC 40.42P IFRS 7.42P

Em milhares de Reais	2021			Total
	Perda de crédito esperada para 12 meses	Perda de crédito esperada para a vida inteira	Perda de crédito esperada para a vida inteira com problemas de recuperação	
Saldo em 1º de janeiro	10	3	20	33
Remensuração líquida de provisão para perda	5	46	27	78
Transferido para perda de crédito esperada para a vida inteira - sem problemas de recuperação	(1)	1	-	-
Transferido para perda de crédito esperada para a vida inteira - com problemas de recuperação	-	(8)	8	-
Ativos financeiros restituídos	(2)	(17)	-	(19)
Novos ativos financeiros adquiridos	3	-	-	3
Saldo em 31 de dezembro	15	25	55	95

CPC 40.42P IFRS 7.42P

Em milhares de Reais	2020			Total
	Perda de crédito esperada para 12 meses	Perda de crédito esperada para a vida inteira	Perda de crédito esperada para a vida inteira com problemas de recuperação	
Saldo em 1º de janeiro	6	2	12	20
Remensuração líquida de provisão para perda	-	10	6	16
Transferido para perda de crédito esperada para a vida inteira - sem problemas de recuperação	-	-	-	-
Transferido para perda de crédito esperada para a vida inteira - com problemas de recuperação	-	(1)	1	-
Ativos financeiros restituídos	-	(4)	-	(4)
Novos ativos financeiros adquiridos	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro	7	7	19	33

CPC 40.35I, B8D IFRS 7.35I, B8D

Os seguintes fatores contribuíram para um aumento na provisão para perdas durante 2021:

- Um emissor de um título de dívida com um valor contábil bruto de R\$ 109 mil ingressou em recuperação judicial. O Grupo classificou o título de dívida como apresentando problemas de recuperação e aumentou a provisão para perdas em R\$ 25 mil.

- Uma recessão no [País Y] no quarto trimestre de 2021 levou a uma deterioração da avaliação de crédito e a transferências para a mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira, com consequentes aumentos nas provisões para perdas de R\$ 33 mil.

CPC 40.16A, 35H, 42P IFRS 7.16A, 35H, 42P

As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável dos títulos de dívida ao VJORA durante o ano foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	4	4
Remensuração líquida de provisão para perda	(1)	(1)
Ativos financeiros desreconhecidos	(3)	-
Novos ativos financeiros adquiridos	1	1
Saldo em 31 de dezembro	1	4

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Caixa e equivalentes de caixa**

CPC 40.33(a)–
(b), 34(a),
35B(a), 35F(a),
35G(a)–(b),
35M

IFRS 7.33(a)–
(b), 34(a),
35B(a), 35F(a),
35G(a)–(b),
35M

O Grupo detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 1.504 mil em 31 de dezembro de 2021 (2019: R\$ 1.849 mil). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* [y].

O impairment estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

O Grupo usou uma abordagem similar à utilizada para títulos de dívida na avaliação da perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa.

CPC 40.35H,
42P

IFRS 7.35H,
42P

O montante da provisão para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1 mil (2020: R\$1 mil).

Derivativos

CPC 40.33(a)–
(b), 34(a)

IFRS 7.33(a)–
(b), 34(a)

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* de crédito[y].

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Garantias**

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a duas de suas controladas (veja [nota explicativa 2\(b\)](#)).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo utiliza o custeio ABC para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização do retorno de caixa sobre investimentos.

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O índice de investimentos sobre saídas de caixa era de 1,65 em 31 de dezembro de 2021 (2020: 1,58).

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Em 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa esperados provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 12.331 mil (2020: R\$ 8.940 mil) e as saídas esperadas de caixa para fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em dois meses foram de R\$ 8.336 mil (2020: R\$ 7.250 mil). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Conforme descrito na [nota explicativa 22](#), o Grupo também participa de um contrato de financiamento da cadeia de suprimentos (*Supply Chain Financing* – SCF) com o objetivo principal de facilitar o processamento de pagamento eficiente de faturas de fornecedores. O SCF permite que o Grupo centralize os pagamentos de contas a pagar ao banco, em vez de pagar a cada fornecedor individualmente. Embora o SCF não estenda significativamente os termos de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não estão participando, o programa ajuda a tornar as saídas de caixa mais previsíveis.

Além disso, o Grupo possui as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 10 milhões de linha de crédito para saque a descoberto sem garantia. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 1,5%a.a. (2020: CDI mais 1,6%a.a.).
- R\$ 15 milhões de linha de crédito sem garantia que podem ser sacados em parcelas para atender a necessidades de financiamentos de curto prazo. Essa linha de crédito possui vencimento de 30 dias, e é renovada automaticamente por opção do Grupo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 1%a.a. (2020: CDI mais 1,1%a.a.).

CPC 40.31, 33 IFRS 7.31, 33

CPC 40.34(a),
39(c), B10A IFRS 7.34(a),
39(c), B10A

CPC 03.50(a),
CPC 40.B11F IAS 7.50(a),
IFRS 7.B11F

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iii) Risco de liquidez (continuação)

Exposição ao risco de liquidez

CPC 40.39(a) IFRS 7.39(a)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. ^{108, 109}

31 de dezembro de 2021

Consolidado

Fluxos de caixa contratuais

CPC 40.39(b),
B11A-B11D IFRS 7.39(a),
B11A-B11D

		2 meses			Mais		
	Valor		ou	2-12	1-2	2-5	que
Em milhares de Reais	contábil	Total	menos	meses	anos	anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Contraprestação contingente	270	(330)	-	-	-	(330)	-
Saldo bancário a descoberto	334	(334)	(334)	-	-	-	-
Empréstimos bancários com garantia	8.609	(9.409)	(1.667)	(420)	(1.810)	(5.512)	-
Empréstimos bancários sem garantia	503	(520)	(194)	(326)	-	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	9.200	(10.272)	(59)	(3.195)	(709)	(6.309)	-
Notas conversíveis	4.678	(5.375)	-	(150)	(150)	(5.075)	-
Ações preferenciais resgatáveis	1.990	(2.528)	-	(88)	(88)	(264)	(2.088)
Passivo de arrendamento	4.125	(5.697)	(381)	(334)	(963)	(1.450)	(2.569)
Fornecedores e outras contas a pagar	23.017	(23.017)	(23.017)	-	-	-	-
	52.726	(57.482)	(25.652)	(4.513)	(3.720)	(18.940)	(4.657)
Passivos financeiros derivativos ¹¹⁰							
Swaps de taxas de juros utilizados para hedging	20	(21)	(1)	(6)	(6)	(8)	-
Contratos de câmbio a termo, utilizados para hedging							
– Saída	8	(152)	(91)	(61)	-	-	-
– Entrada	-	142	85	57	-	-	-
	28	(31)	(7)	(10)	(6)	(8)	-

CPC 40.39(b),
B11A-B11D IFRS 7.39(b),
B11A-B11DCPC 40.39, B
11 IFRS 7.39, B11
Insights
7.10.650.70

108 O Grupo divulgou uma análise de vencimento contratual de seus passivos financeiros, que é a divulgação mínima de acordo com o CPC 40/IFRS 7 relacionada ao risco de liquidez. Como o CPC 40/IFRS 7 não determina o número de intervalos de tempo a serem utilizados na análise, o Grupo aplicou julgamento para determinar os intervalos de tempo apropriados.

Insights
7.10.650.70

109 O Grupo incluiu tanto os fluxos de caixa dos juros como do principal em sua análise. Em nosso entendimento, isso representa melhor o risco de liquidez ao qual o Grupo está exposto.

Insights
7.10.650.30

110 Em nosso entendimento, a análise de vencimento contratual deve incluir todos os passivos financeiros derivativos, mas a divulgação dos vencimentos contratuais só é requerida para aqueles passivos financeiros derivativos para os quais o vencimento contratual é essencial para o entendimento de recebimento dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iii) Risco de liquidez (continuação)

Exposição ao risco de liquidez (continuação)

31 de dezembro de 2020

Consolidado

Fluxos de caixa contratuais

		Valor	2 meses						Mais
		Contábil	Total	ou	2-12	1-2	2-5	que	
				menos	meses	anos	anos	5 anos	
		Em milhares de Reais							
CPC 40.39(a), B11A-B11D	IFRS 7.39(a), B11A-B11D	Passivos financeiros não derivativos							
		Saldo bancário a descoberto	282	(282)	(282)	-	-	-	-
		Empréstimos bancários com garantia	12.078	(13.112)	(1.720)	(3.605)	(518)	(6.357)	(912)
		Empréstimos bancários sem garantia	117	(125)	(63)	(62)	-	-	-
		Títulos de dívida emitidos sem garantia	9.200	(10.613)	(61)	(184)	(3.306)	(1.703)	(5.359)
CPC 06.58	IFRS 16.58	Passivo de arrendamento	2.182	(3.186)	(177)	(354)	(458)	(666)	(1.531)
		Empréstimos de coligadas	1.000	(1.048)	(8)	(1.040)	-	-	-
		Fornecedores e outras contas a pagar	20.438	(20.438)	(20.438)	-	-	-	-
		45.297	(48.804)	(22.749)	(5.245)	(4.282)	(8.726)	(7.802)	
		Passivos financeiros derivativos							
CPC 40.39(b), B11A-B11D	IFRS 7.39(b), B11A-B11D	Swaps de taxas de juros utilizados para hedging	5	(5)	-	(2)	(1)	(2)	-
		Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging:							
		– Saída	7	(41)	(25)	(16)	-	-	-
		– Entrada	-	32	19	13	-	-	-
			12	(14)	(6)	(5)	(1)	(2)	

CPC 40.39(b),
(c), B11DIFRS 7.39(b), (c),
B11D

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

CPC 40.B10A, IFRS 7.B10A,

Conforme divulgado nas notas explicativas 23 e 41, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia que contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. Adicionalmente, as notas conversíveis se tornam resgatáveis, caso o Grupo exceda o índice de 1,95 entre dívida líquida e patrimônio líquido. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os fluxos de caixa futuros referentes à contraprestação contingente (veja nota explicativa 3 (a)) e os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.¹¹¹

Insights
7.10.650.110

¹¹¹ Quando o montante a pagar não for fixo, o montante divulgado é determinado com base nas condições existentes na data de balanço. Por exemplo, para uma obrigação com uma taxa de juros pós-fixada indexada a uma taxa de referência para três meses, em nosso entendimento, o montante a divulgar deve se basear em taxas a termo em vez de taxas à vista disponíveis na data de balanço, porque as taxas de juros à vista não representam a taxa de juros em que os fluxos de caixa serão pagos. As taxas de juros a termo descrevem melhor a taxa de juros de acordo com as condições existentes na data de balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado**

CPC 40.33 IFRS 7.33

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Gerenciamento da reforma da taxa de juros de referência e riscos associados¹¹²*Visão geral*

CPC 40.24H-24J IFRS 7.24H-24J

Uma reforma fundamental dos principais índices de referência da taxa de juros está sendo realizada globalmente, incluindo a substituição de algumas taxas interbancárias oferecidas (IBORs) por taxas alternativas quase sem risco (referidas como 'reforma do IBOR'). O Grupo tem exposições aos IBORs em seus instrumentos financeiros que serão substituídos ou reformados como parte dessas iniciativas de mercado.

A principal exposição do Grupo ao IBOR, em 31 de dezembro de 2020, estava indexada à LIBOR em libras esterlinas e LIBOR em dólares americanos. A taxa de referência alternativa para a libor esterlina é a taxa média do índice Sterling Overnight (SONIA) e para a LIBOR em dólares americanos é a taxa de financiamento garantida durante a noite (SOFR). As alterações aos instrumentos financeiros com termos contratuais indexados à libor esterlina, de modo que incorporem novas taxas de referência, foram concluídas em 31 de dezembro de 2021. Embora a LIBOR em dólares dos EUA tenha sido planejada para ser descontinuada até o final de 2021, em novembro de 2020 a ICE Benchmark Administration (IBA), o administrador regulamentado e autorizado pela FCA da LIBOR, anunciou que começou a consulta sobre a intenção de cessar a publicação de certas LIBORs em USD após junho de 2023. Em 31 de dezembro de 2021, ainda não está claro quando o será o encerramento da publicação da LIBOR em dólares norte-americanos. No entanto, o Grupo concluiu o processo de implementação de provisões de *fallback*¹¹³ adequadas para todas as exposições indexadas à LIBOR em dólares norte-americanos no final de 2021.

O comitê de gestão de risco monitora e gerencia a transição do Grupo para taxas alternativas. O comitê avalia até que ponto os contratos fazem referência aos fluxos de caixa do IBOR, se tais contratos precisarão ser alterados como resultado da reforma do IBOR e como gerenciar a comunicação sobre a reforma do IBOR com as contrapartes. O comitê se reporta ao conselho de administração da Entidade trimestralmente e colabora com outras funções de negócios conforme necessário. O comitê também fornece relatórios periódicos à gestão do risco de taxa de juros e riscos decorrentes da reforma do IBOR.

Ativos financeiros não derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía títulos de dívida corporativa indexados à LIBOR em libras esterlinas e LIBOR em dólares americanos. Conforme explicado acima, o Grupo concluiu o processo de alteração dos termos contratuais para todas as exposições indexadas à LIBOR em libras esterlinas para incorporar a SONIA até 31 de dezembro de 2021. Em relação às exposições à LIBOR em dólares americanos, o Grupo é parte em contratos que introduzem cláusulas de *fallback* em todos esses instrumentos. Estas cláusulas mudam, automaticamente, o instrumento de USD LIBOR para SOFR como e quando a USD LIBOR cessa. Não está claro quando será feito o anúncio que definirá a data de encerramento da publicação da USD LIBOR.

¹¹² Na data de publicação destas demonstrações financeiras ilustrativas, presume-se que a data de encerramento para a publicação da LIBOR em dólares norte-americanos não é conhecida. No entanto, observe que essa suposição pode não estar atualizada quando houver mais anúncios sobre este assunto do regulador ou administrador relevante.

¹¹³ *Fallback* - provisões contratuais que estabelecem o processo por meio do qual uma taxa de substituição pode ser identificada se uma referência (por exemplo, USD LIBOR) não estiver disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)****Gerenciamento da reforma da taxa de juros de referência e riscos associados (continuação)***Passivos financeiros não derivativos*

O Grupo alterou todos os seus passivos a taxa variável indexados à LIBOR em libra esterlina (veja nota 23) para referência à SONIA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Como consequência, os empréstimos bancários com garantia e emissões de obrigações sem garantia, expostos a IBOR, foram indexados à SONIA e Euribor, respectivamente. A metodologia de cálculo da Euribor mudou durante 2019. Em julho de 2019, a Autoridade Belga de Serviços e Mercados Financeiros concedeu autorização no que diz respeito à Euribor conforme Regulamento de Benchmarks da União Europeia. Isto permite que os participantes do mercado continuem a usar a Euribor para os contratos novos e existentes e o Grupo espera que a Euribor continue a existir como taxa de referência no futuro previsível.

Derivativos

O Grupo detém swaps de taxa de juros para fins de gerenciamento de risco que são designados nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. Os swaps de taxa de juros têm pontas variáveis indexadas à Euribor ou à SONIA. Os instrumentos derivativos do Grupo são regidos por contratos baseados em *master agreements* da *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA).

Contabilidade de Hedge

Os itens objeto de hedge e os instrumentos de hedge na data-base são indexados à Euribor ou SONIA. Essas taxas de referência são cotadas todos os dias e os fluxos de caixa do IBOR são convertidos com as contrapartes como de costume.

O Grupo substituiu os seus derivativos, de taxa de juros LIBOR esterlina, usados em relações de hedge de fluxo de caixa por derivativos de taxa de juros economicamente equivalentes com referência à SONIA. Portanto, não há mais incerteza sobre quando e como a substituição pode ocorrer em relação aos itens protegidos e instrumentos de hedge. Consequentemente, o Grupo deixou de aplicar as alterações ao CPC 48/IFRS 9 emitidas em setembro de 2019 (Fase 1) para essas relações de hedge.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)****Gerenciamento da reforma da taxa de juros de referência e riscos associados (continuação)**

Valores totais de contratos não reformados, incluindo aqueles com uma cláusula de fallback apropriada

O Grupo monitora a transição de IBORs para as novas taxas de referência revisando os valores totais dos contratos que ainda não passaram para uma taxa de referência alternativa e os valores de contratos que incluem uma cláusula de *fallback* apropriada. O Grupo considera que um contrato não reformado é aquele que ainda não transitou para uma taxa de referência alternativa, ou seja, quando os juros do contrato estão indexados a uma taxa de referência que ainda está sujeita a reforma do IBOR, mesmo quando inclui uma cláusula de *fallback* sobre a transição da IBOR existente (referido como um 'contrato não reformado').

A tabela a seguir mostra os valores totais de contratos não reformados e aqueles com linguagem *fallback* apropriada em 1 de janeiro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021. Os valores dos ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores contábeis e os derivativos são apresentados pelos seus valores nocionais.

<i>Em milhares de reais</i>	GBP LIBOR		USD LIBOR	
	Total de contratos não reformados	Valores com cláusula fallback	Total de contratos não reformados	Valores com cláusula fallback
31 de dezembro de 2021				-
Ativos Financeiros				
Títulos de dívida corporativo	-	-	253	253
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários com garantia	-	-	-	-
Derivativos				
Swap de taxas de juros	-	-	-	-
1º de Janeiro de 2021				
Ativos financeiros				
Títulos de dívida corporativo	1.071	589	251	63
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários com garantia	4.855	-	-	-
Derivativos				
Swap de taxas de juros	5.647			

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco Cambial¹¹⁴CPC 40.21C,
22A(a) IFRS 7.21C,
22A(a)

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$, USD, Libra Esterlina (GBP) e Franco Suíço (CHF).

CPC 40.21A,
7.22A(b)–(c),
22C IFRS 7.21A,
7.22A(b)–(c),
22C

A política de gestão de risco do Grupo é fazer *hedging* de 75% a 85% de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos futuros para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.¹¹⁵

CPC 40.22B IFRS 7.22B

O Grupo designa o elemento spot do contrato de câmbio a termo como o instrumento de hedge do risco cambial, aplicando uma taxa de hedge de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de hedge e são contabilizados separadamente como custo de hedging, que é reconhecido no patrimônio líquido na reserva de custo de hedge. A política do Grupo é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de hedge.

IFRS 7.22B(b) IFRS 7.22B(b)

O Grupo determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de hedge compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge utilizando o método de derivativo hipotético.

CPC 40.23D IFRS 7.23D

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:¹¹⁶

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de hedge atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de hedge.

CPC 40.24C(b)(vi) IFRS 7.24C(b)(vi)

114 O Grupo não designou posições líquidas em uma relação de hedge. Para uma entidade que o faz, as divulgações requeridas incluiriam os ganhos ou perdas de hedge reconhecidos em linha separada na demonstração dos resultados e ORA.

CPC 40.24B(a),
24C(a) IFRS 7.24B(a),
24C(a)

115 O Grupo não designou nenhum relacionamento de *hedge* de valor justo. Para uma entidade que tenha um *hedge* de valor justo, as divulgações exigidas incluem:

- o valor contábil dos instrumentos de *hedge* (ativos financeiros separadamente de passivos financeiros);
- o valor acumulado dos ajustes de *hedge* de valor justo sobre o item objeto de hedge, incluído no valor contábil do item objeto de hedge, reconhecido no balanço patrimonial (apresentando ativos separadamente de passivos);
- a rubrica no balanço patrimonial que inclui o objeto de *hedge*;
- a alteração no valor justo do objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período;
- o valor acumulado dos ajustes de *hedge* do valor justo, remanescente no balanço patrimonial, para quaisquer itens objeto de hedge que deixaram de ser ajustados para proteger ganhos e perdas de *hedge*;
- inefetividade de *hedge* – ou seja, a diferença entre os ganhos ou as perdas de *hedge* do instrumento de *hedge* e o item objeto de hedge – reconhecido no resultado; e
- a rubrica na demonstração do resultado que inclui a inefetividade de *hedge* reconhecida.

IFRS 7.23E IFRS 7.23E

116 O Grupo não tem novas fontes de ineficácia de *hedge* emergentes em relacionamentos de *hedge* designados. Se tivesse, então seria necessário divulgar essas fontes por categoria de risco e explicar a inefetividade do *hedge* resultante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco cambial (continuação)

CPC 40.34(a) IFRS 7.34(a)

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Consolidado	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	R\$	USD	GBP	CHF	R\$	USD	GBP	CHF
<i>Em milhares de Reais</i>								
Contas a receber	1.977	8.365	2.367	-	3.099	6.250	1.780	-
Empréstimos bancários com garantia	-	(1.447)	(886)	(1.240)	-	(1.521)	(4.855)	(1.257)
Contas a pagar	(876)	(7.956)	(4.347)	-	(5.411)	(10.245)	(2.680)	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	1.101	(1.038)	(2.866)	(1.240)	(2.312)	(5.516)	(5.755)	(1.257)
Previsão de vendas para os próximos seis meses ¹¹⁷	9.000	23.000	12.000	-	18.700	17.000	24.000	-
Previsão de compras para os próximos seis meses ¹¹⁷	(10.000)	(20.000)	(8.000)	-	(9.800)	(10.000)	(17.000)	-
Exposição líquida das transações previstas	(1.000)	3.000	4.000	-	8.900	7.000	7.000	-
Contratos cambiais futuros (NDF)	-	(950)	(946)	-	-	(1.042)	(870)	-
Exposição líquida	101	1.012	188	(1.240)	6.588	442	375	(1.257)

CPC 40.34(a) IFRS 7.34(a)

Exposição ao risco cambial (continuação)

CPC 40.31 IFRS 7.31

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas ¹¹⁸:

<i>Real</i>	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2021	2020	2021	2020
BRL x 1 USD	0,758	0,765	0,750	0,758
BRL x 1 GBP	1,193	1,214	1,172	1,230
BRL x 1 CHF	0,818	0,825	0,810	0,828

CPC 40.34(a) IFRS 7.34(a)

117 A divulgação da previsão de vendas e compras não faz parte dos requerimentos mínimos de divulgação CPC 40/IFRS 7, uma vez que vendas e compras previstas não são instrumentos financeiros. Entretanto, o Grupo divulgou essa informação pois é relevante para a compreensão da exposição do Grupo aos riscos de moeda. Adicionalmente, o CPC 40 / IFRS 7 requer que informações quantitativas sobre exposições a risco sejam baseadas na informação fornecida internamente ao pessoal-chave da Administração, e o Grupo fornece as informações sobre as previsões de vendas e compras para a Administração como parte de seu gerenciamento de risco cambial.

CPC 40.31 IFRS 7.31

118 Embora esta divulgação não seja exigida pelo CPC/IFRS, o Grupo decidiu divulgar as taxas de câmbio que foram aplicadas pois essa informação é significativa para o Grupo. Adicionalmente, o CPC 40/IFRS 7 requer informações que possibilitem que os usuários das demonstrações financeiras da entidade avaliem a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta na data do balanço. As taxas divulgadas são fictícias e não representam cotações reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco cambial (continuação)

CPC 40.40 IFRS 7.40

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD, GBP e CHF contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Consolidado <i>Efeito em milhares de Reais</i>	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	Valorização	Desvalorização	Valorização	Desvalorização
31 de dezembro de 2021				
Real (variação de 9%)	(33)	33	25	(25)
USD (variação de 10%)	25	(25)	(7)	7
GBP (variação de 8%)	17	(17)	(5)	5
CHF (variação de 3%)	2	(2)	(30)	30
31 de dezembro de 2020				
Real (variação de 10%)	(37)	37	28	(28)
USD (variação de 12%)	85	(85)	(8)	8
GBP (variação de 10%)	92	(92)	(7)	7
CHF (variação de 5%)	6	(6)	(50)	50

Risco de taxa de juros

CPC 40.21C, IFRS 7.21C,
22A(b)-(c), 22B-22A(b)-(c), 22B-22C 22C

O Grupo adota como política garantir que entre 80% e 90% de sua exposição à taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Isso é atingido em parte pela contratação de instrumentos com taxas pré-fixadas e em parte pela tomada de empréstimos a taxas pós-fixadas, com a utilização de swaps de taxas de juros como *hedges* de variação no fluxo de caixa atribuível a mudanças na taxa de juros. O Grupo aplica uma taxa de *hedge* de 1:1.

CPC 40.22B(b), IFRS 7.22B(b),
CPC 48.6.8.6 IFRS 9.6.8.6

O Grupo estipula a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na taxa de juros referencial, prazos de pagamento, datas de reprecificação e de vencimento e os valores nominais ou referenciais.

O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* seja eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* utilizando o método hipotético derivativo.

CPC 40.23D IFRS 7.23D

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:¹¹⁹

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de swap, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- diferenças nas datas de reprecificação entre os *swaps* e os empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco cambial (continuação)

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em milhares de Reais	Consolidado	
	Valor nominal	
	2021	2020
Instrumentos com taxa de juros pré-fixada		
Ativos financeiros	2.554	2.629
Passivos financeiros	(18.041)	(12.869)
	(15.487)	(10.240)
Efeito dos swaps de taxa de juros	(8.000)	(7.500)
	(23.487)	(17.740)
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Passivos financeiros	(11.064)	(14.055)
Efeito dos swaps de taxa de juros	8.000	7.500
	(3.064)	(6.555)

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final da data-base não impactaria o resultado do Grupo.

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido o patrimônio líquido em R\$ 65 mil após os impostos (2020: R\$ 66 mil). A análise pressupõe que todas as outras variáveis, particularmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

Consolidado	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
<i>Em milhares de Reais</i>				
31 de dezembro de 2021				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	(66)	66	-	-
Swap de taxa de juros	61	(61)	310	(302)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(5)	5	310	(302)
31 de dezembro de 2020				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	(142)	142	-	-
Swap de taxa de juros	61	(61)	280	(275)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(81)	81	280	(275)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)****Outros riscos de preço de mercado**CPC 40.B5(a)(iii) IFRS
7.B5(a)(iii)

O principal objetivo dos títulos de investimento do Grupo é manter os investimentos de longo prazo para fins estratégicos. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

CPC 40.40 IFRS 7.40

Análise de sensibilidade - risco de preço de ações

Todos os investimentos do Grupo são em ações listadas tanto na Bolsa Valores de Londres ou na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Para tais investimentos classificados como VJORA, um aumento de 2% no FTSE 100 mais um aumento médio de 3% no Dow Jones Industrial no final do período de relatório resultaria em um aumento do patrimônio líquido de R\$ 28 mil depois dos impostos (2020: um aumento de R\$ 18 mil depois dos impostos); a mesma mudança, só que na direção oposta, teria diminuído o patrimônio líquido em R\$ 28 mil depois dos impostos (2020: uma redução de R\$ 18 mil). Para tais investimentos classificados pelo valor justo por meio do resultado, o impacto de um aumento de 2% no FTSE 100 mais um aumento médio de 3% no Dow Jones Industrial sobre o patrimônio líquido no final do período de relatório e o resultado do exercício teria sido um aumento de R\$ 16 mil depois dos impostos (2020: R\$ 18 mil depois dos impostos); a mesma mudança, só que na direção oposta, teria diminuído o patrimônio líquido e o resultado em R\$ 16 mil depois dos impostos (2020: uma redução de R\$ 18 mil).

Hedges de fluxo de caixa 120, 121

CPC 40.23B IFRS 7.23B

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo detinha os seguintes instrumentos para cobrir as exposições a alterações em moeda estrangeira e taxas de juros.

	Vencimento		
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de um ano
Risco cambial			
Contratos de câmbio a termo			
Exposição líquida (em milhares de reais)	253	63	-
Média BRL: USD taxa de contrato a termo	0,91	0,87	0,83
Média BRL: GBP taxa de contrato a termo	1,27	1,23	1,20
Média BRL: CHF taxa de contrato a termo	0,92	0,91	0,90
Risco da taxa de juros			
Swap de taxa de juros			
Exposição líquida (em milhares de reais)	-	41	78
Média da taxa de juros fixa	2,2%	2,4%	2,8%

CPC 40.23C, 24D IFRS 7.23C, 24D

120

O Grupo não redefine frequentemente as relações de hedge porque tanto o instrumento de hedge como o item objeto de hedge mudam frequentemente (ou seja, a entidade não utiliza um processo dinâmico em que nem a exposição nem os instrumentos de hedge utilizados para gerir essa exposição permanecem os mesmos durante um longo período de tempo). Se o fizesse, estaria isento de fornecer as divulgações exigidas pelos parágrafos 23A e 23B do CPC 40/IFRS 7, mas forneceria informações sobre a estratégia de gerenciamento de risco final, como ela reflete sua estratégia de gerenciamento de risco em suas contabilizações e designações de *hedge* e com que frequência os relacionamentos de hedge são descontinuados e reiniciados. Se o volume desses hedges não for representativo dos volumes normais durante o ano (ou seja, o volume na data de reporte não reflete os volumes durante o ano), a entidade divulgará esse fato e a razão pela qual acredita que os volumes não são representativos.

CPC 40.23F, IFRS 7.23F,

121

O Grupo não tinha nenhuma transação prevista para a qual a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa havia sido usada no período anterior, mas que não fosse mais esperada que ocorresse. Se assim fosse, seria necessário divulgar uma descrição da transação prevista, bem como o valor reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Hedge de fluxo de caixa (continuação)

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo detinha os seguintes instrumentos para cobrir exposições a alterações nas taxas de câmbio.

	Vencimento		
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de um ano
Risco cambial			
Contratos de câmbio a termo			
Exposição líquida (em milhares de reais)	293	73	-
Média BRL: USD taxa de contrato a termo	0,93	0,89	0,85
Média BRL: GBP taxa de contrato a termo	1,35	1,32	1,28
Média BRL: CHF taxa de contrato a termo	0,95	0,93	0,91
Risco da taxa de juros			
Swap de taxa de juros			
Exposição líquida (em milhares de reais)	-	63	67
Média da taxa de juros fixa	2,1%	2,2%	2,9%

CPC 40.24B(b) IFRS 7.24B(b)

Os valores na data do balanço referentes aos itens designados como itens objeto de *hedge* foram os seguintes:

31 de dezembro de 2021				
	Alteração no valor usado para calcular a inefetividade do <i>hedge</i>	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Reserva de custos de <i>hedge</i>	Saldos remanescentes na reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa de relacionamentos de <i>hedge</i> para os quais a contabilidade de <i>hedge</i> não é mais aplicada
Risco cambial				
Vendas, contas a receber e empréstimos	23	154	2	-
Compras de estoque	15	101	2	-
Risco da taxa de juros				
Instrumentos de taxa variável	24	178	-	-
31 de dezembro de 2020				
Risco cambial				
Vendas, contas a receber e empréstimos	(35)	181	(27)	-
Compras de estoque	(23)	119	-	-
Risco da taxa de juros				
Instrumentos de taxa variável	(37)	191	-	-

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)***Hedge de fluxo de caixa (continuação)*

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

	2021			Durante o período de 2021								Valor reclassifi- cado dos da reserva de custo de <i>hedge</i> para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela reclassifi- cação
	Valor nominal	Ativos	Passivos	Valor contábil	Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconheci- das em ORA	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado	Rubrica do resultado que inclui inefetividade do <i>hedge</i>	Custos de <i>hedge</i> reconheci- dos em ORA	Valor da reserva de <i>hedge</i> transferido para o custo do estoque	Valor da reserva de custo de <i>hedge</i> transferido para o custo do estoque	Valor reclassifica- do da reserva de <i>hedge</i> para o resultado	
<i>Em milhares de Reais</i>													
Risco cambial													
Contratos de câmbio a termo - vendas, contas a receber e empréstimos	1.138	178	(5)		Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos), fornecedores e outras contas a pagar (passivos)	(23)	(45)	Outras despesas financeiras	20	-	-	(12)	6 Receitas
												(6)	2 Outras despesas financeiras
Contratos de câmbio a termo - compras de estoque	758	119	(3)		Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos), fornecedores e outras contas a pagar (passivos)	(15)	-		14	6	6	-	-
Risco da taxa de juros													
Swaps de taxa de juros	8.000	116	(20)		Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos), fornecedores e outras contas a pagar (passivos)	(24)	(6)	Outras despesas financeiras	-	-	-	(13)	- Outras despesas financeiras

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)***Hedge de fluxo de caixa (continuação)*

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Em milhares de Reais	2020			Durante o período de 2020									Rubrica no resultado afetada pela reclassifi- cação
	Valor contábil			Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconheci- das em ORA	Inefetivida- de de <i>hedge</i> reconhecida no resultado	Rubrica do resultado que inclui a inefetivida- de do <i>hedge</i>	Custos de <i>hedge</i> reconheci- dos em ORA	Valor da reserva de <i>hedge</i> transferido para o custo do estoque	Valor da reserva de custo de <i>hedge</i> transferido para o custo do estoque	Valor reclassifica- do da reserva de <i>hedge</i> para o resultado	Valor reclassifi- cado dos da reserva de custo de <i>hedge</i> para o resultado		
	Valor nominal	Ativos	Passivos									Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de <i>hedge</i> está incluído	
Risco cambial													
Contratos de câmbio a termo - vendas, contas a receber e empréstimos	1.147	211	(4)	Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos), fornecedores e outras contas a pagar (passivos)	35	(11)	Outras despesas financeiras	6	-	-	(3)	7	Receitas
								-	-	(3)	(5)		Outras despesas financeiras
Contratos de câmbio a termo - compras de estoque	765	141	(3)	Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos), fornecedores e outras contas a pagar (passivos)	23	-		4	1	(1)	-	-	
Risco da taxa de juros													
Swaps de taxa de juros	7.500	131	(5)	Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos), fornecedores e outras contas a pagar (passivos)	37	(5)	Outras despesas financeiras	-	-	-	(5)	-	Outras despesas financeiras

CPC
40.21B,
21D,
24A,
24C(b)

IFRS
7.21B,
21D,
24A,
24C(b)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)***Hedge de fluxo de caixa (continuação)*

CPC 40.24E–24F IFRS 7.24E–24F

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa.

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	
	Reserva de <i>Hedge</i>	Reserva de custos de <i>Hedge</i>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	491	(27)
<i>Hedge de fluxo de caixa</i>		
Mudanças no valor justo:		
- Risco cambial - compras de estoque	(15)	14
- Risco cambial - outros itens	(23)	20
- Risco da taxa de juros	(24)	-
Valor reclassificado para resultado:		
- Risco cambial - outros itens	(18)	8
- Risco da taxa de juros	(13)	-
Montante incluído no custo de itens não financeiros:		
- Risco cambial - compras de estoque	6	6
Imposto de renda e contribuição social sobre movimentação das reservas durante o ano	29	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	433	4

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Hedge de fluxo de caixa (continuação)

<i>Em milhares de Reais</i>	2020	
	Reserva de Hedge	Reserva de custos de Hedge
Saldo em 1º de janeiro de 2020	434	(35)
Hedge de fluxo de caixa		
Mudanças no valor justo:		
- Risco cambial - compras de estoque	23	4
- Risco cambial - outros itens	35	6
- Risco da taxa de juros	37	-
Valor reclassificado para resultado:		
- Risco cambial - outros itens	(6)	2
- Risco da taxa de juros	(5)	-
Montante incluído no custo de itens não financeiros:		
- Risco cambial - compras de estoque	1	(1)
Imposto de renda e contribuição social sobre movimentação das reservas durante o ano	(28)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	491	(27)

Hedges de investimento líquido

CPC 40.22A IFRS 7.22A

Surge uma exposição cambial no investimento líquido do Grupo em sua subsidiária suíça cuja moeda funcional é o franco suíço. O risco surge da flutuação nas taxas de câmbio à vista entre o franco suíço e o real, o que leva a uma variação no valor do investimento líquido.

O risco protegido no *hedge* de investimento líquido é o risco de desvalorização do franco suíço em relação ao real que levará a uma redução no valor contábil do investimento líquido do Grupo na subsidiária suíça.

CPC 40.22B(a) IFRS 7.22B(a)

Parte do investimento líquido do Grupo na subsidiária suíça é protegido por um empréstimo bancário garantido em francos suíços (valor contábil: R\$ 1.240 mil (2020: R\$ 1.257 mil)), que diminui o risco cambial resultante do ativo líquido da subsidiária. O empréstimo é designado como um instrumento de *hedge* para as mudanças no valor do investimento líquido atribuível a mudanças na taxa de câmbio à vista entre o real e o franco suíço.

CPC 40.22B(b) IFRS 7.22B(b)

A fim de avaliar a eficácia do instrumento de *hedge*, o Grupo estipula uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na comparação das mudanças no valor contábil da dívida que é atribuível a mudanças na taxa de câmbio à vista com as mudanças no investimento na operação estrangeira devido a flutuações na taxa à vista (método de offset). A política do Grupo é a de proteger o investimento líquido somente na medida do principal da dívida.

31. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)***Hedges de investimento líquido (continuação)*

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

	2021			Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alteração no valor usado para calcular a inefetividade do <i>hedge</i> para 2019	Durante o período de 2021				
	Valor nominal	Valor contábil Ativos	Passivos			Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em ORA	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecido no resultado	Rubrica do resultado que inclui inefetividade do <i>hedge</i>	Valor reclassificado da reserva de <i>hedge</i> para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
<i>Em milhares de Reais</i>										
Dívida denominada em moeda estrangeira (CHF)	1.240	-	1.240	Empréstimos e Financiamentos	(4)	(3)	(1)	Outras despesas financeiras	-	N/A

	2021		Reserva de conversão de moeda estrangeira	Durante o período de 2021	
	Alteração no valor usado para calcular a inefetividade do <i>hedge</i>			Saldos remanescentes na reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa de relacionamentos de <i>hedge</i> para os quais a contabilidade de <i>hedge</i> não é mais aplicada	
<i>Em milhares de Reais</i>					
Investimento líquido em CHF	3		125	-	

	2020			Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alteração no valor usado para calcular a inefetividade do <i>hedge</i> para 2019	Durante o período de 2020				
	Valor nominal	Valor contábil Ativos	Passivos			Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado	Rubrica do resultado que inclui inefetividade do <i>hedge</i>	Valor reclassificado da reserva de <i>hedge</i> para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
<i>Em milhares de Reais</i>										
Dívida denominada em moeda estrangeira (CHF)	1.257	-	1.257	Empréstimos e Financiamentos	(8)	(8)	-	Outras despesas financeiras	-	N/A

	2020		Reserva de conversão de moeda estrangeira	Durante o período de 2020	
	Alteração no valor usado para calcular a inefetividade do <i>hedge</i>			Saldos remanescentes na reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa de relacionamentos de <i>hedge</i> para os quais a contabilidade de <i>hedge</i> não é mais aplicada	
<i>Em milhares de Reais</i>					
Investimento líquido em CHF	8		105	-	

CPC 40.24A, 24C(b)(i)-(iii)
IFRS 7.24A, 24C(b)(i)-(iii)

CPC 40.24B (b)
IFRS 7.24B(b)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Instrumentos financeiros (continuação)

(d) Contratos de pagamentos líquidos ou similares 122, 123

CPC 40.13B,
13E, B50IFRS 7.13B,
13E, B50

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Internacional de Swaps e Derivativos (AISD) que preveem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos, os direitos e obrigações de cada contraparte em um mesmo dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por uma parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, o valor da liquidação é apurado e um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Tais contratos da AISD não atendem aos critérios para compensação de saldos no balanço patrimonial. Isso porque atualmente o Grupo não possui nenhum direito legal atualmente executável para compensar os montantes reconhecidos, porque o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

CPC 40.13C,
B46IFRS 7.13C,
B46

		Valores brutos dos instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros não compensados	Valor líquido
	Nota	no balanço patrimonial		
<i>Em milhares de Reais</i>				
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros				
Outros investimentos incluindo derivativos				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	13	116	(5)	111
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	13	297	(16)	281
– Outros NDFs	13	122	(7)	115
		535	(28)	507
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	22	(20)	20	-
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	22	(8)	8	-
		(28)	28	-
31 de dezembro de 2020				
Ativos financeiros				
Outros investimentos incluindo derivativos				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	13	131	(2)	129
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	13	352	(8)	344
– Outros NDFs	13	89	(2)	87
		572	(12)	560
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	22	(5)	5	-
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	22	(7)	7	-
		(12)	12	-

CPC 40.13C,
B51–B52IFRS 7.13C,
B51–B52
Insights
7.10.250.70

122 As divulgações requeridas pelo parágrafo 13C do CPC 40/IFRS 7 podem ser agrupadas por tipo de instrumento financeiro ou transação. Como alternativa, uma entidade pode apresentar as divulgações requeridas pelo parágrafo 13C(a)-(c) por tipo de instrumento financeiro, e aquelas requeridas pelo parágrafo 13C(c)-(e) por contraparte.

CPC 40.13C,
B52–B53IFRS 7.13C,
B52–B53
Insights
7.10.250.120

123 As divulgações requeridas pelo parágrafo 13C do CPC 40/IFRS 7 são requisitos mínimos. Uma entidade complementa as divulgações com informações qualitativas adicionais, se for necessário para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o impacto atual ou potencial de acordos de compensação na sua posição financeira. Quando divulgar as informações quantitativas de uma contraparte, a entidade considera incluir divulgações qualitativas sobre o tipo de contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na nota explicativa 10(h).

(a) Valores reconhecidos no resultado do exercício¹²⁴

		Consolidado		
		2021	2020	
Em milhares de Reais		Reapresentado*		
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente				
CPC 32.80(a)	IAS 12.80(a)	Despesa do ano corrente	3.063	3.594
CPC 32.80(b)	IAS 12.80(b)	Ajuste de anos anteriores	116	(34)
		3.179	3.560	
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido				
CPC 32.80(c)	IAS 12.80(c)	Diferenças temporárias	77	(865)
CPC 32.80(d)	IAS 12.80(d)	Redução na alíquota de imposto	(15)	(5)
CPC 32.80(f)	IAS 12.80 (f)	Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos (Veja Nota explicativa 32(h))	(50)	(240)
CPC 32.80(g)	IAS 12.80(f)-(g)	Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(13)	10
		(1)	(1.100)	
Total da despesa de impostos das atividades continuadas		3.178	2.460	

* Veja notas explicativas 36 e 9.

CPC 32.81(h)(i)-(ii) IAS 12.81(i)-(ii)

Despesas de impostos de atividades continuadas excluem a despesa de imposto das investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial do Grupo¹²⁵ de R\$ 492 mil (2020: R\$ 261 mil), que está incluído no resultado de equivalência patrimonial. Também foram excluídos a receita com imposto sobre operação descontinuada de R\$ 25 mil (2020: R\$ 44 mil) e a despesa de imposto sobre o ganho na venda da operação descontinuada de R\$ 330 mil (2020: zero); ambos incluídos no resultado das operações descontinuadas na demonstração de resultados (veja nota explicativa 36).

CPC 24.22(h), 32.81(d), 88 IAS 10.22(h), 12.81(d), 88

Em dezembro de 2021, uma nova lei para imposto de renda corporativo foi decretada na França. De acordo com a nova lei, em 1 de julho de 2022, a taxa na França será reduzida de 30% para 29%. Esta mudança resultou em um ganho de R\$ 15 mil referente à remensuração de impostos diferidos ativos e passivos da subsidiária francesa do Grupo, Baguette S/A, sendo este efeito reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, em 23 de março de 2022, um aumento da taxa na Holanda de 25% para 30% foi substancialmente decretado, e a nova taxa entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023. Este aumento não afeta os montantes de imposto de renda corrente ou diferido reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 por se tratar de evento subsequente. No entanto, esta mudança aumentará a despesa de impostos de renda corrente do Grupo no futuro. Se a nova taxa de imposto tivesse sido aplicada para calcular as diferenças temporárias tributáveis e prejuízos fiscais reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, o efeito seria um aumento nos ativos líquidos em R\$ 27 mil.

CPC 32.81(d) IAS 12.81(d)

Em dezembro de 2020, várias mudanças foram realizadas na legislação tributária da Dinamarca, incluindo uma diminuição na alíquota da pessoa jurídica de 35 para 21%. A mudança levou a um ganho de R\$ 5 mil relativo a uma nova mensuração do ativo e passivo tributário diferido da entidade estruturada do Grupo consolidado dinamarquês, Mermaid S.A, incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. Tal valor foi reconhecido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Insights
3.13.580.20-80

124 O Grupo classificou o valor total do imposto de renda e contribuição social corrente relativo às contribuições de caixa para os planos de benefícios pós-emprego no resultado pois as contribuições referem-se principalmente ao custo de serviço. Acreditamos que a alocação do efeito do imposto de renda e contribuição social correntes entre o resultado e ORA deve refletir a natureza das contribuições em caixa, a menos que seja impraticável identificar se a contribuição está relacionada a itens do resultado ou ORA. Diferentes abordagens de alocação são aceitáveis se a natureza da contribuição não for clara.

125 Embora não exigido, o Grupo divulgou a parcela de imposto de renda das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, pois os usuários podem achar a informação útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(b) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

CPC 26.90-91, IAS 1.90-91,
32.81(ab) 12.81(ab)

Em milhares de Reais	2021			2020		
	Antes dos impostos	(Despesa) benefício fiscal	Líquido	Antes dos impostos	Reapresentado* (Despesa) benefício fiscal	Líquido
Itens que não serão reclassificados para o resultado						
Ajuste da variação do valor justo de propriedades para investimento	200	(66)	134	-	-	-
Remensurações do (ativo) passivo do plano de benefício definido	72	(24)	48	(15)	5	(10)
Instrumentos patrimoniais a VJORA - variação líquida no valor justo	141	(47)	94	59	(19)	40
Investidas mensuradas por equivalência patrimonial - ORA	15	-	15	(3)	-	(3)
	428	(137)	291	41	(14)	27
Itens que são ou podem ser reclassificados posteriormente para o resultado						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	679	-	679	471	-	471
Hedge de investimento líquido	(3)	-	(3)	(8)	-	(8)
Reserva de Hedge de fluxo de caixa						
- Parcela efetiva das mudanças no valor justo	(62)	21	(41)	95	(30)	65
- Valor líquido reclassificado para o resultado	(31)	10	(21)	(12)	4	(8)
Reserva de custos de hedge						
- Variação líquida no valor justo	34	(12)	22	10	(3)	7
- Valor líquido reclassificado para o resultado	8	(3)	5	2	-	2
Instrumentos de dívida a VJORA:						
- Variação líquida no valor justo	54	(18)	36	60	(19)	41
- Valor líquido reclassificado para o resultado	(64)	21	(43)	-	-	-
Reclassificação das diferenças cambiais com a perda de influência significativa	(20)	-	(20)	-	-	-
Investidas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial – ORA	(172)	-	(172)	(166)	-	(166)
	423	19	442	452	(48)	404
	851	(118)	733	493	(62)	431

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(c) Valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

		2021			2020		
		Antes dos impostos	Imposto	Líquido	Antes dos impostos	Imposto	Líquido
		<i>Em milhares de Reais</i>					
CPC 32.81(a)	IAS 12.81(a)	Notas conversíveis	163	(54)	109	-	-
CPC 32.81(a)	IAS 12.81(a)	Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	2

Para quantias reconhecidas diretamente no patrimônio líquido relacionadas à correção de um erro - ver [Nota explicativa 9](#).

(d) Conciliação da alíquota de imposto efetiva^{126, 127}

	2021		2020	
			Reapresentado*	
	%		%	
CPC 32.81(c) IAS 12.81(c)				
Resultado de operações continuadas antes dos impostos		10.351		8.856
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	33,00	3.416	33,00	2.922
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	(0,71)	(73)	(0,55)	(49)
Redução na alíquota de imposto	(0,14)	(15)	(0,06)	(5)
Despesas não dedutíveis	2,37	245	0,41	36
Resultado de equivalência patrimonial	(3,64)	(377)	(2,19)	(194)
Ganhos não tributáveis	(0,23)	(24)	(0,56)	(50)
Incentivos fiscais	(0,85)	(88)	(0,71)	(63)
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos (Veja (h))	(0,48)	(50)	(2,71)	(240)
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	0,40	41	1,43	127
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(0,13)	(13)	0,11	10
Mudanças de estimativas referentes a anos anteriores	1,12	116	(0,38)	(34)
	30,70	3.178	27,78	2.460

* Veja notas explicativas 9 e 36.

CPC 32.85 IAS 12.85 126 A conciliação do Grupo é baseada na alíquota de imposto de renda e contribuição social aplicada à controladora, com um item de conciliação relacionado às alíquotas de impostos aplicadas pelas entidades do Grupo em outras jurisdições. A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social é baseada na alíquota de imposto aplicável que fornece as informações mais significativas aos usuários. Entretanto, em alguns casos, talvez seja mais significativo combinar conciliações separadas utilizando a alíquota de imposto aplicada em cada jurisdição.

CPC 32.81 (c) **IAS 12.81 (c)** **127** Em vez de apresentar uma conciliação numérica entre despesas totais de imposto de renda e contribuição social e o resultado do lucro contábil multiplicado pela alíquota de imposto aplicável, ou uma conciliação numérica entre a alíquota de imposto efetiva média e a alíquota de imposto nominal, o Grupo optou por incluir duas formas de apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81 (g)(i)- IAS 12.81(g)(i)-
(ii) (ii)(e) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos **128, 129, 130**

2021 <i>Em milhares de Reais</i>	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado (veja (a))	Reconhecido em ORA (veja (b))	Reconhecido no patrimônio líquido (veja (c))	Adquirido em combinações de negócios (veja nota 3(c))	Outros (veja notas 36(c) e 17(b))	Saldo em 31 de dezembro		
							Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imobilizado	448	(125)	(66)	-	(35)	210	432	553	(121)
Arrendamentos 131	132	54	-	-	-	-	186	186	-
Intangível	56	4	-	-	(38)	-	22	98	(76)
Ativos biológicos	(22)	(182)	-	-	-	-	(204)	-	(204)
Propriedade para investimento	(30)	(7)	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Investimento em títulos	(56)	(7)	(44)	-	-	-	(107)	32	(139)
Contas a receber e outros recebíveis, incluindo ativos de contrato	53	17	-	-	-	-	70	70	-
Derivativos	(39)	(5)	16	-	-	-	(28)	3	(31)
Estoques	64	96	-	-	(3)	40	197	197	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(54)	(9)	-	(63)	-	(63)
Benefícios de empregados	(91)	21	(24)	-	-	-	(94)	160	(254)
Transações de pagamento baseado em ações liquidável em ações	225	88	-	-	-	-	313	313	-
Provisões	508	(13)	-	-	6	-	501	501	-
Receita diferida	54	(15)	-	-	-	-	39	39	-
Outros itens	14	25	-	-	-	-	39	50	(11)
Prejuízo fiscal a compensar	386	50	-	-	-	-	436	436	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	1.702	1	(118)	(54)	(79)	250	1.702	2.638	(936)
Compensação de imposto							-	(387)	387
Imposto líquido passivo (ativo)							1.702	2.251	(549)

CPC 32.81(g) IAS 12.81(g)
Insights
3.13.640.60
Insights
3.13.640.70
Insights
3.13.300
IAS 12.15, 24,
Insights
3.13.230.25-
30

- 128** O IAS 12/CPC 32 *Tributos sobre Lucro* requer a divulgação do montante de ativos e passivos fiscais diferidos por cada tipo de diferença temporária. As normas CPC e IFRS não são claros com relação ao que constitui um tipo de diferença temporária e as divulgações do Grupo nestas demonstrações financeiras ilustrativas são baseadas nos títulos atribuídos às contas do balanço patrimonial relacionadas a diferenças temporárias. Outra interpretação possível é apresentar as divulgações com base na razão da diferença temporária (por exemplo, depreciação).
- 129** Na nossa visão, não é apropriado divulgar os impactos de ativos fiscais diferidos reconhecidos e não reconhecidos como um montante único, por exemplo, semelhante à abordagem "bruta" de acordo com os US GAAP - porque, de acordo com as normas CPC/IFRS, somente ativos tributários diferidos reconhecidos devem ser divulgados.
- 130** O Grupo não pretende alienar seus investimentos em coligadas em um futuro previsível e, portanto, tem mensurado os impostos diferidos relacionados com esses investimentos utilizando as taxas de imposto de renda aplicáveis aos dividendos, que são zero, pois esses dividendos são isentos de impostos. Como resultado, o imposto diferido não foi reconhecido.
- 131** O Grupo contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem "integralmente vinculada". O Grupo divulgou o valor do imposto diferido reconhecido com relação aos arrendamentos. Para uma discussão mais aprofundada da política contábil, consulte a [nota explicativa 10\(I\)\(iii\)](#); para uma discussão dos requisitos futuros decorrentes das alterações ao CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação, consulte a [nota explicativa 11\(b\)](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81 (g)(i)- IAS 12.81(g)(i)-
(ii) (ii)

(e) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos (continuação)

2020							31 de dezembro		
	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado (veja (a)) Reapresentado *	Reconhecido em ORA (veja (b))	Reconhecido no patrimônio líquido (veja (c))	Adquirido em combinações de negócios (veja nota 3(c))	Outros (veja notas 36(c) e 17(b))	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
<i>Em milhares de Reais</i>									
Imobilizado	89	359	-	-	-	-	448	531	(83)
Arrendamentos	125	7	-	-	-	-	132	132	-
Intangível	(38)	94	-	-	-	-	56	94	(38)
Ativos biológicos	(25)	3	-	-	-	-	(22)	-	(22)
Propriedades para investimento	(10)	(20)	-	-	-	-	(30)	-	(30)
Outros investimentos, incluindo derivativos	(18)	1	(38)	-	-	-	(55)	16	(71)
Contas a receber e outros recebíveis, incluindo ativos de contrato	-	53	-	-	-	-	53	53	-
Derivativos	(12)	1	(29)	-	-	-	(40)	3	(43)
Estoques	8	56	-	-	-	-	64	64	-
Benefícios de empregados	(90)	(6)	5	-	-	-	(91)	150	(241)
Transações de pagamento baseado em ações liquidável em ações ¹³²	141	82	-	2	-	-	225	225	-
Provisões	290	218	-	-	-	-	508	508	-
Receita diferida	46	8	-	-	-	-	54	54	-
Outros itens	10	4	-	-	-	-	14	18	(4)
Prejuízo fiscal a compensar	146	240	-	-	-	-	386	386	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	662	1.100	(62)	2	-	-	1.702	2.234	(532)
Compensação de imposto							-	(126)	126
Imposto líquido passivo (ativo)							1.702	2.108	(406)

* Veja nota explicativa 9.

CPC 32.68C IAS 12.68C

132 Quando o valor da dedução fiscal (ou dedução fiscal futura estimada) excede o valor da despesa de pagamento baseado em ações cumulativa relacionada, o excesso do imposto de renda e contribuição social associada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Qualquer redução subsequente no excesso também é registrada no patrimônio líquido. Em geral, isso não se aplica no ambiente tributário brasileiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social (continuação)**(f) Passivos fiscais diferidos não reconhecidos¹³³**

CPC 32.81(f), 87 IAS 12.81(f), 87

Em 31 de dezembro de 2021 havia um passivo fiscal diferido de R\$ 1.523 mil (2020: R\$ 1.146 mil) sobre diferenças temporárias de R\$ 4.615 mil (2020: R\$ 3.473 mil) referentes a investimentos em uma controlada e um empreendimento controlado em conjunto. Entretanto, esse passivo não foi reconhecido pois a Administração tem controle sobre a política de dividendos das suas subsidiárias e pode vetar a distribuição de dividendos dos seus empreendimento controlados em conjunto. Consequentemente, o Grupo controla o tempo da reversão das diferenças temporárias tributáveis relacionadas e a administração pode assegurar que não serão revertidas em um futuro previsível.¹³⁴

CPC 32.82A IAS 12.82A

Em alguns dos países em que o Grupo opera, as leis fiscais locais garantem que ganhos sobre a liquidação de certos ativos são isentos de impostos, desde que esses ganhos não sejam distribuídos. Em 31 de dezembro de 2021, as reservas sujeitas a esse benefício fiscal totalizavam R\$ 613 mil (2020: R\$ 540 mil) que resultariam em um passivo fiscal de R\$ 202 mil (2020: R\$ 178 mil) se as controladas pagarem dividendos oriundos dessas reservas.

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

(g) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos¹³⁵

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.¹³⁶

Em milhares de Reais	2021		2020	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	161	53	200	66
Prejuízos fiscais acumulados	644	213	672	222
	805	266	872	288

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

(h) Prejuízos fiscais a compensar

Prejuízos fiscais a compensar não reconhecidos têm o seguinte vencimento:

Em milhares de Reais	2021	Vencimento	2020	Vencimento
Expira	644	2024-2028	520	2024-2025
Sem prazo de prescrição	-	-	152	-

CPC 26.125, 129, 32.82 IAS 1.125, 129, 12.82

Em 2021, uma das controladas do Grupo no Reino Unido, a Paper Pabus Co, lançou com sucesso um novo tipo de papel e celebrou vários contratos de fornecimento de longo prazo. Como resultado, a Administração revisou suas estimativas dos lucros tributáveis futuros e o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 152 mil referente aos prejuízos fiscais não reconhecidas anteriormente (impacto tributário de R\$ 50 mil), uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos.

CPC 32.81(f), 87 IAS 12.81(f), 87

133 Apesar de não requerido, além do valor total das diferenças temporárias associadas com investimentos em controladas, filiais, coligadas e controladas em conjunto para as quais não houve reconhecimento do passivo fiscal diferido, o Grupo também calculou e divulgou, conforme encorajado pela norma, o valor do passivo fiscal diferido não reconhecido. Essa divulgação é meramente ilustrativa.

Insights 3.13.310.10

134 Em nosso entendimento, a capacidade de um investidor em um empreendimento controlado em conjunto de vetar o pagamento de dividendos é suficiente para demonstrar controle com a finalidade de reconhecer impostos diferidos.

135 A Instrução CVM 371/02 contém disposições não totalmente harmonizadas com o CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM 599/09, como por exemplo, os critérios de reconhecimento do ativo fiscal diferido, requerendo que, além da expectativa de geração de lucros futuros, a entidade tenha um histórico de lucros em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

Caso a Comissão de Valores Mobiliários entenda que a Deliberação CVM 599/09 não revoga certos requisitos da Instrução CVM 371, os requerimentos desses dois normativos deverão ser atendidos cumulativamente pelas Entidades abertas no Brasil.

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

136 Embora o CPC 32/IAS 12 exija somente a divulgação do montante de diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados para os quais nenhum imposto diferido ativo foi reconhecido, o Grupo também divulgou seus respectivos efeitos tributários. Esta divulgação é apenas para fins ilustrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

(h) Prejuízos fiscais a compensar (continuação)

Em 2020, a controlada dinamarquesa do Grupo, a Mermaid A/S, lançou uma nova linha de produção que lhe permitirá reduzir seus custos significativamente e garantir a sua rentabilidade futura. Como resultado, a Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 727 mil referente aos prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente (impacto tributário de R\$ 240 mil), uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos. Em 2021, a Mermaid A/S alcançou a rentabilidade planejada anteriormente, e a Administração continua a considerar provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais esses ativos fiscais diferidos poderão ser utilizados.

Em 2021, a controlada do Grupo na Romênia, a Lei Sure Limited, teve prejuízos fiscais de R\$ 124 mil, aumentando os prejuízos fiscais acumulados para R\$ 644 mil (2020: R\$ 520 mil). A Administração considerou que a capacidade de recuperação de prejuízos fiscais acumulados que expiram em 2024-2028 relacionados à esta controlada é incerta, devido ao lento crescimento econômico na Romênia. Com base no plano de negócios de cinco anos, a Lei Sure Limited não deverá gerar lucros tributáveis até 2027. No entanto, se estas estimativas mudarem, um ativo fiscal diferido pode vir a ser reconhecido, resultando em uma receita de imposto de renda e contribuição social de R\$ 213 mil.

(i) Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda 137, 138

CPC 26.122, IAS 1.122, 125, 125, 129, 32.88 129, 12.88

De 2017 até 2020, a subsidiária canadense Maple-leaf Inc. se beneficiou de um tratamento tributário das autoridades fiscais canadenses que lhe permitia se qualificar para uma taxa de imposto reduzida. Em 2021, houve uma mudança no governo canadense. O novo governo está debatendo determinados tratamentos tributários concedidos no passado, que incluem o tratamento tributário aplicado pelo Grupo. Se o tratamento tributário aplicado no passado for revogado retroativamente, despesas fiscais adicionais para o período de 2017 a 2020 de até R\$ 53 mil poderão incorrer. Este montante não foi reconhecido nas demonstrações financeiras porque o Grupo acredita que o tratamento tributário concedido no passado estava em conformidade com a lei aplicável e, se revogado, o Grupo acredita que é provável que tenha sucesso na defesa do tratamento tributário aplicado em um processo judicial.

O Grupo acredita que seus passivos fiscais são adequados para todos os anos fiscais em aberto, baseado em avaliações de diversos fatores, como interpretações da legislação fiscal e experiências anteriores.

Da provisão fiscal atual do Grupo, R\$ 63 mil (2020: zero) refere-se à estimativa da administração do valor do imposto a pagar pela subsidiária alemã Papier GmbH para a revisão fiscal em andamento, que sua autoridade fiscal abriu em março de 2021. A incerteza do imposto refere-se à interpretação de como a legislação tributária se aplica aos acordos de preços de transferência do Grupo. Devido à incerteza envolvida, existe a possibilidade de que o resultado da revisão fiscal seja significativamente diferente do valor atualmente reconhecido. Embora a administração tenha utilizado a melhor estimativa do montante de imposto que se espera pagar, prevê-se que o resultado razoavelmente possível dos passivos por impostos correntes se situe entre R\$ 51 mil e R\$ 72 mil.

137 A administração do Grupo analisou os fatos e circunstâncias específicos da revisão dos saldos fiscais em aberto e determinou que é necessário fornecer informações sobre premissas e estimativas relacionadas a incerteza sobre o tratamento de tributo sobre o lucro exigido pelo parágrafo 125 do CPC 26/IAS 1.

138 O Grupo forneceu divulgação quantitativa da sensibilidade do valor sobre o tratamento de tributo sobre o lucro para o método, premissas e estimativas subjacentes ao cálculo. Outras abordagens de divulgação podem ser aceitáveis para atender aos requisitos do parágrafo 129 do CPC 26/IAS 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Pagamento baseado em ações

Ver política contábil na [nota explicativa 10\(e\)\(iii\)](#).

CPC 10.44-45 (a), 50 IFRS 2.44-45 (a), 50

(a) Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em ações)

Entre 1º de janeiro de 2017 e 1º de janeiro de 2020, o Grupo estabeleceu um programa de opção de compra de ações que deu direito ao pessoal-chave da Administração à compra de ações na Entidade. Em 1º de janeiro de 2021, outra outorga com termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da Administração e à alta administração. De acordo com estes programas, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. Atualmente, estes programas são restritos ao pessoal-chave da Administração e à alta administração.

Data da outorga/beneficiários	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
Outorga de opções para pessoal-chave da Administração			
em 1º de janeiro de 2017	400	3 anos de serviço a partir da outorga e 5% de aumento do lucro operacional em cada um dos 3 anos	7 anos
em 1º de janeiro de 2020	200	Idem acima	10 anos
em 1º de janeiro de 2021	225	Idem acima	10 anos
Outorga de opções para alta administração			
em 1º de janeiro de 2021	100	3 anos de serviço a partir da outorga	10 anos
Total de opções de ações	925		

(ii) Substituição do acordo de pagamento baseado em ações (liquidável em ações)

Com a aquisição da Papyrus, o Grupo substituiu os prêmios do plano de pagamento baseado em ações liquidável em ações mantidos pelos funcionários da Papyrus por 150 mil prêmios do plano de pagamento baseado em ações liquidável em ações da entidade, com um prazo contratual de nove anos a partir da data de *vesting* (veja [nota explicativa 3\(a\)](#)).

(iii) Programa de compra de ação (liquidável em ações)

Em 1º de janeiro de 2021, o Grupo ofereceu a 26 de seus empregados a oportunidade de participar em um plano de compra de ações. Para participar do plano, os empregados são requeridos a economizar um montante de 5% do seu salário mensal bruto, até um valor máximo de R\$ 300 por mês, por um período de 36 meses. De acordo com os termos do plano, após o período de 36 meses, os empregados têm o direito de investir essas economias na compra de ações da Entidade a um preço 20% abaixo do preço de mercado na data da outorga. Apenas empregados que se mantenham no emprego e economizem 5% de seu salário mensal bruto por 36 meses consecutivos terão direito à compra de ações. Os empregados que deixarem a Entidade, os que não investirem 5% de seu salário mensal bruto em um determinado mês ou aqueles que optarem por não exercer as opções se o preço da ação estiver abaixo do preço do exercício, serão reembolsados pelos montantes economizados.

(iv) Direito sobre a valorização de ações (liquidável em caixa)

Em 1º de janeiro de 2016 e em 1º de janeiro de 2021, o Grupo outorgou, respectivamente, 100 mil e 300 mil direitos de valorização de ações (SARs)¹³⁹ para empregados que atenderem ao requerimento de serviço de três anos. Esses SARs expiram no final do quinto ano da data em que foram outorgados. O valor em caixa a ser pago é baseado no aumento no preço das ações da Entidade entre a data da outorga e o data de exercício.

139 Os direitos sobre valorização de ação foram abreviados como SARs (*Share Appreciation Rights*, conforme termo em inglês) para evitar confusão com o termo utilizado para as demonstrações do valor adicionado (DVA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Pagamento baseado em ações (continuação)**(a) Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações (continuação)****(iv) Direito sobre a valorização de ações (liquidável em caixa) (continuação)**

Detalhes dos passivos decorrente de SARs são os seguintes:

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
<i>Em milhares de reais</i>			
CPC 10.51(b)(i) IFRS 2.51(b)(i) Valor contábil dos passivos SARs	34	440	380
CPC 10.51(b)(ii) IFRS 2.51(b)(ii) Valor intrínseco em relação a direitos já adquiridos (<i>vested</i>)		-	380

Os passivos reconhecidos em dezembro de 2020 foram liquidados durante 2021.

(b) Mensuração de valor justo**(i) Pagamento baseado em ações, liquidável em ações**

CPC 10.46, 47 (a)(i), (iii) IFRS 2.46, 47 (a)(i), (iii)

O valor justo dos direitos do plano de compra de ações de empregados (veja (a)(iii)) foi avaliado com base no modelo de Monte Carlo. O valor justo dos planos de opções (veja (a)(i) e (a)(ii)) foi avaliado com base na fórmula de Black-Scholes. Condições de serviço e de desempenho não-mercado não foram consideradas na mensuração de valor justo.

CPC 10.47(a)(iii) IFRS 2.47(a)(iii)

O requerimento de o funcionário economizar para realizar o pagamento da compra das ações é uma condição de não-aquisição (*non-vesting condition*). Essa condição foi incorporada na mensuração do valor justo na data da outorga através da inclusão de um desconto na avaliação obtida. O desconto foi determinado estimando a probabilidade de que o empregado irá parar de economizar com base em comportamentos históricos.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	Programa de opção de compra de ações				
	Pessoal-chave da Administração (veja (a)(i))		Alta administração (veja (a)(ii))		Plano de compra de ações (veja (a)(iii))
	2021	2020	2021	2021	2021
CPC 10.47(a)(i) IFRS 2.47(a)(i) Valor justo na data de outorga	R\$ 3,54	R\$ 3,75	R\$ 3,14	R\$ 3,81	R\$ 4,02
Preço da ação na data de outorga	R\$10,10	R\$ 10,50	R\$ 10,10	R\$ 10,30	R\$ 10,10
Preço de exercício	R\$ 10,10	R\$ 10,50	R\$ 10,10	R\$ 10,30	R\$ 8,08
Volatilidade esperada (média ponderada)	40,1%	40,9%	40,1%	42,4%	43,3%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	8,6 anos	8,8 anos	5,4 anos	5,9 anos	3 anos
Dividendos esperados	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	n/a
Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)	3,9%	3,8%	3,9%	3,9%	3,9%

CPC 10.47(a)(iii) IFRS 2.47(a)(iii)

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Entidade em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor total de R\$ 78 mil tinha sido economizado pelos participantes no plano de compra de ações (veja nota explicativa 44(b)(i)) e está incluído na rubrica de 'Fornecedores e outras contas a pagar' (veja nota explicativa 22).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Pagamento baseado em ações (continuação)**(b) Mensuração de valor justo (continuação)**

CPC 10.33A IFRS 2.33A

(ii) Pagamento baseado em ações, liquidável em caixa¹⁴⁰

O valor justo dos SARs (veja (a)(iv)) foi mensurado por Black-Scholes. Condições de aquisição tanto de serviço como de performance não-mercado não foram consideradas na mensuração.

As considerações utilizadas na mensuração do valor justo na data de aquisição e na data de mensuração dos SARs estão apresentados abaixo:

		Data da outorga 1 de janeiro de 2021	Data de mensuração 31 de dezembro de 2021
CPC 10.52	IFRS 2.52		
	Valor justo	R\$ 2,82	R\$ 4,40
	Preço da ação	R\$ 10,10	R\$ 12,70
	Preço de exercício	R\$ 10,10	R\$ 10,10
	Volatilidade esperada (média ponderada)	43,3%	43,1%
	Vida esperada (média ponderada)	4,0 anos	2,8 anos
	Dividendos esperados	3,2%	3,3%
	Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos do governo)	4,4%	4,5%

A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Entidade no período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

(c) Conciliação de opções de ações em circulação

CPC10.45(b) IFRS 2.45 b)

O número e a média ponderada dos preços de exercício das opções do programa da Entidade (veja (a)(i)) e do programa de substituição (veja (a)(ii)) são os seguintes:

		Número de opções	Média ponderada do preço do exercício	Número do opções	Média ponderada do preço do exercício	
		2021	2021	2020	2020	
<i>Em milhares de opções</i>						
<i>CPC10.45(b)(i)</i>	<i>IFRS 2.45(b)(i)</i>	Existentes em 1º de janeiro	550	R\$ 10,18	400	R\$ 10,00
<i>CPC10.45(b)(iii)</i>	<i>IFRS 2.45(b)(iii)</i>	Perdidas durante o exercício	(50)	R\$ 10,00	(50)	R\$ 10,00
<i>CPC10.45(b)(iv)</i>	<i>IFRS 2.45(b)(iv)</i>	Exercidas durante o exercício	(5)	R\$ 10,00	-	-
<i>CPC10.45(b)(ii)</i>	<i>IFRS 2.45(b)(ii)</i>	Outorgadas durante o exercício	475	R\$ 10,16	200	R\$ 10,50
<i>CPC10.45(b)(vi)</i>	<i>IFRS 2.45(b)(vi)</i>	Existentes em 31 de dezembro	970	R\$10,18	550	R\$ 10,18
<i>CPC10.45(b)(vii)</i>	<i>IFRS 2.45(b)(vii)</i>	Exercíveis em 31 de dezembro	295	R\$ 10,00	350	R\$ 10,00

CPC10.45(d) IFRS 2.45(d)

As opções existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem um preço de exercício entre R\$ 8,08 a R\$ 10,50 (2020: R\$ 10,00 a R\$ 10,50) e média ponderada de vida contratual de 6,4 anos (2020: 5,2 anos).

CPC10.45(c) IFRS 2.45(c)

A média ponderada dos preços na data de exercício, para opções de compra de ações exercidas em 2021, foi de R\$ 10,00 (2020: não houve exercício de opções).

(d) Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios de empregados, veja [nota explicativa 34\(e\)](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

CPC 26.104 IAS 1.104

34. Benefícios a empregados

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(e\)](#).

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Valor líquido do ativo (Plano A)		(671)	(731)
Total de ativo de benefícios de empregados		(671)	(731)
Valor líquido do passivo de benefício definido (Plano B)		285	280
Obrigação para contribuição previdenciária		8	5
Obrigação para sabático		199	176
Obrigação para pagamento baseado em ações, liquidado em caixa	33	440	380
Total de obrigações de benefícios de empregados		932	841
Não circulante		912	453
Circulante ¹⁴¹		20	388
		932	841

CPC10.51(b)(i) IFRS 2.51(b)(i)

Para detalhes sobre as despesas de benefícios de empregados, veja (e).

CPC 33.139(a) IAS 19.139(a)

O Grupo contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- O Plano A concede aos empregados aposentados o direito de receber uma pensão anual. Diretores e executivos (veja [nota explicativa 44\(b\)\(i\)](#)) se aposentam com 60 anos com o direito de receber um pagamento anual igual a 70% do seu último salário até os 65 anos quando esse direito cai para 50% do seu último salário. Outros empregados aposentados têm o direito de receber uma aposentadoria anual calculada como 1/60 do último salário para cada ano de serviço do funcionário na Entidade.
- O Plano B concede aos empregados aposentados o direito de reembolso de certas despesas médicas.

Os planos de benefício definido são administrados por um único fundo de pensão que é legalmente separado do Grupo. A Diretoria do fundo de pensão é composta por três funcionários e dois representantes dos empregadores, além de um presidente independente. A Diretoria do fundo de pensão é obrigada por lei a agir no melhor interesse dos participantes do plano e é responsável por definir certas políticas (por exemplo, políticas de investimento, contribuição e indexação) do fundo.

CPC 33.139(b) IAS 19.139(b)

Esses planos de benefício definido expõem o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de longevidade, risco cambial, risco de taxa de juros e risco de mercado (investimento).

(a) Financiamento

CPC 33.147(a) IAS 19.147(a)

O Plano A é totalmente pago por subsidiárias do Grupo, exceto a obrigação de diretores e executivos, que é paga pela Entidade. Os requerimentos de contribuição de caixa são baseados nas regras de mensuração atuarial do fundo estabelecidas no regulamento do plano, que podem ser diferentes daquelas utilizadas para fins contábeis ([veja item \(d\)](#)). Os funcionários não são obrigados a contribuir para os planos. O Plano B não recebe contribuições de caixa.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e condições dos planos de benefício definido e de acordo com as exigências estatutárias (como as exigências de financiamento mínimo do Plano A) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de futuros reembolsos ou reduções em contribuições não é menor que o valor justo total dos ativos do plano menos o valor presente das obrigações do plano. Esta determinação foi feita para cada plano individualmente. Desta forma, o ativo líquido do plano pode ser reconhecido integralmente em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

CPC 33.147(b) IAS 19.147(b)

O Grupo espera pagar R\$ 350 mil em contribuições para os planos de benefício definido em 2022.

CPC 26.69, 33.133 IAS 1.69, 19.133

141 Embora não seja necessário distinguir a parcela circulante e não circulante de ativos e passivos decorrentes de benefícios a empregados, o Grupo separa a parcela circulante e não circulante das obrigações decorrentes de benefícios a empregados de longo prazo se não tiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses a partir da data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Benefícios a empregados (continuação)

(b) Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

A tabela a seguir mostra uma conciliação entre o saldo inicial e final de balanço para o valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido e seus componentes.¹⁴²

		Obrigação por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
<i>Em milhares de Reais</i>							
CPC 33.140	IAS 19.140	Saldo em 1º de janeiro					
		7.057	6.718	(7.508)	(7.162)	(451)	(444)
Incluídos no resultado¹⁴³							
CPC 33.141(a)	IAS 19.141(a)	Custo do serviço corrente					
		497	456	-	-	497	456
CPC 33.141(d)	IAS 19.141(d)	Crédito do serviço passado					
		(100)	-	-	-	(100)	-
CPC 33.141(b)	IAS 19.141(b)	Despesa (receita) de juros					
		360	322	(383)	(344)	(23)	(22)
		757	778	(383)	(344)	374	434
Incluídos em outros resultados abrangentes¹⁴³							
CPC 33.141(c)	IAS 19.141(c)	Perdas (ganhos) de remensuração:					
		Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de:					
CPC 33.141(c)(ii)	IAS 19.141(c)(ii)	— Premissas demográficas					
		(31)	4	-	-	(31)	4
CPC 33.141(c)(iii)	IAS 19.141(c)(iii)	— Premissas financeiras					
		(21)	8	-	-	(21)	8
		— Ajuste pela experiência					
		(30)	6	-	-	(30)	6
CPC 33.141(c)(i)	IAS 19.141(c)(i)	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo receita de juros					
		-	-	10	(3)	10	(3)
CPC 33.141(e)	IAS 19.141(e)	Efeito de mudanças nas taxas de câmbio ¹⁴⁴					
		21	(1)	76	(1)	97	(2)
		(61)	17	86	(4)	25	13
Outros							
CPC 33.141(f)	IAS 19.141(f)	Contribuições feitas pelo Grupo					
		-	-	(325)	(403)	(325)	(403)
CPC 33.141(g)	IAS 19.141(g)	Benefícios pagos					
		(433)	(456)	424	405	(9)	(51)
CPC 33.140	IAS 19.140	(433)	(456)	99	2	(334)	(454)
		7.320	7.057	(7.706)	(7.508)	(386)	(451)
Representado por:							
<i>Em milhares de Reais</i>						2021	2020
						(671)	(731)
						285	280
						(386)	(451)

CPC 33.139(c) IAS 19.139(c)

Em 2021, os planos de pensão para certos funcionários em [País X] foram ajustados para refletir novas exigências legais no país em relação à idade da aposentadoria. Como resultado da alteração do plano, a obrigação de benefício definido do Grupo reduziu em R\$ 100 mil (31 de dezembro de 2020: zero). O crédito de serviço passado correspondente está incluído na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

CPC 33.138 IAS 19.138 142

O Grupo tem mais de um plano de benefício definido e forneceu divulgações agregadas em relação a esses planos, com base no fato de esses planos não estarem expostos a riscos materialmente diferentes. A desagregação de algumas ou todas as divulgações, por exemplo, por país ou outra característica, seria necessária se este não fosse o caso.

143

Embora não seja especificamente exigida pelo IAS 19/CPC 33, o Grupo divulgou os subtotais dos itens reconhecidos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente.

CPC 2.39 IAS 21.39 Insights 4.4.1010 144

Uma obrigação líquida de benefício definido pode estar denominada em moeda estrangeira do ponto de vista das demonstrações financeiras consolidadas. Em nossa visão, nesse caso, o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos deve ser calculado primeiro na moeda estrangeira e o montante resultante deve então ser convertido para a moeda funcional do patrocinador do plano. Como resultado, o ganho ou a perda cambial decorrente da conversão será reconhecido juntamente com outros ganhos e perdas cambiais, e não como parte da reavaliação do CPC 33/IAS 19. Isto é diferente da situação ilustrada acima. Neste caso, o patrocinador do plano é uma subsidiária estrangeira e, portanto, a diferença de conversão é reconhecida em ORA da maneira usual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Benefícios a empregados (continuação)**(c) Ativos do plano**

CPC 33.142 IAS 19.142

Ativos do plano incluem:

		Consolidado	
<i>Em milhares de Reais</i>		2021	2020
Ações:			
— Empresas de consumo		1.725	1.842
— Farmacêutica		602	555
— Petróleo e gás		218	239
— Telecomunicações		343	260
— Instituições financeiras		213	561
		3.101	3.457
Títulos públicos		3.587	3.254
Derivativos:			
— Contratos de taxa de juros		29	37
— Contratos de forward de taxa de câmbio (NDFs)		185	70
— Swaps de longevidade		97	39
		311	146
Propriedade ocupada pelo Grupo		525	497
Ações ordinárias da Entidade		182	154
		7.706	7.508

CPC 33.142(c) IAS 19.142(c)

CPC 33.142(e) IAS 19.142(e)

CPC 33.143 IAS 19.143

CPC 33.143 IAS 19.143

CPC 33.142 IAS 19.142

Todas as ações e títulos públicos têm preços cotados em mercados ativos. Todos os títulos públicos são emitidos no [país] e têm uma classificação de crédito como AAA ou AA pela agência de classificação de risco [y].

CPC 33.146 IAS 19.146

Em cada data de balanço, um estudo das estratégias de investimento é feito pelo gestor do plano de pensão em que são analisadas as consequências das políticas estratégicas de investimento. A atual política estratégica de investimento do plano é resumida abaixo:

- Um portfólio de ativos estratégicos compreendendo 40-50% em ações, 40-50% em títulos públicos e 0-15% de outros investimentos;
- risco de taxa de juros gerenciado com o objetivo de reduzir o risco de taxa de juros em 40% com o uso de títulos públicos e *swaps* de taxa de juros;
- risco de variação cambial gerenciado com o objetivo de reduzir o risco em 30% com o uso de contratos *forward* de câmbio (NDFs); e
- risco de longevidade gerenciado com o objetivo de reduzir o risco em 25% com o uso de *swaps* de longevidade.

(d) Obrigação de benefício definido

CPC 26.125, 33.144 IAS 1.125, 19.144

(i) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram (em média ponderada):

	2021	2020
Taxa de desconto	5,1%	4,8%
Futuros aumentos salariais	2,5%	2,5%
Futuros aumentos nos custos médicos	4,5%	4,0%
Futuros aumentos de pensão	3,0%	2,0%

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Benefícios a empregados (continuação)

(d) Obrigação de benefício definido (continuação)

CPC 26.125, 33.144 IAS 1.125, 19.144

CPC 33.144 IAS 19.144

(i) Premissas atuariais (continuação)

Premissas relacionadas à longevidade são baseadas na tábua de mortalidade [x]. As longevidades utilizadas na mensuração dos valores da obrigação de benefício definido na data do balanço foram as seguintes:

	2021		2020	
	Plano A	Plano B	Plano A	Plano B
Longevidade na idade de 65 anos para os atuais pensionistas				
Masculino	18,5	18,2	18,3	18,0
Feminino	21,0	19,0	21,0	18,8
Longevidade na idade de 65 anos para ainda não aposentados atualmente com 45 anos				
Masculino	19,2	19,0	19,0	18,7
Feminino	22,9	20,5	22,9	20,0

CPC 33.147(c) IAS 19.147(c)

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 17,5 anos (2020: 17,1 anos)

(ii) Análise de sensibilidade

CPC 26.125, 129, CPC 33.145 IAS 1.125, 129 IAS 19.145

Mudanças razoavelmente possíveis (1%) na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Efeito em milhares de Reais	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Efeito sobre a taxa de desconto	(338)	354	(335)	350
Efeito sobre futuro aumento salarial	187	(176)	180	(172)
Efeito sobre futuro aumento de pensões	181	(173)	175	(168)
Efeito sobre futuro aumento dos custos médicos	389	(257)	380	(250)
Efeito sobre a mortalidade futura	(73)	69	(70)	67

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade das premissas apresentadas.

(e) Despesas com benefícios a empregados

CPC 33.53 IAS 19.53

Em milhares de Reais	Nota	2021	2020
Ordenados e salários		18.286	16.229
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.)		1.097	975
Contribuições compulsórias para previdência social		1.468	1.267
Contribuições para planos de contribuição definida		455	419
Benefícios por desligamento	24(b)	350	450
Despesas relacionadas ao plano de benefício definido pós-emprego	(b)	374	434
Aumento no passivo para outros benefícios de longo prazo		26	12
Pagamento baseado em ações liquidável em ações	33	755	248
Pagamento baseado em ações liquidável em caixa ¹⁴⁵	33	440	380
	38(c)	23.251	20.414

IFRS 2.IG19, BC252-BC255, Insights 4.5.970.20

145 O Grupo incluiu a remensuração do passivo do acordo de pagamento baseado em ações liquidável em caixa em 'Despesas de pessoal'. Alternativamente, em nosso entendimento, uma entidade pode incluir o montante em 'Receitas financeiras' ou 'Despesas financeiras'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos operacionais¹⁴⁶**(a) Base para segmentação**

CPC 22.20-22 IFRS 8.20-22

O Grupo possui seis divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

CPC 29.46(a) IAS 41.46(a)

Segmentos reportáveis¹⁴⁷**Operações**

Papel Não reciclado

Compra, fabricação e distribuição de celulose e papel

Papel Reciclado

Compra, reciclagem e distribuição de celulose e papel

Embalagem (alienado em fevereiro/2021, veja nota 36)

Projetar e produzir materiais para embalagem

Reflorestamento

Cultivo e gerenciamento de recursos florestais, assim como serviços relacionados

Produtos de Madeira

Fabricação e distribuição de madeira processada, compensado, laminados, painéis aglomerados, derivados de madeira e materiais de construção

Pesquisa e Desenvolvimento

Realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento

O Diretor Executivo do Grupo revisa os relatórios gerenciais internos de cada divisão pelo menos trimestralmente.

CPC 22.16 IFRS 8.16
CPC 29.46(a) IAS 41.46(a)

Outras operações incluem o cultivo e venda de animais (ovelhas e gado), a construção de unidades de armazenamento e depósitos, aluguel de propriedades para investimento e fabricação de móveis e peças relacionadas (veja [notas explicativas 16 e 37](#)). Nenhum destes segmentos operacionais atingiu qualquer um dos limites quantitativos para ser incluído como segmento reportável em 2021 ou 2020.

CPC 22.27(a) IFRS 8.27(a)

Existem níveis variáveis de integração entre os segmentos reportáveis de Reflorestamento e Produtos de madeira e os segmentos reportáveis de Papel Reciclado e Papel não reciclado. Essa integração inclui a transferência de matéria-prima e serviços de distribuição compartilhados, respectivamente. A determinação de preços para as transações entre os segmentos é determinada com base em preços de mercado.

CPC 22.27-28 IFRS 8.IN13, 27-28

146

As divulgações dos segmentos operacionais são consistentes com a informação avaliada pelo principal tomador de decisões operacionais e irão variar de entidade para entidade, e talvez sejam preparadas em bases diferentes do que as normas contábeis.

Para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a entenderem a informação por segmento apresentada, a entidade divulga (i) informação sobre as bases de mensuração adotadas, tais como a natureza e efeitos de qualquer diferença entre as mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento e aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras da entidade, (ii) a natureza e efeito de qualquer alocação assimétrica aos segmentos reportáveis; e (iii) conciliações da informação por segmento aos correspondentes montantes apresentados nas demonstrações financeiras.

As mensurações internas do Grupo utilizadas na divulgação de informações por segmento são consistentes com as normas CPCs / IFRSs. Portanto, os itens de conciliação são limitados a itens que não são alocados aos segmentos reportáveis, já que não existem diferenças nas bases de preparação da informação.

CPC 22.12, 22(aa) IFRS 8.12, 22(aa)

147

Quando dois ou mais segmentos operacionais são agregados em um único segmento operacional, os julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos critérios de agregação são divulgados. Isso inclui uma breve descrição dos segmentos operacionais que tenham sido agregados e os indicadores econômicos que foram usados na determinação de que os segmentos operacionais agregados teriam características econômicas semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos operacionais (continuação)

(b) Informações sobre segmentos reportáveis

CPC IFRS
22.27 8.27

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

		Segmentos reportáveis***																		
CPC	IFRS		Papel Não reciclado		Papel Reciclado		Embalagem (Descontinuado)**		Reflorestamento		Produtos de Madeira		Pesquisa e Desenvolvimento		Total		Outros		Total	
22.16	8.16																			
		Em milhares de Reais	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
				*		*		*		*		*		*		*		*		*
CPC 22.23(a), 32	IFRS 8.23(a), 32	Receitas externas ¹⁴⁸	64.112	67.085	30.367	22.060	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	-	-	108.689	118.806	1.714	1.016	110.403	119.822
CPC 22.23(b)	IFRS 8.23(b)	Receita inter-segmentos ¹⁴⁸	-	-	317	323	940	2.835	2.681	2.676	1.845	1.923	875	994	6.658	8.751	891	765	7.549	9.516
		Receita do segmento reportável	64.112	67.085	30.684	22.383	8.483	26.028	6.648	6.159	4.545	4.908	875	994	115.347	127.557	2.605	1.781	117.952	129.338
CPC 22.21(b),23	IFRS 8.21(b),23	Resultado por segmento reportável antes do imposto de renda e contribuição social	7.730	4.660	5.599	3.811	(162)	(458)	1.240	997	(263)	1.280	101	67	14.245	10.357	771	195	15.016	10.552
CPC 22.23(c)	IFRS 8.23(c)	Receitas financeiras ¹⁴⁸	109	91	42	24	-	-	45	27	10	7	-	-	206	149	4	3	210	152
CPC 22.23(d)	IFRS 8.23(d)	Despesas financeiras ¹⁴⁸	(597)	(577)	(445)	(355)	-	-	(391)	(301)	(85)	(63)	-	-	(1.518)	(1.296)	(5)	(4)	(1.523)	(1.300)
CPC 22.23(e)	IFRS 8.23(e)	Depreciação e amortização ¹⁴⁸	(2.128)	(2.180)	(1.583)	(1.276)	(623)	(1.250)	(1.139)	(696)	(248)	(201)	(201)	(165)	(5.922)	(5.768)	(202)	(199)	(6.124)	(5.967)
CPC 22.23(g)	IFRS 8.23(g)	Resultado equivalência patrimonial ¹⁴⁸	1.109	561	-	-	-	-	32	26	-	-	-	-	1.141	587	-	-	1.141	587
CPC 22.23(i)	IFRS 8.23(i)	Outros itens ¹⁴⁸																		
		– Reduções ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	(114)	(22)	(74)	(7)	(11)	(3)	(7)	(1)	(5)	-	-	-	(211)	(33)	-	-	(211)	(33)
CPC 1.129(a), 130(d)(iii)	IAS 36.129(a), 130(d)(iii)	– Reduções ao valor recuperável de ativos não-financeiros	-	(1.408)	-	-	-	-	-	-	(116)	-	-	-	(116)	(1.408)	-	-	(116)	(1.408)
		– Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros																		
CPC 1.129(b), 130(d)(iii)	IAS 36.129(b), 130(d)(iii)		493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493	-	-	-	493	-
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b)	Ativos dos segmentos reportáveis ¹⁴⁸	43.263	26.967	23.025	16.003	-	13.250	25.209	18.470	4.521	3.664	2.323	1.946	98.341	80.300	9.059	3.403	107.400	83.703
CPC 22.24(a)	IFRS 8.24(a)	Investimentos avaliados pelo MEP	2.209	1.700	-	-	-	-	280	248	-	-	-	-	2.489	1.948	-	-	2.489	1.948
CPC 22.24(b)	IFRS 8.24(b)	Investimentos de capital (CAPEX)	8.697	1.136	5.765	296	-	127	1.158	722	545	369	1.203	123	17.368	2.773	560	150	17.928	2.923
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b)	Passivos dos segmentos reportáveis ¹⁴⁸	39.399	26.907	12.180	14.316	-	2.959	6.390	4.540	1.236	1.456	169	158	59.374	50.336	237	454	59.611	50.790

CPC 22.29 IFRS 8.29 * Como resultado da aquisição da Papyrus Pty Ltd (Papyrus) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (veja [nota explicativa 21](#)), o Grupo mudou a sua organização interna e a composição de seus segmentos, o que resultou em uma mudança nos segmentos reportáveis. Dessa forma, o Grupo reapresentou as informações dos segmentos anteriormente reportados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

** Veja [Nota explicativa 36](#).

*** As informações comparativas estão sendo reapresentadas devido à correção de erros (veja [nota explicativa 9](#)).

CPC 22.23 IFRS 8.23

148

O Grupo divulgou esses montantes para cada segmento reportável, pois essa informação é regularmente revisada pelo o principal tomador de decisões operacionais. O CPC 22/IFRS 8 não especifica os requerimentos de divulgação de uma operação descontinuada. No entanto, se a Administração revisa os resultados financeiros da operação descontinuada (por exemplo, até que a descontinuidade seja concluída), e a definição de um segmento operacional for atendida de outra forma, talvez a entidade precise divulgar essas informações para atender ao princípio central do CPC 22/IFRS 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos Operacionais (continuação)

(c) Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis com os valores reportados nas demonstrações financeiras

		Consolidado		
			2020	
		Nota	2021	Reapresentado*
CPC 22.28(a)	IFRS 8.28(a)			
Em milhares de Reais				
(i) Receitas				
Receita total de segmentos reportáveis			115.347	127.557
Receitas de outros segmentos			2.605	1.871
Eliminação de receitas inter-segmentos			(7.549)	(9.516)
Eliminação de operações descontinuadas		36	(7.543)	(23.193)
Receita consolidada			102.860	96.719
CPC 22.28(b)	IFRS 8.28(b)			
(ii) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				
Total de lucro antes dos impostos dos segmentos reportáveis			14.245	10.180
Lucro antes dos impostos de outros segmentos			771	195
Eliminação de lucros inter-segmento			(2.263)	(1.349)
Eliminação de operações descontinuadas		36	162	466
Montantes não alocados:				
– Outras despesas corporativas			(2.564)	(636)
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas			10.351	8.856
CPC 22.28(c)	IFRS 8.28(c)			
(iii) Ativos				
Ativo total dos segmentos reportáveis			98.341	80.300
Ativos de outros segmentos			9.059	3.403
Outros valores não alocados			5.460	6.310
Total do ativo consolidado			112.860	90.013
CPC 22.28(d)	IFRS 8.28(d)			
(iv) Passivos				
Passivo total dos segmentos reportáveis			59.374	50.336
Passivos de outros segmentos			237	454
Outros valores não alocados			8.027	3.857
Total do passivo consolidado			67.638	54.647

* Veja nota explicativa 7, 9 e 35(b).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos Operacionais (continuação)**(c) Conciliação de informações sobre segmentos reportáveis com os valores reportados nas demonstrações financeiras (continuação)**

CPC 22.28(e) IFRS 8.28(e)

(v) Outros itens materiais**2021**

<i>Em milhares de Reais</i>	Total de segmentos reportáveis	Ajustes	Total Consolidado
Receitas financeiras	206	4	210
Despesas financeiras	(1.518)	(5)	(1.523)
Investimento de capital (CAPEX)	17.368	560	17.928
Depreciação e amortização	(5.922)	(202)	(6.124)
Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros - Ágio	(116)	-	(116)
Reversões de redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros - Imobilizado	493	-	493
Reduções ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	(211)	-	(211)

2020

<i>Em milhares de Reais</i>	Total de segmentos reportáveis Reapresentado*	Ajustes	Total Consolidado
Receitas financeiras	149	2	151
Despesas financeiras	(1.296)	(3)	(1.299)
Investimento de capital (CAPEX)	2.773	150	2.923
Depreciação e amortização	(5.768)	(149)	(5.917)
Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros - Imobilizado	(1.408)	-	(1.408)
Reduções ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	(193)	-	(193)

* Veja Notas explicativas 7, 9 e 35(b).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos Operacionais (continuação)

CPC 22.33(a), IFRS 8.33(a),(b)
(b)(d) Segmentos Geográficos^{149, 150}

- Os segmentos de Papel não reciclado, Papel Reciclado e Reflorestamento são administrados internacionalmente e operam fábricas e escritórios de vendas na França, Holanda, Alemanha, Inglaterra e nos EUA.
- A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

(i) Receita operacional

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
		Reapresentado*
[País x] (dos quais R\$ 4.149 (2020: R\$ 12.781) referem-se a operações descontinuadas de embalagem)	32.338	34.286
Exterior		
Alemanha (dos quais R\$ 1.885 (2020: R\$ 6.005) referem-se a operações descontinuadas de embalagem)	23.556	25.877
Holanda	22.654	25.641
Inglaterra	310	212
Estados Unidos (dos quais R\$ 1.509 (2020: R\$ 4.407) referem-se a operações descontinuadas de embalagem)	21.995	22.733
Outros países	9.550	10.623
Embalagem (descontinuada)	(7.543)	(23.193)
	102.860	96.719

* Veja nota explicativa 7 e 35(b)

(ii) Ativos não circulantes

<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
[País x]	16.952	16.484
Exterior		
Alemanha	6.104	7.877
Holanda	9.608	8.986
Inglaterra	2.002	1.998
Estados Unidos	7.691	7.807
Outros Países	951	992
	43.308	44.144

Os ativos não circulantes excluem investimentos financeiros (exceto investidas reconhecidas por equivalência patrimonial), ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregados.¹⁵¹

CPC 22.34 IFRS 8.34

(e) Maior Cliente

As receitas de um cliente dos segmentos de Papel Reciclado e Papel Não reciclado do Grupo representaram aproximadamente R\$ 20.000 mil (2020: R\$ 17.500 mil) do total das receitas do Grupo.

Insights
5.2.220.20

149 Em nosso entendimento, divulgações por região, (por exemplo, Europa ou Ásia) não atendem ao requerimento da norma de divulgar informações para cada país (por exemplo, França, Holanda ou Cingapura) individualmente, se tais informações forem materiais.

CPC 22.32, A5 IFRS 8.32, IG5

150 Como parte das divulgações requeridas, uma entidade divulga a receita proveniente de clientes externos para cada produto e serviço, ou cada grupo de produtos e serviços similares, independentemente se a informação é utilizada pelo tomador de decisões na avaliação de desempenho do segmento. Essa divulgação é baseada nas informações financeiras utilizadas para elaborar as demonstrações financeiras da entidade. O Grupo não apresentou divulgações complementares a respeito disto, pois já atendeu a essa exigência de divulgação fornecendo as informações das receitas externas na nota explicativa 35(b), que foram elaboradas em conformidade com as normas CPCs / IFRSs, e as informações de desagregação de receitas na nota explicativa 37.

CPC 22.24(a), IFRS 8.24(a),
33(b) 33(b)

151 O Grupo divulgou investidas reconhecidas por equivalência patrimonial como parte da informação geográfica de ativos não-circulantes, porque essas informações são regularmente fornecidas ao principal tomador de decisões operacionais. O CPC 22/IFRS 8 não especifica quais instrumentos financeiros são excluídos dos ativos não circulantes reportados nas informações sobre segmentos geográficos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

36. Operações descontinuadas

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(c\)](#).

CPC 31.30, 41
(a)-(b), 41(d) IFRS 5.30, 41
(a)-(b), 41(d)

Em fevereiro de 2021, o Grupo vendeu todo seu segmento de Embalagem (veja [nota explicativa 35](#)). A Administração comprometeu-se com um plano de vender esta divisão no início de 2021 seguindo uma decisão estratégica em focar mais nas competências-chave do Grupo, sendo estas a produção de papel utilizado na indústria de impressão, reflorestamento e manufatura de produtos de madeira.

O segmento de embalagem não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

Após a alienação, o Grupo continuou a comprar embalagens da operação descontinuada. Embora as transações intra-grupo tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a administração optou por atribuir a eliminação de transações entre as operações continuadas e descontinuadas antes da alienação de forma a refletir a continuidade destas operações após a alienação, pois a administração acredita que a informação é útil para os usuários das demonstrações financeiras.

Para alcançar esta apresentação, a administração eliminou, a partir dos resultados das operações descontinuadas, as vendas entre segmentos (e custos decorrentes dessas vendas, menos lucros não realizados) feitas antes da sua alienação. Devido as compras da operação descontinuada continuarem após a alienação, compras inter-segmentos realizados pelas operações continuadas antes da alienação foram mantidas em operações continuadas.

CPC 26.98(e) IAS 1.98(e)

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas¹⁵²

		Consolidado/Controladora		
<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	2021	2020
CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)	Receitas		8.483	26.028
	Eliminações de receitas inter-segmentos		(940)	(2.835)
	Receitas externas		7.543	23.193
CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)	Despesas		(8.641)	(26.486)
	Eliminação de despesas relacionadas a vendas inter-segmentos		936	2.827
	Despesas externas		(7.705)	(23.659)
	Resultado das atividades operacionais		(162)	(466)
CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i) CPC 31.33(b)(ii) IFRS 5.33(b)(ii), CPC 32.81(h)(iii) IAS 12.81(h)(iii)	Impostos sobre o lucro	32(a)	25	44
	Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social		(137)	(422)
CPC 31.33(b)(iii) IFRS 5.33(b)(iii)	Ganho na venda de operações descontinuadas		846	-
CPC 31.33(b)(ii), IFRS 5.33(b)(ii), 32.81(h)(i) IAS 12.81(h)(i)	Imposto de renda sobre o ganho na venda de operações descontinuadas	32(a)	(330)	-
	Resultado líquido de operações descontinuadas		379	(422)

Insights
5.4.230.40

152 Em nossa visão, considerando que o CPC 31/IFRS 5 não especifica como a eliminação deve ser atribuída a operações continuadas e descontinuadas (veja [nota explicativa 35\(b\)-\(c\)](#)), uma entidade pode apresentar as transações entre as operações continuadas e descontinuadas de forma que reflita a continuidade dessas operações, quando a informação for útil aos usuários das demonstrações financeiras. A apresentação de divulgações adicionais pode ser apropriada, na demonstração do resultado e ORA ou nas notas explicativas. Em nossa experiência, se a divulgação adicional for fornecida na demonstração do resultado e ORA, julgamento pode ser necessário sobre se a informação desagregada deve ser apresentada como parte da própria demonstração ou como uma divulgação adicional juntamente com os totais da demonstração. Uma divulgação clara da abordagem adotada para a eliminação de operações intra-grupo será relevante, incluindo uma explicação de qualquer análise adicional de operações descontinuadas nas notas explicativas à demonstração do resultado e ORA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

36. Operações descontinuadas (continuação)**(a) Resultado líquido de operações descontinuadas (continuação)**

			Consolidado	
		Nota	2020	2019
CPC 31.33(a)	IFRS 5.33(a)		379	(422)
Resultado líquido das operações descontinuadas				
CPC 41.68	IAS 33.68	40	0,12	(0,14)
CPC 41.68	IAS 33.68	40	0,12	(0,14)

CPC 31.33(d) *IFRS 5.33(d)* O resultado de operações descontinuadas de R\$ 379 mil (2020: perda de R\$ 422 mil) é totalmente atribuído aos acionistas controladores. Do resultado operacional de operações continuadas de R\$ 7.173 mil (2020: R\$ 6.396 mil), o montante de R\$ 6.676 mil é atribuível aos acionistas controladores do Grupo (2020: R\$ 6.045 mil).

CPC 31.33(c) *IFRS 5.33(c)* **(b) Fluxos de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas ¹⁵⁴**

		Consolidado	
<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	2021	2020
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(225)	(910)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(c)	10.890	-
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas		10.665	(910)

CPC 03.42(d) *IAS 7.40(d)* **(c) Efeito da alienação sobre a posição financeira do Grupo**

	Consolidado	
<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	2021
Ativo imobilizado		(7.986)
Estoques		(134)
Contas a receber e outros créditos		(3.955)
Caixa e equivalentes de caixa		(110)
Passivo fiscal diferido		110
Contas a pagar e outros passivos		1.921
Ativos e passivos líquidos		(10.154)
Montante recebido em caixa pela alienação		11.000
Caixa e equivalentes de caixa do segmento alienado		(110)
Entrada de caixa líquido	<i>(b)</i>	10.890

CPC 41.68 *IAS 33.68*

153 O Grupo optou por apresentar o lucro básico e diluído por ação para a operação descontinuada em nota explicativa. Alternativamente, o lucro básico e diluído por ação para a operação descontinuada pode ser apresentado na demonstração do resultado e do resultado abrangente.

CPC 03.10,
CPC 31.33(c) *IAS 7.10,*
IFRS 5.33(c),
Insights
5.4.220.50

154 No nosso entendimento, existem inúmeras maneiras pelas quais os requerimentos do CPC 31/IFRS 5 e CPC 03/IAS 7 da apresentação do fluxo de caixa podem ser atendidos. O Grupo optou por apresentar:

- uma demonstração dos fluxos de caixa que inclui a análise de todos os fluxos de caixa no total, ou seja, incluindo operações continuadas e descontinuadas; e
- valores relacionados a operações descontinuadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento em notas explicativas.

Alternativamente, os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento de operações descontinuadas podem ser divulgados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

37. Receita ¹⁵⁵

Veja política contábil na [nota explicativa 10\(d\)](#).

(a) Fluxos de receitas

O Grupo gera receita principalmente pela venda de produtos relacionados a papel e madeira e pela prestação de serviços de cultivo de árvores para os clientes (veja a [nota explicativa 35\(a\)](#)). Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de propriedades para investimento e propriedades arrendadas, e valores imateriais relacionados a contabilidade de *hedge* e ganhos de *hedge*.

			Operações descontinuadas (veja nota 36)		Consolidado		
			Operações continuadas				
		<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	2021	2020	2021	2020
CPC 47.113(a)	IFRS 15.113(a)	Receita de contratos com clientes ¹⁵⁶		102.394	96.421	7.543	23.193
		Outras receitas		466	298	-	-
CPC 28.75(f)(i)	IAS 40.75(f)(i)	Aluguel de propriedades para investimento	42(b)(iii)	460	302	-	-
		Ganhos de <i>Hedge</i> ¹⁵⁷	31(c)(iv)	6	(4)	-	-
		Total de receita		102.860	96.719	7.543	23.193
						110.403	119.912

[CPC 47.112A](#)

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

		Consolidado	
		2021	2020
<i>Em milhares de Reais</i>			
Receita bruta fiscal		142.500	127.200
Menos:			
Impostos sobre vendas		(18.525)	(16.536)
Devoluções e abatimentos		(21.115)	(13.945)
Total de receita contábil		102.860	96.719

[CPC 47.119\(b\), 127–128](#) [IFRS 15.119\(b\), 127–128](#)

155 O CPC 47/IFRS 15 exige que a entidade divulgue os custos da obtenção ou da execução de um contrato com o cliente. O Grupo não incorre em tais custos, por isso as divulgações relacionadas não estão ilustradas neste guia. De maneira análoga, o Grupo determinou que os contratos com os clientes não contêm um componente de financiamento significativo e assim as divulgações relacionadas não estão ilustradas.

[CPC 47.113, CPC 26.29–30, 85](#) [IFRS 15.113, IAS 1.29–30, 85, Insights 4.2.560.25](#)

156 Ao fornecer divulgações separadas das receitas de contratos com clientes - seja nas notas ou na demonstração dos resultados - consideramos que a entidade não deve incluir valores que não estejam dentro do escopo do CPC 47/IFRS 15.

[CPC 48.B6.5.29\(a\)](#) [IFRS 9.B6.5.29\(a\), Insights 7.10.167.20](#)

157 Quando uma entidade protege uma venda, seja em uma operação prevista ou em um compromisso firme, os custos do instrumento de *hedge* adquirido para aquela venda são reclassificados para o resultado como parte do custo da venda no mesmo período de reconhecimento da receita obtida com a venda protegida. Aparentemente, quando esses custos de *hedge* são reclassificados para o resultado, a entidade pode escolher uma política contábil a ser aplicada de maneira consistente para apresentá-los:

- *como receita*: porque eles se referem a um instrumento de *hedge* de receita. No entanto, eles não devem ser apresentados ou divulgados como receitas de contratos com clientes no escopo da IFRS 15, porque eles não têm essa natureza; ou

- *em outra rubrica de receita ou despesa*: porque a expressão 'custo relacionado à venda' pode ser interpretada como fator impeditivo do reconhecimento como receita.

O Grupo escolheu apresentar os custos de *hedge* das operações de venda como receita.

37. Receita (continuação)**(b) Desagregação da receita de contratos com clientes**

CPC 47.114–115 IFRS 15.114–115

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes (incluindo receitas originárias de operações descontinuadas) por mercado geográfico principal, principais linhas de produtos/serviços e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo (veja a nota explicativa 35). ^{158, 159, 160}

Para o período findo em 31 de dezembro <i>Em milhares de Reais</i>	Segmentos reportáveis															
	Papel Não reciclado		Papel Reciclado		Embalagem (Descontinuado) ¹⁶¹		Reflorestamento		Produtos de Madeira		Total dos segmentos reportáveis		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Mercados geográficos primários																
Europa	51.276	54.335	24.290	17.873	6.034	18.786	3.174	2.821	2.160	2.418	86.934	96.233	1.003	651	87.937	96.884
EUA	12.832	12.752	6.075	4.189	1.509	4.407	793	662	540	567	21.749	22.577	251	153	22.000	22.730
	64.108	67.087	30.365	22.062	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	108.683	118.810	1.254	804	109.937	119.614
Principais produtos/linhas de serviço																
Produtos de papel padrão	48.081	50.315	22.774	16.547	-	-	-	-	-	-	70.855	66.862	-	-	70.855	66.862
Produtos de papel sob encomenda	16.027	16.772	7.591	5.515	-	-	-	-	-	-	23.618	22.287	-	-	23.618	22.287
Serviços florestais	-	-	-	-	-	-	3.967	3.483	-	-	3.967	3.483	-	-	3.967	3.483
Produtos de madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	2.700	2.985	2.700	2.985	-	-	2.700	2.985
Embalagem e outros	-	-	-	-	7.543	23.193	-	-	-	-	7.543	23.193	1.254	804	8.797	23.997
	64.108	67.087	30.365	22.062	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	108.683	118.810	1.254	804	109.937	119.614
Tempo de reconhecimento de receita																
Produtos transferidos em momento específico no tempo	48.081	50.315	22.774	16.547	7.543	23.193	-	-	2.700	2.985	81.098	93.040	831	359	81.929	93.399
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	16.027	16.772	7.591	5.515	-	-	3.967	3.483	-	-	27.585	25.770	423	445	28.008	26.215
	64.108	67.087	30.365	22.062	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	108.683	118.810	1.254	804	109.937	119.614
Receita de contratos com clientes	64.108	67.087	30.365	22.062	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	108.683	118.810	1.254	804	109.937	119.614
Outras receitas	4	(2)	2	(2)	-	-	-	-	-	-	6	(4)	460	302	466	298
Receita externa conforme reportado na Nota 35	64.112	67.085	30.367	22.060	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	108.689	118.806	1.714	1.106	110.403	119.912

CPC 47.114, B87–B89, IE210–IE211 IFRS 15.114, B87–B89, IE210–IE211

158 O quanto a receita da entidade é detalhada para fins de divulgação depende dos fatos e circunstâncias dos contratos com os clientes.

Ao determinar essas categorias, a entidade analisa como a receita é aberta em:

- divulgações apresentadas fora das demonstrações financeiras – por exemplo, releases, relatórios anuais ou apresentações a investidores;
- informações analisadas pelo principal tomador de decisões operacionais para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos operacionais; e
- outras informações similares àquelas acima, utilizadas pela entidade ou pelos usuários das demonstrações financeiras para avaliar o desempenho ou tomar decisões sobre a alocação de recursos.

CPC 47.112, 114, BC340 IFRS 15.112, 114, BC340

159 Algumas entidades poderão não ser capazes de alcançar o objetivo do parágrafo 114 do CPC 47/IFRS 15 de apresentação da composição analítica da receita e poderão precisar utilizar mais de um tipo de categoria. Outras entidades poderão alcançá-lo utilizando somente um tipo de categoria. Mesmo que uma entidade utilize categorias consistentes na nota sobre os segmentos e na nota sobre a composição analítica da receita, uma composição analítica mais detalhada pode ser necessária porque o objetivo de oferecer informações sobre o segmento nos termos do CPC 22/IFRS 8 é diferente do objetivo da divulgação da composição analítica nos termos do CPC 47/IFRS 15 e diferentemente do CPC 22/IFRS 8, não há critérios de agregação no CPC 47/IFRS 15. No entanto, não é necessário divulgar a composição analítica da receita caso as informações fornecidas nos termos do CPC 22/IFRS 8 atendam aos requisitos do parágrafo 114 do CPC 47/IFRS 15 e aquelas divulgações sejam baseadas nos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 47/IFRS 15.

CPC 47.115 IFRS 15.115

160 A entidade deve divulgar informações suficientes para permitir aos usuários das demonstrações financeiras entender a relação entre a divulgação da composição analítica da receita e as informações sobre receita divulgadas para cada segmento reportável caso a entidade aplique o CPC 22/IFRS 8.

CPC 47.114, 5.5B IFRS 15.114, 5.5B

161 Apesar de não ser exigido explicitamente que as operações descontinuadas sejam incluídas como parte da composição analítica da receita de contratos com clientes, o Grupo forneceu essas informações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

37. Receita (continuação)IFRS 15.116-
CPC 47.116-118 118**(c) Saldos de contrato**

A tabela a seguir fornece informações sobre recebíveis, ativos e passivos de contratos com clientes.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber, que estão incluídos em "contas a receber e outros recebíveis"	14	32.092	22.010
Contas a receber, que estão incluídos em "ativos mantidos para venda"	17	3.496	-
Ativos de contrato		1.271	782
Passivos de contrato		(160)	(166)

Os ativos de contrato relacionam-se principalmente aos direitos do Grupo a contraprestação pelo trabalho concluído mas não faturado na data das demonstrações financeiras relativo a produtos de papel feitos sob encomenda. O ativo de contrato sofreu impacto de uma perda por impairment de R\$ 4 mil (2020: R\$ 2 mil). Não houve nenhum impacto sobre os ativos de contrato como resultado da aquisição da subsidiária (veja a [nota explicativa 3](#)). Os ativos de contrato são transferidos para recebíveis quando os direitos tornam-se incondicionais. Isso ocorre normalmente quando o Grupo emite uma fatura para o cliente.

CPC 47.120(b) IFRS 15.120(b)

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela construção de galpões e de depósitos, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo, e a pontos não resgatados pelos clientes em programas de fidelidade. O valor dos pontos não resgatados pelos clientes era de R\$ 50 mil (2020: R\$ 2 mil). Isso será reconhecido como receita à medida que os pontos do programa de fidelidade sejam resgatados, o que é previsto para os próximos dois anos.

CPC 47.116(b) IFRS 15.116(b)

O valor de R\$ 166 mil incluído em passivos de contratos em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecido como receita em 2021 (2020: R\$ 40 mil).

CPC 47.116(c) IFRS 15.116(c)

O valor da receita reconhecida em 2021 gerada pelo cumprimento (ou cumprimento parcial) de obrigações de performance em períodos anteriores é de R\$ 8 mil (2020: R\$ 4 mil). Isso se deve principalmente a mudanças na estimativa do estágio da construção de galpões e de depósitos.

CPC 47.121-
122 IFRS 15.121-
122

Nenhuma informação é fornecida sobre as obrigações de performance remanescentes em 31 de dezembro de 2021 ou 31 de dezembro de 2020 que tenham uma duração original prevista de um ano ou menos, conforme permitido pelo CPC 47/IFRS 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

38. Outras receitas e outras despesas

CPC 26.97 IAS 1.97

(a) Outras receitas

			Consolidado		
<i>Em milhares de Reais</i>			<i>Nota</i>		
			2021	2020	
<i>CPC 29.40</i>	<i>IAS 41.40</i>	Variação no valor justo de ativos biológicos	16(a)	587	28
<i>CPC 28.76(d)</i>	<i>IAS 40.76(d)</i>	Aumento no valor justo de propriedades para investimento	19(a)	20	60
<i>CPC 30.29</i>	<i>IAS 20.29</i>	Subvenções governamentais	26(a), (c)	238	-
<i>CPC 26.98(c)</i>	<i>IAS 1.98(c)</i>	Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	42(b)(i)	48	16
				893	104

CPC 26.97 IAS 1.97

(b) Outras despesas¹⁶²

			Consolidado		
		Em milhares de Reais	Nota	2021	2020
		Perda por redução ao valor recuperável do ágio ¹⁶³	21(c)	116	-
CPC 31.41(c)	IFRS 5.41(c)	Perda por redução ao valor recuperável da remensuração de um grupo de ativos e passivos mantidos para venda	17(a)	35	-
		Liquidação de relação pré-existente com entidade adquirida	3 (a)	326	-
		Contrato oneroso		160	-
CPC 26.87	IAS 1.87	Despesas relacionadas com sinistro		359	-
				996	

CPC 26.104 IAS 1.104

(c) Despesas por natureza

			Consolidado	
			2021	2020
		Nota	Reapresentado*	
		Em milhares de Reais		
		Variação do saldo de estoques de produtos acabados e em elaboração	472	(343)
		Matéria-prima e insumos	42.104	43.208
CPC 26.104	IAS 1.104	Benefícios a empregados	34(e) 22.154	19.439
CPC 26.104	IAS 1.104	Depreciação e amortização	20(a), 21(a) 6.124	5.917
		(Reversão de) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível	20(b) (493)	1.408
		Despesas com consultoria **	4.866	2.732
		Despesas com propaganda	2.550	2.650
		Despesas com manutenção	12.673	9.957
		Despesa com arrendamento	42(a)(ii) 465	477
		Outros	1.680	1.731
Total de custo de vendas, despesas de venda e distribuição, despesas administrativas e despesas de pesquisa e desenvolvimento			92.595	87.176

* Valores 'Reapresentados' - veja nota explicativa 9.

** Inclui R\$ 266 (2019: R\$ 137) de despesas da controladora.

Insights
4.1.30.10-40

162 Não há orientação nas normas CPCs / IFRSs sobre como despesas específicas são alocadas por funções. Uma entidade estabelece sua própria definição de suas funções. Na nossa visão, o custo de vendas inclui apenas as despesas diretamente ou indiretamente atribuíveis ao processo de produção. Apenas as despesas que não podem ser atribuídas a uma função específica são classificadas como "outras despesas".

CPC 01.126 IAS 36.126
Insights
3.10.410.20

163 O Grupo classificou as despesas por função e, portanto, alocou a perda por redução ao valor recuperável para a função apropriada. Em nosso entendimento, em raros casos em que uma perda por redução ao valor recuperável não puder ser atribuída a uma função, ela deve ser incluída em 'Outras despesas', e, se for significativa, como um item separado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

39. Receitas financeiras e despesas financeiras

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 10(h) e (p).

CPC 26.97	IAS 1.97	Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
				2021	2020
		Receita de juros pelo método da taxa efetiva em: ¹⁶⁴			
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	– Títulos de dívida corporativa – a VJORA		8	27
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	– Títulos de dívida corporativa – a custo amortizado		198	123
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	– Caixa e equivalentes de caixa		1	1
CPC 06.90(a)(ii)	IFRS 16.90(a)(ii)	– Receita de juros sobre arrendamento a receber		2	-
Total de receita de juros decorrente de ativos financeiros				209	151
CPC 15.B64(p)(iii)	IFRS 3.B64(p)(iii)	Remensuração a valor justo de participação pré-existente em entidade adquirida	3(c)	250	-
CPC 40.11A(d)	IFRS 7.11A(d)	Dividendos recebidos:			
		– Títulos patrimoniais – a VJORA – investimentos em carteira na data do balanço	13	26	32
CPC 40.20(a)(viii)	IFRS 7.20(a)(viii)	Títulos de dívida corporativa – a VJORA:			
		- Ganho no desreconhecimento transferido de ORA		64	-
CPC 40.20(a)(i)	IFRS 7.20(a)(i)	Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo VJR:			
		– Obrigatoriamente a VJR – mantidos para negociação		74	-
		– Obrigatoriamente a VJR – outros		508	264
Receitas financeiras – outros				922	296
CPC 26.82(ba)	IAS 1.82(ba)	Despesas financeiras – redução ao valor recuperável em títulos de dívida (líquido de reversões)	31(c)(iii)	(59)	(13)
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b), 7.IG13	Despesa de juros sobre passivos financeiros não mensurados a VJR ¹⁶⁵		(1.523)	(1.299)
CPC 02.52(a)	IAS 21.52(a)	Perda líquida de variação cambial		(186)	(250)
CPC 40.24C(b)	IFRS 7.24C(b)	Hedge de fluxo de caixa – transferido de ORA, incluindo reserva de custo de hedge	31(c)(iv)	17	12
CPC 25.84(e)	IAS 37.84(e)	Efeito da reversão do desconto a valor presente na provisão de recuperação ambiental	24	(60)	(50)
CPC 40.20(a)(i)	IFRS 7.20(a)(i)	Variação no valor justo de contraprestação contingente	31(b)(iii)	(20)	-
CPC 40.24C(b)(iii)	IFRS 7.24C(b)(iii)	Parcela não efetiva de variações no valor justo de hedge de fluxos de caixa		(51)	(16)
CPC 40.24C(b)(iii)	IFRS 7.24C(b)(iii)	Parcela não efetiva de variações no valor justo de hedge de investimentos líquidos		(1)	-
CPC 40.20(a)(i)	IFRS 7.20(a)(i)	Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros mensurados VJR:			
		– Obrigatoriamente a VJR - Mantidos para negociação		-	(19)
Despesas financeiras – outros				(1.824)	(1.622)
Despesas financeiras líquidas reconhecidas no resultado				(752)	(1.188)

CPC 40.20(b), IFRS 7.20(b), 164 Nos termos do CPC 40/IFRS 7, uma entidade é obrigada a divulgar a receita total de juros (calculada usando o método da taxa efetiva de juros) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou a VJORA - mostrando esses valores separadamente.

CPC 39.40 IAS 32.40, IFRS 7.IG13 165 O Grupo apresentou de forma agrupada os juros sobre passivos de arrendamentos e despesas com dividendos de ações preferenciais com a despesa de juros sobre outros passivos financeiros. Alternativamente, esses itens podem ser apresentados separadamente. Caso existam diferenças entre juros e dividendos em relação a assuntos como dedutibilidade fiscal, é preferível que sejam divulgados separadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

40. Lucro líquido por ação**(a) Lucro básico por ação**

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

(i) Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)

Em milhares de Reais	Operações continuadas	2021 Operações descontinuadas	Total	Operações	Operações	Total
				continuadas Reapresentado*	descontinuadas Reapresentado*	
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	6.676	379	7.055	6.045	(422)	5.623
Dividendos sobre ações preferenciais não resgatáveis (veja nota explicativa 27(c))	(438)	-	(438)	(438)	-	(438)
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	6.238	379	6.617	5.607	(422)	5.185

* Veja notas explicativas 9 e 36.

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (básico)

Em milhares de ações	Nota	2021	2020
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	27(a)(i)	3.100	3.100
Efeito das ações em tesouraria		(49)	(40)
Efeito das opções de ações exercidas	27(a)(i)	3	-
Efeito das ações emitidas relativas a combinações de negócios	27(a)(i)	6	-
Efeito das ações emitidas em outubro de 2021	27(a)(i)	23	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação		3.083	3.060

(b) Lucro diluído por ação

Cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

(i) Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (diluído)

Em milhares de Reais	Operações continuadas	2021 Operações descontinuadas	Total	Operações	Operações	Total
				continuadas Reapresentado*	descontinuadas Reapresentado*	
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	6.238	379	6.617	5.607	(422)	5.185
Despesa de juros sobre títulos conversíveis, líquido de impostos (veja nota explicativa 23(c))	61	-	61	-	-	-
Lucro (prejuízo) atribuído as ações ordinárias (diluído)	6.299	379	6.678	5.607	(422)	5.185

* Veja notas explicativas 9 e 36.

CPC 41.70(a) IAS 33.70(a)

CPC 41.70(b) IAS 33.70(b)

CPC 41.70(a) IAS 33.70(a)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

40. Lucro Líquido por ação (continuação)

(b) Lucro diluído por ação (continuação)

CPC 41.70(b) IAS 33.70(b)

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (diluído)

Em milhares de ações	Nota	2021	2020
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		3.083	3.060
Efeito da conversão de títulos conversíveis	23(c)	148	-
Efeito das opções de ações ao serem exercidas		47	18
Média ponderada de ações ordinárias (diluído) em 31 de dezembro		3.278	3.078

CPC 41.70(c) IAS 33.70(c)

Em 31 de dezembro de 2021, 135.000 opções (2020: 44.000) foram excluídas do cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo.

O valor médio de mercado das ações da Entidade para fins de cálculo do efeito diluído das opções de ações foi baseado nos preços de mercado cotados para o período durante o qual as opções estavam em aberto.¹⁶⁶

41. Waiver pelo não cumprimento de acordo contratual (covenant)

CPC 40.18-19 IFRS 7.18-19

Conforme a nota explicativa 23(b), o Grupo excedeu o limite máximo de alavancagem (calculado trimestralmente como dívida sobre a receita) no terceiro trimestre de 2021, sendo este um limite contratual restritivo (*covenant*) associado a um empréstimo bancário. O Grupo obteve um *waiver* pelo não atingimento do *covenant* em outubro de 2021. Após 31 de dezembro de 2021, o banco mudou esse *covenant* do empréstimo de 2,5 para 3,5 vezes. Com base no novo limite e suas previsões, a Administração acredita que o risco de descumprir o *covenant* é baixo.

42. Arrendamentos

Veja política contábil na nota explicativa 10(u).

(a) Arrendamentos como arrendatário

CPC 06.51, 59 IFRS 16.51, 59

O Grupo arrenda armazéns e fábricas. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento.

CPC 26.122 IAS 1.122

Os arrendamentos de armazéns e fábricas foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações.

Em 2021, uma das propriedades arrendadas foi sublocada pelo Grupo. O arrendamento e a sublocação encerram-se em 2023.

CPC 06.60 IFRS 16.60

O Grupo arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

CPC 06.53–54 IFRS 16.53–54

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

42. Arrendamentos (continuação)

(a) Arrendamentos como arrendatário (continuação)

(i) Ativos de direito de uso¹⁶⁷CPC 06.47(a)(iii) IFRS
16.47(a)(iii)

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide [Nota explicativa 20\(a\)](#)).

		Consolidado			
		Terrenos e edifícios	Equipamento de produção	Total	
		Em milhares de Reais			
		2021			
CPC 06.53(j)	IFRS 16.53(j)	Em 1 de janeiro	2.181	1.972	4.153
CPC 06.53(a)	IFRS 16.53(a)	Despesa de depreciação do exercício	(25)	(283)	(308)
CPC 06.53(h)	IFRS 16.53(h)	Adições a ativos de direito de uso	150	-	150
		Desreconhecimento de ativos de direito de uso*	(402)	-	(402)
CPC 06.53(j)	IFRS 16.53(j)	Em 31 de dezembro	1.904	1.689	3.593

* O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2020 é resultado de um subarrendamento financeiro.

		Consolidado			
		Terrenos e edifícios	Equipamento de produção	Total	
		Em milhares de Reais			
		2020			
CPC 06.53(j)	IFRS 16.53(j)	Em 1 de janeiro	2.526	2.057	4.583
CPC 06.53(a)	IFRS 16.53(a)	Despesa de depreciação do exercício	(30)	(265)	(295)
CPC 06.53(h)	IFRS 16.53(h)	Adições a ativos de direito de uso	-	180	180
		Desreconhecimento de ativos de direito de uso*	(315)	-	(315)
CPC 06.53(j)	IFRS 16.53(j)	Em 31 de dezembro	2.181	1.972	4.153

* O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2020 é resultado de um subarrendamento financeiro.

(ii) Valores reconhecidos no resultado

		Consolidado	
		2021	2020
Em milhares de Reais			
CPC 06.53(b) IFRS 16.53(b)	Juros sobre arrendamento	320	238
CPC 06.53(f) IFRS 16.53(f)	Receita de subarrendamento de ativos de direito de uso apresentados em "outras receitas"	(150)	(90)
CPC 06.53(c) IFRS 16.53(c)	Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	80	90
CPC 06.53(d) IFRS 16.53(d)	Despesas relacionadas com arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	65	119

(iii) valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

		2021	2020
Em milhares de Reais			
CPC 06.53(g) IFRS 16.53(g)	Saída de caixa total para arrendamentos	1.019	1.037

¹⁶⁷ Embora não seja exigido pelo CPC 06/IFRS 16, o Grupo reconciliou os valores contábeis de ativos de direito de uso de abertura e fechamento nas demonstrações financeiras. Esta divulgação é fornecida apenas para fins ilustrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

42. Arrendamentos (continuação)**(a) Arrendamentos como arrendatário (continuação)****(iv) Opções de prorrogação**

CPC 06.59(b)(ii) IFRS
16.59(b)(iii),
B50, IE10
Ex.23

Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pelo Grupo até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, o Grupo procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de prorrogação são exercíveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de prorrogação. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

O Grupo estimou que os potenciais pagamentos futuros de arrendamento, se decidir por exercer a opção de prorrogação, resultariam em um aumento do passivo de arrendamento de R\$ 120 mil.

(v) Taxas de desconto ¹⁶⁸

Ofício-
Circular/CVM/SNC/
SEP no. 02/2019.

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa média de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
2 anos	7,64
4 anos	7,85
4 anos	8,02
4 anos	8,70

(vi) Taxas de desconto

Ofício-
Circular/CVM/SNC/
SEP no. 02/2019.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.065	1.929
PIS/Cofins potencial (9,25%)	191	178

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

42. Arrendamentos (continuação)**(b) Como arrendador**

CPC 06.90–91 IFRS 16.90–91

O Grupo arrenda suas propriedades para investimento que consistem em propriedades comerciais próprias e também arrendadas (Veja [Nota explicativa 19](#)). Todos os arrendamentos mercantis são classificados como operacionais, sob uma perspectiva do arrendador, com exceção de um subarrendamento, que o Grupo classificou como subarrendamento financeiro.

(i) Arrendamento financeiro

CPC 06.92(a) IFRS 16.92(a)

Em 2021, o Grupo subarrendou um edifício que era apresentado como parte de um ativo de direito de uso - ativo imobilizado.

CPC 06.90(a)(i) IFRS 16.90(a)(i)

Em 2021, o Grupo reconheceu um ganho de R\$ 22 mil (2020: zero) no desreconhecimento do ativo de direito de uso referente ao edifício e apresentou o ganho como parte do 'Ganho na venda de ativos imobilizados' (veja [nota explicativa 38 \(a\)](#)).

CPC 06.90(a)(ii) IFRS 16.90(a)(ii)

Em 2021, o Grupo reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 2 mil (2020: zero).

CPC 06.94 IFRS 16.94

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base.

<i>Em milhares de reais</i>	2021	2020
Menos de 1 ano	103	35
1 a 2 anos	128	100
2 a 3 anos	131	120
3 a 4 anos	92	100
4 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
Total de arrendamento não descontado a receber	454	355
Receitas financeiras não obtidas	30	40
Investimento líquido no arrendamento	424	315

(ii) Arrendamento operacional

CPC 06.92(a) IFRS 16.92(a)

O Grupo arrenda suas propriedades para investimento. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos. A [nota explicativa 19](#) apresenta informações sobre os arrendamentos operacionais de propriedades para investimento.

CPC 06.90(b) IFRS 16.90(b)

A receita de arrendamento reconhecida pelo Grupo em 2021 foi de R\$ 460 mil (2020: R\$ 302 mil).

CPC 06.97 IFRS 16.97

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base.

<i>Em milhares de reais</i>	2021	2020
Menos de 1 ano	450	332
1 a 2 anos	400	420
2 a 3 anos	380	390
3 a 4 anos	350	360
4 a 5 anos	340	300
Mais de 5 anos	145	445
Total	2.065	2.247

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

43. Compromissos

CPC 27.74(c)	IAS 16.74(c)	Em 2021, o Grupo assinou um contrato para comprar bens do imobilizado e marcas e patentes em 2021 por R\$ 1.465 mil (2020: zero) e R\$ 455 mil (2020: zero) respectivamente.
		O Grupo está comprometido com outros investimentos de capital de R\$ 150 mil (2020: R\$ 45 mil). Com relação ao empreendimento controlado em conjunto, o empreendimento tem compromisso de investir R\$ 23 mil (2020: R\$ 11 mil), dos quais a participação do Grupo é R\$ 9 mil (2020: R\$ 4 mil). Esses compromissos deverão ser liquidados em 2022.
CPC 28.75(h)	IAS 40.75(h)	O Grupo celebrou contratos para a gestão e manutenção de certas propriedades comerciais que são arrendadas a terceiros. Esses contratos darão origem a despesas anuais de R\$ 15 mil para os próximos cinco anos.

44. Partes relacionadas¹⁶⁹

(a) Controladora e controladora final

CPC 26.138(c)	IAS 1.138(c)	Durante o exercício de 2021, a maioria das ações da Entidade foi adquirida pela Cameron Paper Co da antiga controladora Brown Products Corporation. Como resultado, o novo controlador final do Grupo é a AJ Pennypacker. A parte controladora final anterior era Sigma Global Investment Holdings. ¹⁷⁰
CPC 05.13	IAS 24.13	

(b) Operações com pessoal-chave da Administração

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

		<i>Em milhares de Reais</i>	2021	2020
CPC 05.17(a)	IAS 24.17(a)	Benefícios de curto prazo	502	420
CPC 33.151(b), 05.17(b)	IAS 19.151(b), 24.17(b)	Benefícios pós-emprego	82	103
CPC 05.17(c)	IAS 24.17(c)	Outros benefícios de longo prazo	3	2
CPC 05.17(d)	IAS 24.17(d)	Benefícios rescisórios	25	-
CPC 05.17(e)	IAS 24.17(e)	Pagamentos baseados em ações	516	250
			1.128	775

A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários, benefícios não monetários e contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego (veja [nota explicativa 34](#)).

Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações do Grupo (veja [nota explicativa 33\(a\)\(i\)](#)). Além disso, todos os empregados da controladora têm direito de participar dos programas de compra, (veja [nota explicativa 33\(a\)\(iii\)](#)), caso cumpram com certos critérios, tal como o investimento de uma porcentagem de seus salários mensais por um período de 36 meses. Consequentemente, o Grupo deduziu R\$ 78 mil dos salários dos empregados envolvidos (incluindo um montante de R\$ 37 mil relacionado ao pessoal-chave da Administração). Os montantes retidos estão incluídos em 'Fornecedores e outras contas a pagar' (veja [nota explicativa 22](#)).

¹⁶⁹ Para um exemplo de divulgações a ser utilizado por entidades relacionadas com o governo que aplicam a isenção prevista no parágrafo 25 do CPC 5/IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas, favor consultar o Appendix VI do modelo internacional de demonstrações financeiras (*Guide to annual financial statements - Illustrative Disclosures*) da KPMG International Standards Group (parte da KPMG IFRG Limited).

¹⁷⁰ A controladora da Entidade divulga publicamente suas demonstrações financeiras consolidadas. Se nem a controladora direta da Entidade nem sua controladora final divulgasse demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público, então a Entidade divulgaria o nome da controladora mais próxima que o fizesse. Se nem a controladora final nem qualquer controladora intermediária divulgasse demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público, esse fato seria divulgado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

44. Partes relacionadas (continuação)

(b) Operações com pessoal-chave da Administração (continuação)

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração (continuação)

CPC 05.17(d) IAS 24.17(d)

Como resultado da rescisão do contrato de um dos executivos do Grupo na França, o executivo recebeu um direito a aposentadoria maior. Assim, o Grupo reconheceu uma despesa de R\$ 25 mil durante o ano (2020: zero).

(ii) Principais transações com o pessoal chave da Administração

Os diretores da Entidade controlam 12% das ações com direito a voto da Entidade. Um parente de um diretor de uma controlada possui 10% do empreendimento controlado em conjunto do Grupo. (Veja [nota explicativa 18\(a\)](#))

Muitas pessoas chave da Administração, ou seus parentes, detêm participações em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre essas entidades.

CPC 05.18(b)(i) IAS 24.18(b)(i)

Algumas dessas entidades fizeram negócios com o Grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração.

CPC 05.18(a) IAS 24.18(a)

O valor das transações e saldos em aberto referentes à transações com pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais possuem controle e influência significativa está apresentado abaixo:

Em milhares de Reais	Nota	Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro		Saldo em aberto em 31 de dezembro	
		2021	2020	2021	2020
Transação					
Honorários advocatícios	(a)	12	13	-	-
Reparos e manutenção	(b)	410	520	137	351
Aquisição de estoque - papel	(c)	66	-	-	-

CPC 05.18(b)(i), 23 IAS 24.18(b)(i), 23

- (a) O Grupo utilizou os serviços jurídicos de um de seus diretores para operacionalizar a venda de certos ativos não circulantes da Entidade. Os montantes foram faturados com base em taxas de mercado para tais serviços, devidos e pagáveis sob condições normais de pagamento.
- (b) Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de dois anos com a On-Track Limited, uma entidade controlada por outro diretor, para adquirir serviços de reparo e manutenção em equipamentos de produção. O valor total do contrato é de R\$ 986 mil. Os termos do contrato são baseados em preços de mercado para estes tipos de serviços, e os montantes são pagos trimestralmente durante o período de duração do contrato.
- (c) O Grupo comprou vários estoques de papel da Alumfab Limited, uma entidade controlada por outro diretor. Os montantes foram faturados com base em preços de mercado para tais estoques, devidos e pagáveis sob condições normais de pagamento.

Ocasionalmente, diretores do Grupo ou suas entidades relacionadas podem comprar produtos do Grupo. Essas compras são realizadas sob os mesmos termos e condições disponíveis a outros empregados do Grupo ou clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

44. Partes relacionadas (continuação)

CPC 05.18 IAS 24.18

(c) Outras transações com partes relacionadas¹⁷¹

		Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro		Saldo em aberto em 31 de dezembro	
<i>Em milhares de Reais</i>		2021	2020	2021	2020
Venda de produtos e serviços					
Controladora do Grupo - Cameron Paper Co. (2020: Brown Products Corporation)					
		350	320	253	283
Empreendimentos controlados em conjunto					
		745	250	651	126
Coligadas					
		400	150	332	233
Compra de produtos					
Empreendimentos controlados em conjunto					
		1.053	875	-	-
Outros					
Empreendimentos controlados em conjunto					
– Dividendos recebidos (veja nota explicativa 18)					
		21	-	-	-
Coligadas					
– Empréstimos e respectivos juros (veja nota explicativa 23)					
		5	6	-	1.000

CPC 05.18(b)(i)-(ii), 18(c)-(d), 23 IAS 24.18(b)(i)-(ii), 18(c)-(d), 23

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possuem garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas. Em 2021, não houve operações e não há saldos em aberto com a Brown Products Corporation, a antiga controladora do Grupo. Nenhuma garantia foi dada ou recebida.

Para apoiar as atividades do empreendimento controlado em conjunto, o Grupo e os outros investidores do empreendimento decidiram fazer uma contribuição adicional na proporção de suas participações para compensar eventuais perdas, se necessário (veja nota explicativa 18).

CPC 26.114 (c)(iv)(1) IAS 1.114 (c)(iv)(1)
CPC 05.21 IAS 24.21

Obrigações de compra com relação a papéis recicláveis são oriundas de um contrato de fornecimento e prestação de serviços assinado pelo Grupo. Em 2021, o Grupo entrou em um contrato de fornecimento com a Cameron Paper Co no valor de R\$ 89 mil. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo já havia incorrido em R\$ 25 mil por obrigações derivadas deste contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

46. Eventos subsequentes

CPC 24.21 IAS 10.21

(a) Reestruturação

Em janeiro de 2022, o Grupo anunciou sua intenção de implementar um programa de redução de custos. Além disso, para permitir que o Grupo adapte seu tamanho às condições de mercado atuais e aos efeitos da recessão global, a força de trabalho do Grupo tem de ser reduzida em 400 posições no mundo inteiro até o final de 2022, sem reposição, quando possível. O Grupo espera que a reestruturação associada à redução de posições custe entre R\$ 600 mil a R\$ 850 mil em 2022 e 2023, respectivamente.

CPC 24.21 IAS 10.21

(b) Outros

Após 31 de dezembro de 2021, um dos maiores devedores comerciais do Grupo decretou falência decorrente de um desastre natural ocorrido em fevereiro de 2022 que danificou sua planta operacional. Dos R\$ 100 mil devidos pelo devedor, o Grupo espera recuperar menos de R\$ 10 mil. Nenhuma provisão adicional para perda ao valor recuperável foi constituída nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 10 de janeiro de 2022, uma das localidades da controlada Oy Kossu AG, com valor contábil de R\$ 220 mil, foi seriamente danificada por um incêndio. Especialistas estão em processo de avaliação da extensão da perda para que o Grupo possa apresentar um pedido de indenização para a seguradora. O Grupo não é capaz de estimar eventuais custos relativos à reconstrução ou a mudanças temporárias necessárias para a manutenção da produção que porventura excedam a indenização esperada da seguradora.

Conforme descrito na [nota explicativa 23\(b\)](#), o Grupo quebrou um *covenant* associado a um empréstimo financeiro no terceiro trimestre de 2021. O Grupo obteve um *waiver* pelo não atingimento do *covenant* em outubro de 2021. Após 31 de dezembro de 2021, o banco alterou esse *covenant* (veja [nota explicativa 41](#)).

Em 23 de março de 2022, um aumento da taxa de imposto de renda corporativo na Holanda de 25% para 30% foi substancialmente decretado, e a nova taxa entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023. Este aumento não afeta os montantes de imposto de renda corrente ou diferido reconhecidos em 31 de dezembro de 2021. No entanto, essa mudança aumentará a despesa de imposto de renda corrente do Grupo no futuro. Se a nova taxa de imposto tivesse sido aplicada para calcular as diferenças temporárias tributáveis e prejuízos fiscais reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, o efeito seria um aumento nos ativos líquidos em R\$ 27 mil (veja [nota explicativa 32](#)).

Conforme reportado nas informações financeiras interinas, em 22 de julho de 2021 o Grupo anunciou sua intenção de adquirir todas as ações ordinárias da Entidade XYZ por R\$ 6.500 mil. Em 4 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração do Grupo aprovou a transação e agora o Grupo aguarda a aprovação das agências reguladoras para completar a aquisição. A Administração acredita que tal aprovação deve ser recebida em abril de 2022.

Apêndice I - Novas normas ou alterações para 2021 e futuros requerimentos

Desde a edição de Dezembro de 2020 deste modelo, várias normas, alterações ou interpretações foram emitidas. Este apêndice apresenta uma lista desses novos requerimentos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em 31 de agosto de 2021, em duas tabelas, conforme segue:

- **Novos requerimentos atualmente vigentes:** Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que devem ser aplicadas por uma Entidade com períodos de reporte anual iniciados em 1º de janeiro de 2021.
- **Futuros requerimentos:** Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2021 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021.

A referida tabela também inclui uma referência cruzada para orientações adicionais da KPMG, conforme apropriado. Todas as datas efetivas apresentadas nas tabelas referem-se ao início de um período contábil anual.

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Orientações da KPMG
1º de Junho de 2020	<i>Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)</i>	<i>Insights into IFRS</i> (5.1.379), web article , handbook chapter
1º de Janeiro de 2021	<i>Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)</i>	<i>Insights into IFRS</i> (7.6.500, 7.7.377, 7.9. 1176, 7.10. 457, 7.11.220.30, 229.30–60, 230.15, 71.5.500, 71.6.335, 71.7.877, 882, 71.8.277, 8.1.170.35 e 5.1.370.30), web article

Futuros requerimentos

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Orientações da KPMG
1º de Abril de 2021	<i>Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)</i>	<i>Insights into IFRS</i> (5.1.379), web article , handbook chapter
1º de Janeiro de 2022	<i>Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)</i>	<i>Insights into IFRS</i> (3.12.635), web article
	<i>Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020</i>	<i>Insights into IFRS</i> (2.4.795, 3.9.35, 6.1.1295, 7.6.415), web article
	<i>Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)</i> <i>Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)</i>	<i>Insights into IFRS</i> (3.2.125), web article N/A

Futuros requerimentos (continuação)

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Orientações da KPMG
1º de Janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8) ¹⁷²	Insights into IFRS (2.9.45, 80, 3.1.47, 60, 7.10.55), web article
	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro	Insights into IFRS (Capítulo 8.1A), web article , First Impressions
	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)	Insights into IFRS (2.1.15), web article
	Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)	Insights into IFRS (2.8.115), web article
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)	Insights into IFRS (3.13.213, 6.1.235), web article
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado ¹⁷³	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)	Web article

¹⁷² As alterações ao CPC 26/IAS 1, emitida em janeiro de 2020 (alterações de 2020), estão sujeitas a desenvolvimentos futuros. Determinadas questões de aplicação resultantes das alterações de 2020 foram levantadas ao *IFRS Interpretations Committee*, que as encaminhou ao *Board* do IASB. Em junho de 2021, o *Board* do IASB decidiu provisoriamente propor alterações adicionais ao IAS 1 e adiar a data efetiva das alterações de 2020 para não antes de 1º de janeiro de 2024. Um *Exposure Draft* é esperado no quarto trimestre de 2021. Para mais informações, consulte nosso [web article](#)

¹⁷³ A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

Apêndice II - Continuidade Operacional

Os exemplos abaixo ilustram possíveis formatos para divulgações em casos que foi necessário um julgamento relevante para avaliar se existe ou não uma incerteza significativa sobre o pressuposto de continuidade operacional do Grupo (*close call* – CPC 26/IAS 1.122) e também para cenários em que existe incerteza significativa.

Os cenários apresentados abaixo são meramente ilustrativos e devem ser adaptados às circunstâncias de cada entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

6. Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos

CPC 26.122 IAS 1.122

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas a seguir:

CPC 26.122 IAS 1.122, IU
07-14, Insights
1.2.80.10

- **Nota 4(a)** - continuidade operacional: se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando;
- [...]

1. Cenário sem incerteza

O cenário abaixo pressupõe que a entidade controladora da entidade que reporta possui um compromisso formalizado e capacidade para financiar as atividades da controlada seja por meio de aumento de capital, postergação de recebimentos de vendas ou mútuos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

4 – Base de preparação

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na **nota explicativa 31(c)**.

A entidade reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 30.155 e utilização de caixa líquido nas atividades operacionais de R\$23.964 para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X2, e nessa data, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 21.140. Contudo, parte substancial das compras de insumos utilizados na industrialização de produtos acabados e dos empréstimos e financiamentos são obtidas com outras empresas do Grupo Controlador e, conforme divulgado na Nota Z, o vencimento do saldo de empréstimos e financiamentos com a Controladora no montante de R\$ 81.255 em 31 de dezembro de 20X2 foi renegociada para maio de 20X4.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a entidade possui para o Grupo, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes mundiais estratégicos do Grupo, a Entidade conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Se o Grupo não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos na capacidade da entidade cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

2. Cenário de *close call*

Este exemplo ilustra um cenário em que existem eventos ou condições que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade continuar em operação, mas depois de a Administração efetuar a avaliação desses eventos ou condições, ela concluiu que não existe incerteza significativa sobre a continuidade operacional, mas foi necessário um grau significativo de julgamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

4 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na [nota explicativa 31 \(c\)](#).

O Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 7.877 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X2 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 22.046 mil.

Além disso, os empréstimos bancários de R\$ 7.012 mil estão sujeitos a revisão dos seus termos e condições (principalmente: prazos de vencimentos, juros e covenants) com os seus credores e o Grupo espera concluir essa negociação até 30 de junho de 20X3.

A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que os desinvestimentos planejados, conforme divulgado na [Nota explicativa 17](#), serão concluídos antes de 30 de junho de 20X3 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos, como desinvestimentos adicionais, emissão de debêntures ou títulos em oferta privada. A administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

A administração reconhece que existe um certo grau de incerteza sobre a capacidade do Grupo para cumprir com as suas necessidades de financiamento e para refinaranciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Se o Grupo não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

2.1 Cenário de *close call*

Esse exemplo pretende um *close call* cujo plano da administração frente aos eventos e condições citados no exemplo anterior estão fundamentados, basicamente, na venda do segmento de Papel não reciclável e em aspectos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

4 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na [nota explicativa 31\(c\)](#).

O Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 7.877 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X2 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 22.046 mil.

O principal plano da administração é a venda do segmento de Papel não reciclável ([Nota explicativa 17](#)). A diretoria está comprometida com o plano de venda e foi iniciado uma busca para localizar um comprador e concluir o plano. Uma instituição financeira, especialista em transações societárias (M&A), está contratada e foram apresentadas propostas firmes para a aquisição desse segmento em janeiro e fevereiro de 20X3. A venda deve ocorrer até o fim do primeiro semestre de 20X3.

A venda do segmento de Papel não reciclável está alinhada com a visão do Grupo e os fluxos de caixa decorrentes dessa venda foram excluídos das projeções para fins de avaliação da continuidade operacional. Como o Grupo conta com outros cinco segmentos rentáveis e lucrativos, a venda do segmento de Papel não reciclável reduzirá o consumo de caixa operacional e não compromete a continuidade operacional da Companhia.

Demais planos

Além do principal plano da administração, que é a venda do segmento de Papel não reciclável, a administração tomou as seguintes medidas que têm impacto nas projeções do Grupo:

- Redução de despesas discricionárias (consultorias, eventos, etc.) que não estão diretamente relacionadas com as operações dos segmentos de negócios remanescentes do Grupo;
- Redução de contratações de serviços não essenciais, ou seja, que não afetam as operações dos segmentos de negócios remanescentes do Grupo;
- Adoção do programa de financiamento da cadeia de suprimentos (Supply chain) para estender o prazo de pagamento com fornecedores sem interrupção do fornecimento de matéria prima, e
- Utilização de linhas de créditos com instituições financeiras disponíveis para operações que não estão relacionadas com o segmento de negócio de Papel não reciclável.

A administração reconhece que existe um certo grau de incerteza sobre a capacidade do Grupo em cumprir com as suas necessidades de financiamento e para refinanciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Se o Grupo não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

3. Cenário de Incerteza Significativa

Esse exemplo pretende ilustrar outro cenário de incerteza significativa, porém, uma vez que os planos da administração frente aos eventos e condições não são suficientes para permitir concluir que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível, o cenário de incerteza significativa não é mitigado pelos planos da Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

4 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na [nota explicativa 31\(c\)](#).

O Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 7.877 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X2 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 22.046 mil.

Empréstimos bancários de R\$ 25.012 mil estão em renegociação com os atuais credores. A administração também está buscando captações alternativas de recursos, como novos empréstimos e financiamentos em condições mais favoráveis que as atuais (quanto a juros e prazos), emissão de debêntures privadas ou aportes de capital por investidores.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional do Grupo. Se o Grupo não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Considerações Adicionais

As divulgações feitas pela administração também devem considerar, quando aplicável, informações sobre eventos subsequentes, por exemplo, divulgar quantitativamente evolução nas operações.

Apêndice III - Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto

CPC 26.10(d), 29, 38-38A, 113 IAS 1.10(d), 29, 38-38A, 113

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Nota

2021

2020

CPC 03.18(a) IAS 7.18(a)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Recebimentos de clientes

94.352

96.534

Pagamentos a fornecedores e empregados

(90.439)

(93.025)

Caixa gerado pelas operações

3.913

3.509

CPC 03.31-32 IAS 7.31-32

Juros pagos

(1.609)

(1.289)

CPC 03.35 IAS 7.35

Imposto de renda e contribuição social pagos

(400)

(1.913)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

1.904

307

CPC 03.10 IAS 7.10

Fluxo de caixa das atividades de investimento

CPC 03.31 IAS 7.31

Juros recebidos

6

19

CPC 03.31 IAS 7.31

Dividendos recebidos

26

32

CPC 03.16(b) IAS 7.16(b)

Recursos provenientes de alienação do imobilizado

3.085

397

CPC 03.16(d), 16(h) IAS 7.16(d), 16(h)

Recursos provenientes da alienação de investimentos

1.476

534

CPC 03.39 IAS 7.39

Alienação de operações descontinuadas, líquido do caixa alienado junto com a operação

17

10.890

-

CPC 03.39 IAS 7.39

Aquisição de subsidiária, líquido do caixa adquirido no consolidado

3

(1.799)

-

CPC 03.16(a) IAS 7.16(a)

Aquisição de imobilizado

(15.657)

(2.228)

CPC 03.16(a) IAS 7.16(a)

Aquisição de propriedades para investimento

19(a)

(300)

(40)

CPC 03.16(a) IAS 7.16(a)

Aquisição de ativos biológicos não circulantes

16(a)

(305)

(835)

CPC 03.16(c), 16(g) IAS 7.16(c), 16(g)

Aquisição de outros investimentos

(359)

(342)

CPC 05.18 IAS 24.18

Dividendos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial

18(a)

21

-

CPC 03.16(a) IAS 7.16(a)

Despesas de desenvolvimento

21(a), (d)

(1.235)

(503)

Recebimento de subvenção governamental

26

-

1.462

CPC 03.10 IAS 7.10

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

(4.151)

(1.504)

CPC 26.10(d), IAS 1.10(d),
29, 38–38A, 113 29, 38–38A,
113

Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)

Exercício findo em 31 de dezembro

		<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	2021	2020
		Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
CPC 03.17(a)	IAS 7.17(a)	Recursos provenientes da emissão de capital social	27(a)	1.550	-
CPC 03.17(c)	IAS 7.17(c)	Recursos provenientes da emissão de notas conversíveis	23(c)	5.000	-
CPC 03.17(c)	IAS 7.17(c)	Recursos provenientes da emissão de ações preferenciais resgatáveis	23(d)	2.000	-
CPC 03.17(c)	IAS 7.17(c)	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		591	4.439
CPC 03.17(a)	IAS 7.17(a)	Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		30	-
CPC 03.17(a)	IAS 7.17(a)	Recursos provenientes do exercício de opções de ações	27(a)	50	-
CPC 03.16(h)	IAS 7.16(h)	Recursos provenientes da liquidação de derivativos		5	11
CPC 03.21	IAS 7.21	Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	23(c)– (d)	(311)	-
CPC 03.42A	IAS 7.42A	Aquisição de participação de não controladores	30	(200)	-
CPC 03.17(b)	IAS 7.17(b)	Recompra de ações em tesouraria		-	(280)
CPC 03.17(d)	IAS 7.17(d)	Pagamento de empréstimos		(5.055)	(2.445)
CPC 03.17(e)	IAS 7.17(e)	Pagamento de passivos de arrendamento		(554)	(590)
CPC 03.31, 34	IAS 7.31, 34	Dividendos pagos	27(c)	(1.243)	(571)
		Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		1.863	564
		Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(384)	(633)
		Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro*		1.567	2.226
CPC 03.28	IAS 7.28	Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(13)	(26)
		Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro*	12	1.170	1.567

* Caixa e equivalentes de caixa incluem conta garantida que é exigível imediatamente pelo Banco e é parte integrante da política de gestão de caixa do Grupo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apêndice IV - Outras divulgações não ilustradas nas demonstrações financeiras

Distribuição de Lucros in Natura

ICPC 07.16(a) IFRIC 17.16(a)

X. Distribuição da subsidiária integral aos acionistas controladores da Entidade^{174, 175, 176}

Em 15 de maio de 2021, o conselho de administração da Entidade anunciou que o Grupo distribuiria todas as suas ações da Papier GmbH, uma subsidiária integral dentro do segmento de Papeis Reciclados, aos acionistas controladores da Entidade. Quando da autorização da distribuição, o Grupo reconheceu dividendos a pagar no valor de R\$ 12.500 mil, sendo este o valor justo dos ativos a serem distribuídos.

Em 3 de junho de 2021, as ações foram distribuídas. Os ativos líquidos incluíam ativos de R\$ 17.408 mil, menos passivos no valor de R\$ 7.464 mil, conforme segue.

<i>Em milhares de Reais</i>	2021
Imobilizado	9.650
Propriedade para investimento	100
Ativos intangíveis	400
Ativo fiscal diferido	225
Estoques	2.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4.133
Empréstimos e financiamentos	(3.064)
Provisões	(200)
Passivo fiscal diferido	(450)
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.750)
Valor contábil dos ativos líquidos distribuídos	9.944
Dividendos aos acionistas	12.500
Valor contábil dos ativos líquidos distribuídos	(9.944)
Ganhos na distribuição aos acionistas controladores da Entidade	2.556¹⁷⁶

ICPC 07.16(b) IFRIC 17.16(b)

Não houve alteração no valor justo dos ativos a serem distribuídos entre a data em que a distribuição foi aprovada e a data em que os dividendos foram liquidados.

174 Este apêndice mostra as divulgações que podem ser feitas para fornecer informações sobre distribuições de ativos não monetários aos acionistas e/ou ativos não circulantes (ou grupos de alienação) que são mantidos para distribuição (ou distribuídos) aos acionistas.

CPC 31.5A IFRS 5.5A,
Insights
5.4.130.30

175 Não está claro se uma entidade que será alienada por meio da distribuição de ações aos acionistas controladores poderá ser classificada como uma operação descontinuada antes da alienação. Embora o CPC 31/IFRS 5 tenha sido alterado para ampliar os requerimentos no que diz respeito a ativos não circulantes ou grupos de ativos mantidos para venda de forma a abranger tais itens mantidos para distribuição aos acionistas controladores, a referência cruzada nas alterações não se estende às operações descontinuadas. Em nossa visão, embora a definição de uma operação descontinuada não tenha sido ampliada de forma explícita, a classificação de ativos não circulantes ou grupos de ativos mantidos para distribuição aos acionistas controladores como uma operação descontinuada é adequada se os demais critérios do CPC 31/IFRS 5 forem atendidos.

ICPC 07.14 IFRIC 17.14

176 A diferença entre o dividendo pago/a pagar e o valor contábil dos ativos distribuídos é apresentada como um item separado no resultado.

Entidades relacionadas ao governo de acordo com o CPC 05/IAS 24*Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)***44. Partes relacionadas¹⁷⁷****Exemplo 1 – Transação individualmente significativa devido ao tamanho da transação**

Em 2018, a Griffin Limited, uma subsidiária, celebrou um contrato de aquisição de produtos com o Departamento de Comércio do Governo do País X, no qual a Griffin Limited atuará como fornecedora exclusiva de produtos de papel reciclado para as várias repartições do Departamento por um prazo de três anos, de 2020 a 2022, mediante um desconto por volume acordado de 10% em comparação com os preços listados que a Griffin Limited geralmente aplicaria em pedidos individuais.

O valor agregado das vendas segundo o contrato para o ano findo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 3.500 mil (2020: R\$ 2.800 mil). Em 31 de dezembro de 2021, os valores agregados devidos por parte do Departamento consistiam em R\$ 10 mil (2020: R\$ 30 mil) e seriam pagos sob condições de crédito normais de 30 dias.

Exemplo 2 – Transação individualmente significativa realizada sob condições de não-mercado

Em 30 de dezembro de 2020, o Departamento de Finanças do Governo do País X contratou a Griffin Limited para ser a responsável exclusiva pela elaboração e pelo fornecimento de materiais para preparar os escritórios de todos os departamentos do Governo com os devidos equipamentos e móveis. O prazo de vigência do contrato será de cinco anos, de 2021 a 2025. Segundo o referido contrato, o Departamento de Finanças reembolsará a Griffin Limited pelos custos de cada trabalho de preparação dos escritórios. Contudo, a Griffin Limited não terá direito a receber nenhuma margem acima dos custos para a realização dessa atividade. O valor agregado das vendas segundo o contrato para o ano findo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 3.500 mil. Em 31 de dezembro de 2021, os valores agregados devidos por parte do Departamento eram de R\$ 1.000 mil sob condições de crédito normais de 30 dias.

Exemplo 3 - Transação individualmente significativa fora das operações normais dos negócios do dia a dia

De acordo com um contrato datado de 1º de janeiro de 2021, a Griffin Limited e o Departamento de Comércio e Empresas do Governo do País X concordaram em participar e cooperar com um consórcio de terceiros no desenvolvimento, na captação de recursos financeiros e na operação de um centro de pesquisa e desenvolvimento. A Griffin Limited também sublocará um andar em sua sede para que nele funcione um escritório administrativo para a operação conjunta. Em 31 de dezembro de 2021, o capital investido no projeto era de R\$ 700 mil e os pagamentos totais de aluguel de R\$ 100 mil foram recebidos como receita de aluguel.

Exemplo 4 - Transação individualmente significativa sujeita à aprovação de acionistas

Atualmente, a Griffin Limited detém 40% da Galaxy Corp., sendo os 60% remanescentes detidos pelo Departamento de Comércio do Governo do País X (25%) e pela Lex Corp (35%), uma empresa controlada indiretamente pelo Departamento de Comércio.

Em 1º de dezembro de 2021, a Griffin Limited celebrou um contrato de compra e venda (Contrato) com o Departamento de Comércio e a Lex Corp, no qual fica estabelecido que a Griffin Limited comprará as ações do Departamento de Comércio e da Lex Corp na Galaxy Corp por R\$ 1 por ação, a uma contraprestação total de R\$ 6.000 mil. Os termos do Contrato estão sujeitos à aprovação dos acionistas independentes na assembleia geral extraordinária a ser realizada em 1º de fevereiro de 2021. Quando da conclusão da aquisição proposta, a Galaxy Corp será uma subsidiária integral da Griffin Limited.

¹⁷⁷ Este apêndice mostra uma variedade de divulgações que a entidade poderá fazer de acordo com o parágrafo 26 da IAS 24; outros formatos também poderão ser utilizados. Presumimos que o Grupo seja indiretamente controlado pelo governo do País X. Presumimos também que, além de serem vendidos para várias entidades do setor privado, os produtos também são vendidos aos órgãos e aos departamentos do governo do País X.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação do trecho)

44. Partes relacionadas (cont.)

IAS 24.26

Exemplo 5 - Transações significativas coletivamente, mas não individualmente

A Griffin Limited opera em um regime econômico no qual predominam as entidades controladas direta ou indiretamente pelo Governo do País X por meio de suas autoridades, órgãos, afiliações governamentais e outras organizações, referidas coletivamente como entidades relacionadas ao governo. A Griffin Limited tem transações com outras entidades relacionadas ao governo, incluindo (mas não se limitando a) venda e compra de mercadorias e materiais de suporte, realização e recebimento de serviços, arrendamento de ativos e uso de serviços públicos.

Essas transações são realizadas no curso normal dos negócios da Griffin Limited de acordo com condições que podem ser comparadas àquelas em que transações são feitas com outras entidades que não são relacionadas ao governo. A Griffin Limited estabeleceu políticas de contratação de serviços e aquisição de produtos, uma estratégia de definição de preços e um processo de aprovação para compra e venda de produtos e serviços, que são independentes do fato de as contrapartes serem ou não relacionadas ao governo.

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, a administração estima que o valor agregado de transações significativas da Griffin Limited com outras entidades relacionadas ao governo é de pelo menos 50% de suas vendas de produtos de papel reciclado e entre 30% e 40% de suas compras de materiais.

Entidades com um contrato de concessão de serviços

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

X. Contratos de concessão de serviços ^{178, 179}

ICPC 17.6 SIC-29.6

Em 1º de julho de 2021, o Grupo celebrou um contrato de concessão de serviços com um distrito local (o outorgante) para construir uma rodovia pedagiada perto de uma das operações florestais do Grupo. A construção dessa rodovia pedagiada começou em julho de 2021 e foi concluída e liberada para uso em 30 de setembro de 2021. De acordo com os termos do contrato, o Grupo operará e liberará a rodovia pedagiada para uso do público em geral por um período de cinco anos, começando em 1º de outubro de 2021. O Grupo será responsável por quaisquer serviços de manutenção necessários durante o período de concessão. O Grupo não espera que grandes reparos sejam necessários durante o período de concessão.

ICPC 17.6(c)(iv) SIC-29.6(c)(iv)

O outorgante fornecerá ao Grupo um pagamento anual mínimo garantido para cada ano em que a rodovia pedagiada estiver em operação. Adicionalmente, o Grupo recebeu o direito de cobrar dos usuários uma taxa pelo uso da rodovia pedagiada, a qual o Grupo coletará e reterá. Contudo, essa taxa é restrita a um valor máximo conforme estabelecido no contrato de concessão de serviços. As taxas de uso cobradas e recebidas pelo Grupo estão acima do pagamento mínimo anual garantido a ser recebido do outorgante. No final do período de concessão, a rodovia pedagiada passará a ser propriedade do outorgante e o Grupo não estará mais envolvido em suas atividades de operação e manutenção.

SIC-29.6(c)(iv) SIC-29.6(c)(v)

O contrato de concessão de serviços não contém opção de renovação. Os direitos do outorgante de rescindir o contrato incluem o desempenho insatisfatório do Grupo e a violação significativa dos termos do referido contrato. Os direitos do Grupo de rescindir o contrato incluem o não pagamento por parte do outorgante conforme estabelecido no contrato, a violação significativa dos termos do referido contrato e quaisquer alterações na lei que poderiam impossibilitar o Grupo de cumprir suas obrigações de acordo com o contrato.

ICPC 17..6(e), 6A SIC-29.6(e), 6A

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo reconheceu receita no valor de R\$ 350 mil, sendo R\$ 320 mil com a construção da rodovia pedagiada e R\$ 30 mil com a operação da rodovia, que é o valor dos pedágios coletados. O Grupo reconheceu lucro no valor de R\$ 20 mil, que consistia em um lucro de R\$ 25 mil com a construção da rodovia pedagiada e um prejuízo de R\$ 5 mil com a operação da referida rodovia. A receita reconhecida em relação à construção em 2021 representa o valor justo dos serviços de construção prestados durante a construção da rodovia pedagiada. O Grupo reconheceu uma concessão de serviço a receber, inicialmente mensurada ao valor justo dos serviços de construção, no valor de R\$ 260 mil, representando o valor presente dos pagamentos mínimos anuais garantidos a receber do outorgante, descontado a uma taxa de 5%, do qual R\$ 11 mil representa juros acumulados.

O Grupo reconheceu um ativo intangível recebido como contraprestação pela realização de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços no valor de R\$ 95 mil, dos quais R\$ 5 mil foram amortizados em 2021. O ativo intangível representa o direito de cobrar dos usuários uma taxa pelo uso da rodovia pedagiada. ¹⁸⁰

¹⁷⁸ Este apêndice apresenta um possível formato para a divulgação de um contrato de concessão de serviços visando a ajudar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Outros formatos de apresentação podem ser utilizados.

ICPC 17.7 SIC-29.7

¹⁷⁹ As divulgações sobre a natureza e a extensão dos contratos de concessão de serviços são fornecidas individualmente para cada contrato de concessão de serviços ou de forma agregada para cada categoria de contrato de concessão de serviços.

¹⁸⁰ Os requerimentos de divulgação no IFRS 13 não são aplicáveis a ativos e passivos não mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação do trecho)

10. Políticas contábeis relevantes**(d) Receita****x. Contratos de concessão de serviços**

ICPC 01.13 [IFRIC 12.13]

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

(m) Ativos intangíveis e ágio**x. Contratos de concessão de serviços**

ICPC 01.17 [IFRIC 12.17]

O Grupo reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

(p) Instrumentos financeiros**x. Ativos financeiros não derivativos - contratos de concessão de serviços**

O Grupo reconhece um ativo financeiro proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito contratual incondicional de receber caixa do outorgante ou sob o direcionamento deste pelos serviços de construção ou modernização prestados, e o direito de receber caixa depende somente da passagem do tempo. Tais ativos financeiros são mensurados a valor justo no reconhecimento inicial e classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado.

Se o Grupo receber pagamento pelos serviços de construção parcialmente por um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da contraprestação é contabilizado separadamente e é inicialmente reconhecido a valor justo da contraprestação.

Apêndice V - Exemplo de divulgações para Incorporadoras

As divulgações ilustradas abaixo são restritas a Incorporadoras imobiliárias reguladas pela CVM, para atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (trecho)

10 – Principais políticas contábeis

(a) Reconhecimento de receitas - receitas - Venda de unidades

O Companhia aplica as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída. Foram aplicados os requerimentos descritos abaixo:

- O custo incorrido correspondente as unidades vendidas (incluindo o terreno e juros capitalizados) é apropriado integralmente ao resultado.
- A receita reconhecida da unidade vendida é diretamente proporcional ao custo - é apurado o percentual do custo incorrido em relação ao seu custo total orçado e esse percentual é aplicado sobre o preço de venda das unidades vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda incluindo o ajuste a valor presente.
- A receita de venda reconhecida superior ao valor efetivamente recebido de cliente, é registrada como ativo. Se o montante recebido for superior ao valor reconhecido como receita, o excesso é registrado como passivo.
- Os juros incidentes sobre as contas a receber, assim como o ajuste a valor presente das contas a receber são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

O custo incorrido das unidades não vendidas encontram-se contabilizados na rubrica lotes a comercializar.

Provisão para distratos

Quando os clientes de contratos de imóveis vendidos se tornam inadimplentes com parcelas vencidas acima de [XXX] dias, o Grupo, considerando o histórico de recuperabilidade desses créditos, registra uma provisão para distratos em contrapartida do saldo em aberto e reverte a receita reconhecida até então e o custo correspondente. Essa análise é realizada individualmente por contrato de venda.

Lotes a comercializar

Os lotes a comercializar estão demonstrados ao custo de formação e incluem os custos acumulados de construção e custos financeiros elegíveis. No caso de empreendimentos em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não vendidas. O Grupo avalia as datas de lançamento destes empreendimentos, e classifica como não circulante os que possuem data estimada superior a 12 meses.

Quando o custo dos lotes a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado das suas vendas, concluídas ou em desenvolvimento, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor não será recuperável.

6 – Uso de Estimativas e Julgamentos

(a) Estimativas

As informações sobre as estimativas feitas na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação do trecho)

6 – Uso de Estimativas e Julgamentos (continuação)**(a) Estimativas (continuação)**

- Nota explicativa X – reconhecimento da provisão para distrato: o cálculo da estimativa leva em conta o históricos de operações correntes e condições macro econômicas esperadas para cada transação;

- Nota explicativa Y - custos orçados dos empreendimentos: a estimativa do custo total é calculada com base no histórico de construções e orçamentos preliminares para os novos projetos. A estimativa é atualizada de forma continua devido os custos incorridos e/ou qualquer alteração nos orçamentos.

Z – Receitas (Requerimentos adicionais CVM)**Operações imobiliárias**

As receitas provenientes de contratos de venda da Companhia são reconhecidos ao longo do tempo. Os saldos acumulados das unidades vendidas e os custos ainda não incorridos (ou seja, das unidades ainda em construção), não estão refletidos nas informações financeiras da Companhia e estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos em construção – informações mínimas	Acumulado
(I) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas	
<u>Empreendimentos em construções</u>	
(a) Receita de vendas contratadas	xxxx
(b) Receita de vendas apropriadas <u>líquidas</u>	
Receita de vendas apropriadas	xxx
Distratos – <u>receitas estornadas</u>	(xxx)
Total	xxx
Receita de vendas a apropriar (a-b)	xxxx
(II) Receita de indenizações por distratos	xxxx
(III) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita	xxxx
(IV) Provisão para distratos (Passivo)	
Ajuste em receitas apropriadas	xxx
Ajuste em contas a receber de clientes	(xxx)
Receita indenização por distratos	(xxx)
Ajuste em adiantamento de clientes	xxx
Total	xxxx
(V) Custo orçado a apropriar de unidades vendidas	
<u>Empreendimentos em construção:</u>	
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	xxx
Custo incorrido <u>líquido</u>	
(b) Custos de construção incorridos	xxx
Encargos financeiros apropriados	xxx
(c) Distratos – <u>custos de construção</u>	xxx
Distratos – <u>encargos financeiros</u>	xxx
Total	xxxx
Custo orçado a apropriar no resultado (sem encargos financeiros) (a+b+c)	xxxx
Custo Incorrido/Custo Orçado (sem encargos financeiros)	%
(VI) Custo orçado a apropriar no estoque	
<u>Empreendimentos em construção</u>	
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	xxxx
Custo incorrido <u>líquido</u>	
(b) Custos de construção incorridos	(xxx)
Encargos financeiros apropriados	(xxx)
Unidades vendidas	xxx
Total	(xxx)
Custo orçado a apropriar em estoque (sem encargos financeiros) (a+b)	xxxx

CPC 47.9

Contato

Coordenação Técnica

Márcio C. Rost
Tiago S. Bernert

Sócios do Departamento
de Práticas Profissionais
dpp@kpmg.com.br

Equipe Técnica

Amanda Regina Lamy Mendes
Luciana Teixeira de Lima
Paulo Bekmessian Pinheiro

kpmg.com/BR

© 2021 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados.

O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de nenhum indivíduo específico ou entidade. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.